psicologia revista

Revista da Faculdade de Psicologia da PUC-SP

Epistemologia qualitativa

Criança e família em transformação

O conceito de Complexo de Édipo

George Mead e a Psicologia Social

Corpo e violência

Alcoolismo, personalidade e genética

Projeto de vida do jovem

Marxismo e subjetividade

Número 5 - Dezembro 1997

Sumário

Editorial 7

Artigos

Epistemología cualitativa. Sus implicaciones metodologicas. *(Qualitative Epistemology: methodological implications)*
Fernando L. González Rey 13

A criança na família em transformação: um pouco de reflexão e um convite à investigação. *(Children in changing families: a bit of reflection and a study invitation)*
Rosane Mantilla de Souza 33

O desenvolvimento do conceito de Complexo de Édipo na obra de Freud: de 1897 a 1938. *(The development of the Oedipus Complex concept in Freud's works: 1897-1938)*
Helena Mª M. Lima 53

George Herbert Mead: contribuições para a psicologia social. *(George Herbert Mead - contributions to Social Psychology)*
Margareth Arilha 87

Corpo e violência. *(Body and Violence)*
Paulo Endo 105

Alcoolismo, personalidade e genética. *(Alcoholism, Personality, and Genetics)*
Hilda Regina Ferreira Dalla Déa 119
Carolina Engracia Pellegrini Telles
Fernando Carvalho Lima Ramos
Flávio Veríssimo Costa

Quem eu quero ser quando crescer: uma sistematização sobre o projeto de vida de jovens. *(Who I'd like to be when I grow up: a systematization on youngsters' life project)*
Fabiana Tavolaro Maiorino 131
Laura Cardillo Moura Neves

Abstracts 141

Normas para apresentação e publicação 147

Editorial

O editorial deste número de ***Psicologia Revista*** inclui uma despedida, em virtude do término de nossa gestão como editores da Revista. Assim, incluímos uma prestação de contas e a expressão de satisfação pelo dever cumprido.

Ao sermos convidados pela Faculdade de Psicologia, em 1994, para a criação e implantação de seu periódico, isto impôs-se, de imediato, como um desafio substancial. Afinal, desde que a *Revista de Psicologia Normal e Patológica* deixou de ser editada, em 1972, nossa Faculdade não dispunha de um órgão de divulgação da produção científica de sua comunidade. Algumas tentativas foram feitas, mas não chegaram a bom termo. Daí o desafio que se nos apresentava.

Antes de recebermos tal incumbência, uma comissão organizadora havia sido instalada, em 1993, para dar início ao processo de reflexão preliminar à constituição de uma nova revista (veja-se o editorial de ***Psicologia Revista*** n. 2). Essa comissão, buscando reunir material para um possível primeiro número de revista científica específica da Faculdade, fizera um levantamento inicial de textos e de intenções de artigos de professores, passíveis de publicação. Esse material foi colocado à nossa disposição e forneceu um subsídio de valor, para implantação da proposta.

Alguns pressupostos embasaram, desde o primeiro momento, o nosso projeto:

a) a revista deveria representar toda a comunidade da Faculdade de Psicologia, aí incluídos o corpo docente e o corpo discente;

b) todas as posturas e abordagens teóricas presentes na instituição deveriam ser representadas no conteúdo editorial, atendendo-se, além disso, a uma proposta mais generalista;

c) os artigos deveriam ser originais e não publicados anteriormente em outros periódicos;

d) os autores da revista deveriam incluir tanto profissionais e alunos de dentro da PUC-SP, como do exterior desta comunidade e do próprio país (neste último caso, com ênfase particular para autores da América Latina);

e) e, tudo isto, atendendo-se à exigência de um alto nível de qualidade editorial e científica.

Nossa primeira atividade, em 1995, foi a organização de um Conselho Editorial, com representantes de todos os departamentos e do Centro Acadêmico: isso foi realizado a partir da indicação de nomes pelas respectivas entidades e do referendo do Conselho Departamental da Faculdade. Uma vez constituído, esse Conselho Editorial procedeu à indicação de profissionais reconhecidos como autoridades científicas da psicologia brasileira, em suas respectivas áreas de atuação, para a composição do Conselho Científico da Revista.

Atendendo à intenção de democratização das decisões, a escolha do nome do periódico foi obtida a partir da formação de uma comissão representativa e de uma consulta a toda a comunidade. Idêntica direção foi seguida na elaboração do procedimento de seleção do material a ser publicado no primeiro número (e também nos demais), que contou com a participação dos departamentos e dos alunos, através dos respectivos representantes no Conselho Editorial. Finalizando o ano de 1995, editamos o número inaugural de ***Psicologia Revista.***

Destacamos alguns pontos fundamentais para o sucesso da Revista, durante os três anos em que esteve sob nossa responsabilidade:

a) manutenção da regularidade semestral e de sua qualidade (comprovada pelo número de assinantes e de autores de outros estados, pela grande procura por parte de outras instituições e bibliotecas, visando ao intercâmbio com ***Psicologia Revista,*** e pelo aval da Fapesp);

b) disponibilidade de um corpo técnico complementar de grande competência: tradutores, preparadores, revisores e editora;

c) financiamento e co-edição (aprovados a cada número) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp;

d) elaboração de normas de publicação, bem como a criação de uma instância de recurso, para atender à insatisfação de autores com os pareceres sobre seus artigos;

e) apoio imprescindível da EDUC – em especial orientando os editores desde as primeiras decisões, apostando conosco na possibilidade de uma revista de qualidade, apesar das dificuldades financeiras do projeto.

A Revista recebeu o seu número de inscrição no ISSN, encontrando-se em processo de indexação junto ao *Psychological Abstracts* e de catalogação junto ao *Ulrich's International Periodicals Directory*, entre outros. Além disso, foi elaborado em reunião do Conselho Editorial um plano de divulgação, com várias sugestões que, acreditamos, devam ser analisadas e implementadas pelos novos editores.

Gostaríamos também de comentar alguns aspectos dos números editados nestes três anos de publicação da Revista. No que se refere às abordagens, podemos citar artigos nas diferentes abordagens da Psicologia: as linhas fenomeno-

lógica, junguiana, sócio-histórica, psicanalítica (correntes francesa e inglesa), behaviorista, entre outras, ocuparam as páginas de ***Psicologia Revista***. Quanto às áreas de conhecimento presentes no currículo da Faculdade de Psicologia da PUC-SP, foram contempladas: psicologia social, psicologia do desenvolvimento, história da psicologia, epistemologia, testes de exame psicológico, saúde coletiva, história da ciência, assim como algumas interfaces de outras disciplinas com a psicologia (filosofia, educação, medicina e fisiologia, religião).

Um dos objetivos que fundamentavam nosso projeto era o de que deveriam estar sendo publicados artigos que relacionassem as teorias e práticas psicológicas com a realidade social. Neste sentido, os diferentes números sempre incluíram pelo menos um artigo com este teor: *O desafio da construção de uma nova psicologia*, no número 1; *Neoliberalismo e políticas sociais: o impacto na psicologia brasileira* e *Desenhando a psicologia: uma reflexão sobre a formação do psicólogo*, no número 2; *La história después de Vygotsky: una mirada desde lo vivencial*, no número 3; *La categoria "personalidad": su significación para la psicologia social* e *Exigências históricas para a psicologia: Georges Politzer e a psicologia concreta*, no número 4, e *Marxismo e subjetividade*, no número 5.

Finalmente, no que se refere à colaboração de autores estrangeiros, conseguimos manter uma regularidade que se constata também por publicação: (Lacey e Schwartz) *A formação e a transformação de valores*, no número 1; (Montero) *Crise, politização e construção psicológica da democracia*, no número 2; (Calviño e de la Torre): *La história después de Vygotsky – una mirada desde lo vivencial*, no número 3; (González Rey) *La categoria "personalidad": su significación para la psicologia social*, no número 4 e *Epistemología cualitativa, sus implicaciones metodologicas*, no número 5.

Apesar dos pontos positivos ressaltados, nem só de sucessos viveu ***Psicologia Revista***. Problemas existiram, sendo alguns específicos deste periódico e outros comuns a todas as publicações científicas em Psicologia, no Brasil. A oferta de artigos para publicação, por exemplo, ainda mostrou-se menor do que a ideal. E a devolução dos pareceres, pelos membros do Conselho Científico e pelos pareceristas *ad hoc*, nem sempre ocorreu com a agilidade desejada. Estes são aspectos a serem melhor trabalhados pelos próximos editores.

Este foi o nosso trajeto e estas as considerações que achamos por bem levantar, neste momento de encerramento de nossas atividades como editores de ***Psicologia Revista***. Não podemos deixar de agradecer a todos que, de algum modo, contribuíram de forma relevante para a implantação e manutenção deste periódico. Evitamos particularizar nomes, para não correrrmos o risco de injustiça para com os eventualmente não mencionados. De todo modo, esses agradecimentos nominais foram realizados ao longo de todos os editoriais anteriores.

Como palavras finais, queremos apenas despedirmo-nos de toda a comunidade da Faculdade de Psicologia e dos leitores da Revista, além de desejar boa sorte às colegas que nos sucedem na editoria de ***Psicologia Revista*** – Noely Montes Moraes e Rosane Mantilla de Souza – registrando publicamente a nossa confiança na sua condução deste empreendimento.

Raul Albino Pacheco Filho
Sergio Ozella
Editores

artigos

Epistemología cualitativa. Sus implicaciones metodologicas

Fernando L. González Rey

ABSTRACT: This paper presents how a set of general principles used by the author in his definition of qualitative epistemology are expressed, under a methodological point of view. Methodology is defined as a communication process, where instruments are just an instance, with no further implications to the produced knowledge.
In construction of knowledge, the relationship between singularity and generality, and also between theory and practice, is approached in a different way. Knowledge is not expressed as a gradual process of inductive or deductive nature, but as a permanent constructive process, defined by the author as configurational.
Finally, a discussion on the value of samples in construction of knowledge is presented, where the use of statistical criteria to assure sample populational significance is criticized. The author proposes an alternate way to handle populational level studies.

Keywords: epistemology, method, sample, population.

Desde principios de la decada del ochenta se observa un creciente interes entre los psicólogos por el uso de técnicas cualitativas, las cuales habían aparecido anteriormente en sociología, antropología y etnología. La aparición de los métodos cualitativos, sin embargo, no representó necesariamente una modificación en los procesos de producción del conocimiento y su uso apareció con frecuencia dentro de los principios más generales de la epistemología positivista.

Las modificaciones metodológicas de una ciencia tienen que estar implicadas con transformaciones esenciales sobre la representación del objeto de estudio para ser parte de un proceso de ruptura epistemológica. En este sentido el desarrollo de una definición ontológica de la subjetividad, como noción integradora de la teoría psicológica, exige una redefinición metodológica irrealizable fuera de una profunda modificación epistemológica.

En artículo anterior[1] hemos presentado el vínculo entre una epistemología alternativa, a la que hemos denominado cualitativa, y la subjetividad. En el presente trabajo desarrollaremos la forma concreta en que la epistemología cualitativa se expresa a nivel metodológico y conduce a un planteamiento esencialmente diferente al inspirado por el positivismo. Este planteamiento no quedaría definido por el tipo de instrumentos utilizados, sino por la especificidad de las operaciones implicadas en la producción de conocimientos, o sea, por su definición epistemológica.

Los postulados más generales sobre los que definimos la epistemología cualitativa conducen a una modificación profunda del planteamiento metodológico de la psicología, la cual intentaremos explicitar en el presente artículo. Esta modificación comienza por el propio concepto de metodología, el cual ha estado muy asociado con la definición despersonalizada de los instrumentos y de las etapas a seguir en la formalización del proceso de producción del conocimiento.

1 Gonzalez Rey, F. (1996) Epistemología cualitativa y subjetividad (inédito).

En nuestra opinión la metodología representa el diseño integral de nuestra aproximación al objeto de estudio, la cual debe integrar todas las exigencias de la producción del conocimiento sobre cada objeto concreto del saber científico. Son precisamente las diferencias entre estos objetos las que marcan las diferencias metodológicas entre las diferentes ciencias, tras las cuales se expresan diferencias de carácter epistemológico.

La psicología al igual que otras ciencias sociales tiene un objeto que es consciente e interactivo, cuya naturaleza ontológica es similar a la del investigador que lo estudia, lo cual afecta su planteamiento metodológico de diferentes formas. En primer lugar el principio epistemológico de que la producción de conocimientos tiene carácter interactivo en las ciencias sociales, el cual fue explícito entre los principios de la epistemología cualitativa, exige una definición metodológica que en nuestra opinión se expresa en lo siguiente:

1. La investigación es un proceso de comunicación en cuyo curso va madurando el vínculo entre el investigador y el sujeto investigado, vínculo que resultará esencial en la calidad de la información producida. La creación de un clima de seguridad y confianza donde se dialogue sobre el tema a tratar y se desarrolle el interes de los sujetos estudiados, es una condición esencial para la investigación.

2. Toda investigación debe comenzar con un intercambio de ideas entre el investigador y los sujetos que participarán en el estudio, el cual representará un primer momento en el conocimiento de los sujetos, así como en su implicación con el tema a investigar. Este primer momento se puede realizar de forma personal o grupal en dependencia del tamaño del grupo, así como de los objetivos del trabajo. La motivación de los sujetos que participarán en la investigación es una condición esencial para su desarrollo.

3. El proceso de investigación debe conservar hasta el final su valor motivacional para quienes participan en él, por lo tanto, será un proceso de comunicación entre los implicados de principio a fin. El diseño metodológico no quedará rigidamente pautado por los instrumentos a aplicar; por el contrario, cada instrumento a utilizar, además de su especifidad por el tipo de contenidos, representará un momento del desarrollo del vínculo entre investigador e investigado. Esto se observa con gran frecuencia en las referencias explícitas del sujeto investigado a momentos anteriores de la comunicación con el investigador.

La comunicación es el gran escenario en que transcurre de forma integral la investigación, pues la información que se produce en cualquiera de los momentos del proceso puede ser relevante para los objetivos de conocimiento, lo que exige al investigador estar presente de forma activa en todos los momentos de este proceso. La relación investigador-investigado es permanente a todo lo largo de la investigación.

La entrevista es una forma particular de relación que asume el proceso antes referido, la cual puede tener diversos objetivos, no solo el de obtener información, que ha sido el más común desde una perspectiva instrumentalista. Un objetivo esencial de la entrevista puede ser motivar a sujetos que manifiestan indicadores de desmotivación en el curso de la investigación, o ayudar a personas que se desorganizan o responden agresivamente ante las situaciones diseñadas para el estudio. Estos objetivos de hecho se expresan por un vínculo que también es fuente de información relevante.

En general la información aparece como resultado natural de toda comunicación humana, sin embargo, en determinados momentos de la investigación la entrevista se proyecta con objetivos bien definidos de información, mientras que en otros es planeada para garantizar la calidad del proceso de investigación.

Por la significación que atribuimos a la comunicación dentro de la epistemología cualitativa, la entrevista no es considerada como un instrumento más, sino una via permanente en la que se expresa de diferentes formas la continuidad del proceso de investigación y/o diagnóstico. El número de entrevistas que serán desarrolladas en una investigación dependerá de los objetivos del investigador, así como de las necesidades que se vayan desarrollando a lo largo del proceso, tanto de aquellas asociadas a la construcción del conocimiento, como de las que aparecen por el carácter social de la investigación.

En nuestra concepción cualitativa de la investigación psicológica, la propia aplicación de instrumentos representa un proceso en continuidad. Ningún instrumento constituye un fin en si mismo, sino un momento en la construcción de la información cuyo sentido es definido por el investigador. El sentido de una misma información puede cambiar en el curso de la investigación, pues este no se define en abtracto, como un resultado instrumental, sino por su relación con el conjunto de información disponible en cada momento de este proceso.

La representación general del conocimiento como proceso constructivo-interpretativo, dada en la epistemología cualitativa, influye directamente en la definición del concepto de instrumento. En la metodología científica inspirada en el positivismo, los instrumentos aparecían siempre asociados a procedimientos orientados a definiciones estandarizadas a partir de las respuestas del sujeto ante él. Esto condujo a la proliferación de los tests psicológicos y al ideal de la validez, estandarización y confiabilidad que hasta hoy acompaña su utilización en psicología.

El principio de los tests es seguido también por las técnicas proyectivas, las cuales a pesar de presentar instrumentos esencialmente diferentes a los cuestionarios utilizados en los tests psicométricos tradicionales, se acompañan por sistemas cerrados de categorias que dan sentido de forma supraindividual a la expresión de los sujetos estudiados. Un principio que se asume explicita o implicitamente

con la utilización de los tests en psicología, es que los resultados constituyen datos acabados portadores de un sentido definido para la construcción del conocimiento y que están listos para vincularse entre si a través de correlaciones que garanticen los resultados finales sin la intervención subjetiva del investigador.

Desde la perspectiva epistemológica que asumimos, la investigación cualitativa no trabaja con instrumentos capaces de producir datos que puedan considerarse microelementos acabados de construcciones teóricas más abarcadoras que no se diferencian en su constitución cualitativa de los datos que le dan origen, como ocurre en los factores o resultados producidos por correlaciones estadísticas.

El instrumento lo consideramos como un inductor de la expresión del sujeto y su sentido es inseparable del carácter holístico de este; por lo tanto, la definición del sentido que pueda tener una u otra expresión del sujeto ante él, solo podrá ser definida dentro del conjunto de informaciones disponibles sobre el sujeto. La expresión de este ante un instrumento no se puede comprender como respuesta en el sentido tradicional que esta categoría ha tenido para la psicología, es decir, definida por la cualidad del estímulo que le afecta.

La expresión del sujeto ante el instrumento es una construcción que tiene sentido solo dentro de su constitución subjetiva; por lo tanto, ningun elemento inductor a nivel instrumental tendrá el mismo sentido para los diferentes sujetos que lo responden. Como hemos afirmado en otros trabajos (González Rey, no prelo; 1996), la comprensión de la expresión del sujeto como construcción, es uno de los grandes aportes epistemológicos del constructivismo, el cual no ha sido suficientemente explotado por los propios autores constructivistas.

Consideramos los instrumentos como formas parciales de expresión del sujeto dentro del proceso general de investigación. El sentido de estas expresiones se construye por el investigador a través de la interpretación, la que se apoya en el conjunto de la información procedente de los diferentes instrumentos y momentos de la investigación. Estos no se suman ni se correlacionan de forma directa, sino se construyen en un nivel cualitativo diferente.

El proceso de interpretación que está en la base de la producción de conocimiento se nutre de la diversidad de informaciones procedentes del momento empírico de la investigación, pero integra esta dentro de un nuevo contexto teórico que se definirá por el propio curso de la interpretación. Por lo tanto, el instrumento deja de ser un referente directo para definir el valor de la información que se expresa en él.

Esta concepción nos lleva a una definición cualitativa de los propios instrumentos que estará en gran medida definida por el ingenio y creatividad del investigador, quien deberá generar propuestas que estimulen la expresión del sujeto y sean capaces de reportar información relevante. Hasta hoy la posición asumida

por los investigadores ante los instrumentos ha sido muy pasiva, pues la exigencia de que ellos estén debidamente estandarizados, validados y que sean confiables, ha pasado a ser cada vez más objeto de largas y costosas investigaciones, mientras que la producción de instrumentos se ha concentrado en empresas multinacionales, factores que han ido colocando al investigador como un usuario pasivo de los mismos.

Rescatar el carácter activo de la producción del conocimiento y el lugar del sujeto en este proceso, tanto del investigador como del sujeto investigado, constituye una fuerte ruptura con la ideología tradicional asociada a la investigación científica que despierta muchas resistencias en los investigadores. Este proceso de cambio, sin embargo, no debe ser asumido como una nueva ideologización que niegue todo lo que sea diferente a él, sino como un nuevo camino de la investigación muy vinculado a la aparición de un nuevo objeto de estudio; la subjetividad.

La utilización de los instrumentos también tiene carácter interactivo; el investigador sigue la ejecución de los sujetos y está preparado para aprovechar cualquier pregunta o diálogo que la situación suscite. Incluso en nuestros trabajos utilizamos cada vez más los instrumentos como via para promover la reflexión del sujeto y profundizar nuestros vínculos con él. En este sentido, por ejemplo, devolvemos a los sujetos estudiados instrumentos que ya analizamos y les pedimos reflexionar sobre sus respuestas y desarrollar de forma explícita todo lo que deseen a partir de su análisis. En este procedimiento, el instrumento y la entrevista se integran como momentos de un mismo proceso.

El proceso de investigación implica de forma activa y reflexiva al investigador y al sujeto estudiado, sea este social o individual, en un vínculo progresivo que conduce al desarrollo del sujeto, quien frecuentemente logra nuevos niveles de reflexión y construcción de su experiencia en el curso de la investigación. En la medida en que el sujeto estudiado se expresa en un nivel mayor de complejidad y da sentido a nuevos espacios de su experiencia personal, aparece información nueva que puede conducir a modificaciones importantes en el propio curso de la investigación.

El sujeto estudiado no es una entidad estática que puede ser conocido de forma directa por los instrumentos a utilizar dentro de la investigación empírica. El proceso de investigación compromete en todo momento la reflexión y la construcción del investigador y del investigado a través de la comunicación entre ambos en este proceso.

El sujeto investigado construye su expresión desde una perspectiva personal que está más alla de las preguntas concretas formuladas por el investigador, y este, a su vez, incorpora las informaciones provenientes del momento empírico dentro de las potencialidades conceptuales de la teoría que asume y de su propia

experiencia, las cuales son esenciales en el proceso de significación de la información empírica. Unido a esto, el rejuego permanente del diálogo entre ambos permite descubrir aspectos enmascarados de la información e incorporarlos al proceso de producción del conocimiento.

La definición de los diferentes momentos de la investigación cualitativa

La investigación definida sobre una base epistemológica cualitativa responde al estudio de objetos complejos como la subjetividad. En este sentido, la investigación cualitativa no se orienta por un proceso hipotético deductivo como el que caracteriza a la investigación psicológica tradicional de orientación cuantitativa.

La definición del problema en la investigación cualitativa no representa una simplificación *a priori* del objeto de estudio, sino una definición compleja y abarcadora que responde a la naturaleza del objeto investigado. El problema no es una pregunta concreta a ser respondida por la investigación, sino la representación de los ejes esenciales que definirán la busqueda y la construcción teórica en los primeros momentos de este proceso. El problema no será una formulación rígida y estática que permanecerá inalterable en el curso de la investigación; él se ira modificando con el desarrollo del proceso de producción de información.

La investigación cuantitativa tradicional está orientada por un conjunto de etapas rígidas orientadas a dar respuesta a las hipótesis derivadas del problema planteado, con lo cual la definición precisa del problema deviene condición necesaria para comenzar la fase de aplicación de los instrumentos. Sin dudas todo investigador necesita tener una representación sobre aquello que desea investigar, sin embargo, esto no quiere decir que la investigación necesite hacer un corte *a priori* que limite la información a obtener sobre la base de las definiciones analíticas y operacionales que caracterizan el tránsito del problema a las hipótesis.

Así, por ejemplo, el estudio de los patrones de comunicación familiar y su impacto en el desarrollo de la personalidad es un problema; sin embargo, el estudio de los conflictos entre la madre y los hijos sería un problema mal planteado, aunque sea más concreto, pues en un fenómeno complejo como la familia es imposible abstraer la relación de la madre con los hijos del contexto interactivo general que define la naturaleza familiar. El tipo de vínculo de la madre con los hijos puede ser un síntoma del comportamiento general de la familia, sobre lo cual no podríamos opinar nada si el diseño metodológico se concentra solamente en la relación madre-hijo.

La investigación de todo sistema complejo supone entrar en contacto de forma abierta y holística con el objeto de estudio y a su vez conservar la dirección de

nuestro pensamiento sobre aquello que nos interesa. En este proceso, la representación previa del investigador sobre lo que desea investigar puede ampliarse y modificarse en el curso de la investigación. Esta característica de la investigación cualitativa ha sido señalada por otros investigadores; sin embargo, en ocasiones ha aparecido asociada a un empirismo que, en mi opinión, corre el riesgo de representar más un retroceso que un progreso en términos epistemológicos

Así, por ejemplo, Quinn Patton, quien ha aportado reflexiones muy interesantes al desarrollo de la investigación cualitativa, señala (1990):

> El análisis inductivo contrasta con el abordaje hipotético-deductivo de los diseños experimentales que requieren la especificación de las variables esenciales y la declaración de las hipótesis específicas de la investigación antes de que la recogida de datos comience. Una especificación de las hipótesis apoyada en un marco teórico explícito significa que los constructos generales proveerán el marco para comprender las observaciones específicas o los casos estudiados. El evaluador debe entonces decidir con anticipación que variables son importantes y que tipo de relación entre ellas puede ser esperada.
>
> La estrategia del diseño inductivo es permitir que aparezcan las dimensiones importantes del análisis de los patrones encontrados en los casos bajo estudio sin presuponer por adelantado cuales serán las dimensiones importantes. (p. 44)

Quinn Patton está defendiendo una idea sin dudas muy importante: permitir la expresión compleja de lo estudiado sin que sea simplificada por categorias teóricas que actuen como camisas de fuerza sobre ella; sin embargo, se plantea en esa defensa un retorno a lo empírico desde una lógica inductiva, que en nuestra opinión no constituye una solución al problema. La ruptura con el método hipotético-deductivo de la investigación tradicional, que de por sí también tiene una profunda connotación empiricista, no se resuelve con la sustitución de la deducción por la inducción, en lo que representaría un retorno a un empiricismo todavía más primitivo, sino con el desarrollo de otras formas de comprender el vínculo entre lo teórico y lo empírico.

En nuestra opinión la relación entre una teoría y el momento empírico de investigación no es directa. El escenario para la construcción teórica del sujeto estudiado es el propio sujeto, no la teoría tomada en abstracto. Ninguna teoría puede explicar de forma puntual e isomórfica las manifestaciones diversas del sujeto que aparecen en el curso de la investigación; sin embargo, la teoría constituye un marco de referencia ineludible, sin el cual sería imposible la construcción teórica del momento empírico.

La teoría no se tiene que asociar con la presencia de categorias fijas y universales que actuen como referentes obligatorios para dar cuenta de las expresiones parciales del sujeto estudiado. La teoría además de sus categorias, representa un proceso permanente de reflexión y construcción que trasciende todo intento mecánico de reducir la complejidad de lo estudiado a una taxonomía categorial

parcial e inalterable. Las categorias son momentos de conceptualización que deben facilitar el desarrollo del pensamiento, no restringirlo.

La definición de la complejidad como un marco diferente para la construcción teórica del fenómeno a estudiar, que tiene en cuenta su carácter contradictorio, pluridetermínado, holístico y dinámico, supone redefinir el propio carácter de las categorias a ser utilizadas en la construcción teórica. En este sentido hemos definido un tipo de categorias en el estudio de la personalidad denominadas configuraciones, que no representan estructuras universales por su contenido, sino una organización compleja de elementos dinámicos diversos que varian de un sujeto a otro en la definición del sentido subjetivo de su experiencia.

La construcción teórica de los fenómenos complejos exige categorias capaces de dar cuenta de la propia naturaleza de lo estudiado, es decir, capaces de conceptualizar lo estudiado en su riqueza, diversidad y cambio, no como realidad última sustancializada en atributos fijos. En este sentido, las categorias darian cuenta de la organización y el desarrollo de lo estudiado, pero no de su contenido concreto, el cual varía de acuerdo a la experiencia de cada sujeto singular. El abordaje complejo del tema de la subjetividad exige la integración necesaria de lo singular y lo general, precisamente por ser la acentuada definición singular del hombre un atributo de su naturaleza compleja.

La cuestión, por lo tanto, no es rechazar la teoría, sino asumirla en otro nivel cualitativo que permita su dialogo permanente con el momento empírico, pero sin perder su carácter rector en este vínculo, precisamente por ser la teoría, desde sus construcciones abarcadoras, la que permite la inteligibilidad de procesos complejos que resultan inaccesibles al conocimiento a través de sus manifestaciones parciales y concretas. La relación entre la teoría y el momento empírico es una relación tensa y contradictoria, donde el conocimiento se desarrolla a través del pensamiento igualmente contradictorio de los investigadores que se sintetiza en cada momento del desarrollo teórico.

Mantener lo cualitativo en los marcos del empirismo es un ejemplo de como metodologias diferentes se pueden desarrollar bajo los mismos principios epistemológicos. Así, Taylor y Bogdan, que han sido otros pioneros en el desarrollo de los métodos cualitativos en las ciencias sociales, afirman (1989):

> El investigador cualitativo suspende o aparta sus propias creencias, perspectivas y predisposiciones. Tal como lo dice Bruyn (1966), el investigador cualitativo ve las cosas como si ellas estuvieran ocurriendo por primera vez. Nada se da por sobrentendido. Todo es un tema de investigación (p. 21).

En la cita referida de Taylor y Bogdan, se observa un principio esencial de la epistemología cuantitativa de inspiración positivista, el de la fidelidad a los datos y la neutralidad del investigador. La fidelidad a los datos fuera de la construcción

teórica es de hecho una infidelidad, pues los datos no son un fin en si mismo, sino manifestaciones de fenómenos más complejos subyacentes a su apariencia, en los cuales el hombre solo puede entrar a través de la producción de su pensamiento.

La investigación cuantitativa tradicional ha seguido un orden rígido en la formulación de sus etapas y ha considerado cada una como un fin en si misma separada de las restantes. Por ejemplo, la etapa de aplicación de instrumentos es separada del análisis de los resultados, mientras que en la investigación cualitativa las etapas se interpenetran continuamente en un proceso donde el propio problema que dio origen a la investigación puede cambiar en el curso de esta.

Los resultados de los instrumentos se analizan en la medida que se van produciendo y son complementados con las reflexiones y observaciones de que el investigador dispone en cada momento concreto del desarrollo de la investigación. En el curso de este proceso por lo general se definen nuevos instrumentos sobre la base de las nuevas necesidades que aparecen en el desarrollo de la construcción teórica.

Información y reflexión se van integrando de forma permanente en el desarrollo progresivo de la construcción teórica, y dan lugar a un proceso infinito que se explicita en los momentos en que el investigador logra expresar conceptualmente un determinado momento del proceso. Esta construcción parcial no responde a un objetivo definido *a priori*, sino a la madurez que el propio investigador logra en su dominio sobre lo estudiado.

Una diferencia esencial que marca el curso de la investigación cualitativa en relación con la cuantitativa es el carácter permanente de la construcción teórica durante su desarrollo. La investigación cuantitativa depende de la información cuantificada brindada por los instrumentos, mientras que en la investigación cualitativa los propios indicadores cuantitativos forman parte del proceso general de construcción de la información y no tiene valor fuera de él.

El pensamiento del investigador es el flujo constante que orienta el curso de la producción de conocimiento. En este proceso, los resultados empíricos representan un momento activo de contradicción e interrogación que mantiene la producción del pensamiento dentro del curso del objeto estudiado.

Como fuente de información lo cualitativo y lo cuantitativo no son incompatibles a nivel metodológico; la incompatibilidad aparece cuando se quiere llegar a los resultados del conocimiento por procedimientos cuantitativos que reducen a un plano secundario la construcción teórica, la que aparece esencialmente como forma de organización y conceptualización de los datos, constituidos en fuente primaria del proceso de producción científica.

Las etapas que orientan la investigación positivista tradicional responden por entero a la lógica de demostrar las relaciones de variables formuladas en la hipótesis, lo cual exige de su operacionalización como requisito necesario para su medición a través de los instrumentos. Una vez que las variables son operacionalizadas pueden encontrarse los instrumentos para evaluarlas y evitar un proceso de construcción teórica que no pueda ser seguido de forma directa desde los resultados instrumentales.

Entendemos que una vez modificado el propio concepto de investigación desde una perspectiva epistemológica diferente, no es necesario mantener la definición de etapas que fue producida por una perspectiva instrumentalista y verificacionista de diferente origen epistemológico. La investigación es un proceso complejo que se organiza de forma simultánea en diferentes ejes esenciales que encuentran su continuidad en la actividad pensante del investigador. En el curso de este proceso se definirán acciones concretas del investigador facilitadoras de su desarrollo, las cuales se irán explicitando a nivel metodológico en función de las necesidades que vayan apareciendo en el curso de la investigación.

En este proceso constructivo permanente que supone la investigación cualitativa desde la perspectiva epistemológica asumida, su desarrollo no se expresa por la acumulación de información que se define por su sentido a través de su codificación en categorias parciales diseñadas para tal propósito. Por el contrario, la lógica para producir información relevante sobre los objetivos propuestos se expresa en la interpretación permanente de toda nueva información dentro de toda la información disponible en cada momento de la investigación.

El sentido de una información para el proceso de construcción teórica no viene dado por su frecuencia, sino por su relevancia cualitativa dentro de la cualidad integral del proceso interpretativo que se desarrolla; por lo tanto, cada caso concreto tiene un carácter único para el proceso de construcción teórica. El primer escenario de interpretación es siempre el sujeto concreto que constituye la unidad del fenómeno a investigar. Así, por ejemplo, si la cuestión a investigar es la escuela, las diferentes escuelas concretas a ser investigadas se convertirán en el primer escenario de la construcción teórica; en cada una de ellas el proceso de investigación avanzará de forma diferenciada y única, independientemente de que se estén investigando cuestiones similares en cada una de ellas.

La investigación de cada cuestión concreta a estudiar se va expresar de forma única en cada escuela, dentro de la cual aparece como un momento orgánico de su funcionamiento integral. En este marco la cuestión investigada conduce a problemas específicos que solo tendrán sentido en este escenario, pero que pueden tener un significado importante en la interpretación general de lo estudiado, por sus vínculos tanto directos, como indirectos, con aquello que aparece de otra forma

en las demás escuelas. En este proceso, la generalización no está dada por la coincidencia aparente en la diversidad de lo estudiado, sino por la construcción de una explicación abarcadora capaz de integrar en sus diversos vínculos lo diferente.

Significación de lo singular en la investigación cualitativa

La expresión de lo singular y su carácter constitutivo de lo estudiado ha sido una de las cuestiones peor tratadas en el desarrollo en las ciencias sociales, pues lo individual se ha considerado con frecuencia como una forma particular de fenómenos debidamente generalizados por categorias que aparecen con un valor universal a nivel teórico, o bien como la expresión de medidas de significación estadística que poco tienen que ver con la naturaleza de lo estudiado.

Ninguna categoría particular de la teoría puede dar cuenta de forma indiferenciada de un fenómeno concreto del nivel empírico. Ejemplos de lo anterior se han producido en todos los marcos teóricos que se han llegado a institucionalizar de una forma u otra dentro de la historia del pensamiento humano. Así, por ejemplo, ocurre con las interpretaciones que llevan dentro del psicoanálisis a ver en todo una expresión de temor a la castración o una expresión latente del deseo de posesión de la madre, o en el marxismo cuando pretende explicar todo en función del origen de clase de la persona y pierde los extraordinarios matices de su historia única.

La herencia positivista de buscar leyes universales en la explicación de todos los fenómenos se manifestó de una forma u otra en las tendencias más relevantes del pensamiento psicológico. En este sentido vemos todavía hoy autores relevantes de la psicología que utilizan la categoría personalidad como conjunto de rasgos, presentándola como una variable más dentro del juego de correlaciones donde buscan la significación de lo estudiado, sin percatarse que la personalidad es el escenario único de la constitución subjetiva del individuo y, por lo tanto, no está disponible al conocimiento a través de categorias prefabricadas que permitan la comparación de los sujetos entre si ante instrumentos similares.

Lo diverso debe ser integrado a la construcción teórica general en su propia especificidad, sin perder su autonomía relativa en relación al marco teórico que lo asume desde una perspectiva concreta. El valor de lo singular para la construcción teórica está precisamente en lo que aporta desde su especificidad para comprender el funcionamiento integral de aquello que se pretende explicar. Lo singular es una manifestación diferenciada y única de diversos universos de generalidad, que no se agota en los marcos de ninguna categoría concreta y menos en las categorias estáticas y rígidas que más han proliferado en las distintas formas de construcción del conocimiento psicológico.

Como Sartre escribío (1967):

> Para nosotros la verdad se transforma, ella es y será devenir. Es una totalización que se totaliza sin cesar; los hechos particulares nada significan, no son ni verdaderos ni falsos en tanto no sean referidos por la mediación de diferentes totalidades parciales a la totalización en curso (p. 30).

Esta totalización que Sartre refiere es precisamente la misma organización ontológica compleja defendida por la epistemología de la complejidad y definida por Marx dentro de las ciencias sociales.

La investigación cualitativa en psicología tiene que recuperar lo singular como momento orgánico para la construcción de lo general y este es uno de los principales desafios del estudio de la subjetividad desde una perspectiva epistemológica cualitativa. Esta perspectiva se traduce a nivel metodológico en la definición de lo singular como un momento esencial del desarrollo de la investigación. La construcción teórica de un tema complejo como el de la subjetividad no puede prescindir del estudio de lo singular como momento esencial del proceso de investigación.

Lo singular no es expresión de la casualidad, ni un momento secundario de otro nivel que considerado como esencial en relación con él, lo pueda explicar de forma directa e indiferenciada. Lo singular es un momento cualitativo específico en la constitución de otros fenómenos complejos de los que forma parte, como son la sociedad y la personalidad, pero su explicación no se agota por las construcciones teóricas generales disponibles en ese otro nivel.

La sociedad no puede ser explicada por una acumulación de conocimientos sobre el individuo, pues ella en su propia definición cualitativa genera fenómenos que le son propios, pero a su vez el conocimiento social no puede prescindir de la forma única y diferenciada en que ella aparece constituida en cada individuo concreto, cuya acción puede representar el desarrollo de una tendencia de cambio a nivel social encubierta en el momento del estudio. El cambio social tiene lugar a través de la acción de los hombres y no por leyes supraindividuales que lo determinan desde afuera.

El estudio de la personalidad comprendida como la constitución de la subjetividad individual resulta esencial para el desarrollo de una psicología social diferente, que considere al hombre como un elemento constitutivo esencial de la propia trama social. El escenario de la construcción teórica del individuo es el propio individuo, del cual la teoría da cuenta en un momento mediato de su propio desarrollo.

La teoría proporciona el marco general que va a orientar la interpretación, pero ella no aparece a través de sus categorias para dar explicaciones puntuales a manifestaciones individuales parciales. El curso de la construcción teórica del caso individual mantiene su sentido dentro de la propia lógica irrepetible de este,

dentro del cual el investigador tiene que entrar auxiliado por sus categorias, las que servirán de base a su actividad pensante pero nunca la sustituiran.

El investigador avanza en su construcción teórica a través de los desafíos que enfrenta dentro de dos sistemas complejos que se confrontan de formas muy contradictorias; la teoría y la propia realidad del sujeto investigado. En este proceso él está condicionado por las posibilidades de su marco teórico, pero simultaneamente lo está desarrollando en su intento por dar sentido a nuevos fenómenos, que a pesar de ser compatibles con el marco teórico, no aparecen explicados en el momento actual del desarrollo de la teoría.

A través de las nuevas zonas de sentido de la realidad que se hacen inteligibles a la teoría en el curso de su desarrollo, la teoría aumenta su sensibilidad para dar cuenta de fenómenos nuevos que le resultaban inaccesibles en momentos anteriores. Este proceso es responsable por el desarrollo de la teoría y siempre es mediato en relación a su situación actual. Por supuesto este proceso tiene lugar a través del sujeto que construye y mantiene viva la teoría dentro de sus infinitas formas actuales de expresión.

La legitimización del sujeto en su unicidad individual como momento esencial para la construcción teórica y la investigación de la subjetividad, nos lleva a la definición de formas metodológicas concretas para su estudio. Ha sido precisamente la imposibilidad de reconceptualizar epistemológicamente formas nuevas dirigidas a este fin, una de las razones que explica el retorno a la inducción como via para la producción del conocimiento en la investigación cualitativa, como ya fue analizado en relación a la posición de Quinn Patton expuesta anteriormente.

El desarrollo de procedimientos concretos en el estudio del caso individual nos ha conducido a lo que hemos denominado como metodología configuracional, inspirada en el propio tipo de unidad teórica que hemos desarrollado para el estudio de la personalidad. A diferencia de la inducción, la metodología configuracional parte de formas teóricas definidas para la producción de información que condicionan esta forma particular de producción del conocimiento.

Definición configuracional de la investigación cualitativa

La definición configuracional se caracteriza por la legitimidad que toda información tiene para ser parte del proceso de construcción científica. La fuente instrumental no es la que legitima el valor de una información, sino el proceso dentro del cual ella adquiere sentido para los fines del conocimiento. En el proceso de construcción teórica se combinan de forma permanente informaciones de procedencias diversas, entre las que se incluyen reflexiones del propio investigador relacionadas solo de forma indirecta con las informaciones producidas por los

instrumentos, pero que son parte orgánica del proceso de construcción teórica donde adquieren sentido los propios resultados instrumentales.

El proceso de construcción de conocimiento representa una configuración y reconfiguración permanente de aquellos elementos que se producen en el curso mismo de la invetigación, los cuales no solo vienen del objeto estudiado, como supondría el uso de la inducción, sino que integra de forma más o menos estructurada ideas teóricas que responden al momento actual de la teoría y que entran en este proceso por la reflexión del investigador, la cual, en nuestra opinión, representa uno de los elementos esenciales dentro de esta perspectiva configuracional, pues la configuración es en si misma una construcción.

El investigador es quien articula dentro del proceso de investigación los diferentes momentos de la representación teórica que sustenta dentro de la diversidad de expresiones empíricas de lo estudiado, proceso que con frecuencia conduce a una extensión de las zonas de sentido de la teoría sobre su objeto.

Las configuraciones son estructuras abiertas de información que se legitiman en su propio desarrollo y no por sus relaciones inmediatas con ningún referente empírico. El sentido de cualquier información concreta para el proceso de conocimiento no depende de su valor "objetivo" en abstracto, sino del sistema teórico que incorpora la información, el cual es siempre resultado de una construcción teórica en proceso, donde el dato se incorpora como momento del proceso y no como referente externo y "objetivo" de su legitimación.

La definición del sentido de un elemento no responde a formas precedentes que lo condicionan, sea la inducción o la deducción, sino que es resultado de un acto de construcción del investigador que tiene lugar dentro de la forma irregular en que transcurre la propia experiencia del sujeto estudiado. En este sentido, la información no se constituye por referencias externas al momento complejo actual del sujeto dentro del cual tiene lugar la continuidad de la producción teórica.

Entrar en la continuidad de la experiencia del sujeto estudiado presupone la incorporación permanente de información al proceso de construcción teórica, lo cual da lugar a la existencia de situaciones desestructuradas y ambiguas como momentos necesarios de la investigación, que solo pueden ser incorporadas al curso del proceso a través de la construcción teórica del investigador, la que permite incorporarlas a la teoría en la riqueza de su diversidad y mantener la tensión contradictoria necesaria del crecimiento teórico.

La información se configura como momento de un proceso abierto y actual, que se desarrolla como parte de la configuración teórica de lo estudiado, y dentro de este proceso ella no puede ser abstraida de su propio devenir por la intervención metodológica. La información producida por esta via no sigue el curso de la in-

ducción, ni de la deducción; por el contrario, estas funcionan como momentos del proceso constructivo que tiene lugar.

Un problema que nos ocupa con mucha atención en esta definición que hemos asumido en nuestro intento de explicitar las exigencias metodológicas del estudio de lo singular para el desarrollo general de la teoría, es el de legitimar el proceso de construcción de información y las operaciones y recursos implicados en él. En este sentido, hemos definido la categoría **indicador** para dar cuenta de aquellas unidades más elementales de información sobre el objeto que aparecen en el curso de su estudio.

Los indicadores son aquellas unidades que adquieren sentido en el proceso de interpretación a través de formas concretas de expresión del sujeto estudiado. Los indicadores tienen siempre carácter hipotético y se expresan como momentos del proceso de interpretación que tiene lugar en el escenario de la construcción teórica; por lo tanto, los indicadores no son datos abstractos del momento empírico, sino conjuntos de elementos sobre lo estudiado sensibles a adquirir sentido dentro del momento actual de la construcción teórica.

Los indicadores adquieren valor por su carácter irrepetible en el estudio de un sujeto concreto y resultan imposibles de ser generalizados por relaciones de similaridad en su expresión de un sujeto a otro. Los indicadores no se integran por relaciones de semejanza entre si, sino por su carácter necesario dentro de una estructura de sentido producida a nivel teórico, y que permite la construcción específica de cada caso concreto estudiado. La teoría permite encontrar puntos de integración entre los indicadores que no son evidentes en su expresión aparente.

Toda información con capacidad para producir una afirmación, interrogación o contradicción, que pueda ser bien definida en un momento concreto de la interpretación, la consideramos como un indicador. Por ejemplo, si en la utilización de un completamiento de frases una mujer se refiere al marido de forma explícita solo en una de las frases, en la cual este es referido junto a los hijos, mientras que estos aparecen referidos en otras trece de las setenta frases que integran el instrumento, y si además, en frases referidas al matrimonio y a los hombres se expresan contenidos formales o negativos, esta unidad de informaciones diversas constituye un indicador sobre posibles dificultades en el vínculo con el esposo, que se abre como una hipótesis en el curso general de la interpretación .

El indicador puede ser considerado en todo momento parte del proceso donde se legitima, no como un elemento aislado que debe ser validado independientemente para pasar a formar parte del análisis de resultado. El indicador aparece legitimado precisamente por ser un momento de construcción del sujeto que aparece con un sentido irrepetible en el curso de la interpretación.

La construcción del conocimiento sobre la subjetividad es un proceso constante de configuración de indicadores que son integrados entre si en el curso de la interpretación, proceso en que se expresa la continuidad de la construcción teórica. Los indicadores pueden cambiar su sentido en el curso de la investigación ante la producción de nuevas informaciones, lo que puede conducir a desechar la hipótesis original dentro de la cual adquirieron sentido en un momento anterior del proceso.

La aparición de un indicador forma parte del propio proceso de aparición de otro, pues todo indicador representa la creación de una nueva zona de sentido sobre el sujeto estudiado, la cual aumenta la sensibilidad para la producción de nueva información sobre ella. Todo nuevo indicador expresa la integración necesaria entre un momento de desarrollo el pensamiento y las manifestaciones concretas del objeto estudiado que adquieren sentido a través de él. El indicador siempre adquiere sentido dentro de una potencialidad teórica que lo permite.

La categoría indicador nos lleva a cambios sustanciales en la definición de las propias necesidades de la investigación científica. Con frecuencia para legitimar el desarrollo que ha tenido un proceso o elemento que es objeto de nuestra investigación en dos momentos diferentes, se utilizan los mismos instrumentos, con el objetivo de garantizar la identidad de lo evaluado. Esta tendencia está definida por el lugar central otorgado al instrumento desde la perspectiva tradicional dominante en la investigación psicológica, dentro de la cual las comparaciones solo son posibles a través por la aplicación de instrumentos idénticos en momentos diferentes.

Al desplazar el foco de atención del instrumento al proceso cualitativo de significación de la información que nos brinda, las respuestas dejan de ser lo más importante y pasam a ser el tipo de indicadores producidos, los cuales, a pesar de ser diferentes entre sí, tienen la capacidad de integrarse de forma coherente dentro de una misma construcción teórica y dentro de ella permitir la construcción comparativa de dos momentos de su desarrollo.

La legitimidad de la información usada en una comparación no está dada por su procedencia instrumental, sino por la capacidad de la construcción teórica para dar sentido a dos momentos diferentes a través de conjuntos diversos de indicadores que nos permitan conocer cada momento en su especificidad constitutiva. Son los momentos generales de la construcción los que resultan comparables, no los indicadores entre si. La comparación entre los diferentes momentos estudiados será el resultado de construcciones teóricas diferentes referidas al mismo fenómeno y no de la comparación aislada de elementos similares definidos de una misma forma desde los intrumentos utilizados.

Los indicadores solo cobran significación teórica dentro de las construcciones que determinan su sentido en el momento actual del desarrollo teórico. En el en-

foque configuracional propuesto todo indicador surgido en el momento empírico pasa de inmediato a ser parte de una unidad más compleja de construcción teórica que permanentemente es susceptible de reconfiguración en el curso de la investigación.

La repetición de los instrumentos para dar cuenta de dos momentos diferentes sobre lo estudiado refleja la preocupación de los investigadores por garantizar la comparabilidad de los resultados, solo que definen esta en términos de la procedencia instrumental y no de la construcción teórica que permita colocar los mismos dentro de perspectivas comparables. Buscando la legitimidad de la comparación en la identidad de los intrumentos aplicados ante situaciones diferentes, los autores que sustentan esta posición pierden de vista que al intentar conservar la identidad instrumental pueden afectar la cualidad del sujeto estudiado.

Cuando el sujeto identifica que está ante un instrumento ya conocido, la comparación, incluso de forma no consciente, con lo que expresó anteriormente es un factor que puede afectar su expresión actual y ser fuente de distorsión.

El hecho de considerar solo los instrumentos como fuente de distorsión ha obviado la condición cualitativa del sujeto estudiado, quien nunca ha sido estudiado en relación a los procesos que desarrolla frente a una situación de estudio. La investigación psicológica tradicional ha asumido que la estandarización de los instrumentos estandariza el sentido de las respuestas en quienes los responden y ha olvidado que estas se construyen a través de la organización única de la subjetividad de aquellos.

El enfoque configuracional enfatiza la naturaleza irrepetible de la construcción del conocimiento en cada sujeto estudiado, proceso que, en su diversidad, se convierte en una condición para el desarrollo de construcciones teóricas generales. En el marco configuracional, la singularidad representa un desafío irrepetible, que debe ser teoricamente configurado a través de elementos irrepetibles que solo tendrán sentido por su integración dentro del sujeto estudiado.

El proceso de selección de la muestra en la metodología cualitativa

He decidido la inclusión de este tópico dentro del presente artículo, pues siento que tiene una relación orgánica con el resto de los epígrafes presentados y, sin embargo, ha resultado con menos frecuencia objeto de una reflexión crítica. Considerar el proceso de significación del conocimiento por la cualidad de la construcción teórica, sin necesidad de referir esta a criterios externos, como puede ser el criterio de frecuencia, el cual desde esta perspectiva representaría solo un indicador más a considerar en el curso de la producción de conocimiento, nos lleva

a comprender de otra manera el sentido de las muestras en la historia de la investigación social.

Las muestras son definidas con el propósito de garantizar el valor de un conocimiento producido a nivel poblacional. Este valor, sin embargo, es comprendido desde los parametros básicos desarrollados por la investigación cuantitativa de perfil instrumentalista, es decir, a través de la significación estadística que a nivel poblacional tienen los diferentes tipos de respuesta dadas ante los instrumentos. En este sentido el conocimiento sobre la población se desarrolla a través de elementos comparables definidos por los instrumentos, lo cual nos pone en duda sobre la legitimidad del conocimiento producido, no por el tamaño de la muestra utilizada, sino por los procedimientos utilizados para su producción.

La forma tradicional en que han sido tratadas las grandes muestras en la investigación psicológica reproduce la división formal de las etapas del diseño de investigación a la que nos referimos anteriormente. La fase de aplicación se separa de forma rígida de la interpretación, lo que conduce a la acumulación de la información obtenida para un procesamiento despersonalizado. Esta forma de tratar la información impide el acceso a fenómenos muy interesantes del comportamiento de la población estudiada, además de amenazar la propia calidad de la información producida, pues los temores, preocupaciones e incertidumbres que la respuesta al instrumento pueden crear a la población que los responde son factores distorsionadores del sentido de la respuesta. Estos efectos no son creados solamente por la situación experimental, sino por la propia subjetividad social dentro de la cual el trabajo es realizado.

La lógica instrumentalista de las investigaciones desarrolladas con grandes muestras por lo general no ha atendido el desarrollo de un ambiente emocional positivo en el grupo estudiado, ignorando el factor humano que garantiza la cualidad de la información producida, lo cual, unido al tipo de instrumento cerrado que se usa, con frecuencia conduce a que sean asumidos como resultados convincentes por su significación estadística expresiones falseadas consciente o inconscientemente por los sujetos estudiados, para lo cual, paradójicamente, no se planea ningún medio de control.

El trabajo con grandes muestras significativas definidas por criterios poblacionales de fundamento estadístico es un atributo definitorio de la epistemología cuantitativa, pues sacrifica *a priori* la complejidad de la información a obtener, al definir las unidades de análisis como resultados directos de los instrumentos, eliminando todo proceso de construcción diferenciada sobre la información obtenida.

La significación en términos poblacionales de forma alguna puede ser tomada como una garantía para la significación del conocimiento producido. La selección de la muestra omite la individualidad de los sujetos escogidos, quienes pasan a

ser exponentes de un criterio genérico *a priori* de raza, sexo, edad, clase social o cualquier otro, en función de los cuales pasan a ser representantes absolutos del grupo por el cual fueron escogidos, y son asumidos con un mismo valor a los efectos de la producción de conocimiento.

El estudio de una población es imposible desde un acto instrumental de conocimiento; el mismo representa un proceso que debe madurar en el tiempo y permitir la expresión a fondo de aquella sobre el aspecto estudiado. La utilización de las correlaciones instrumentales como via para el conocimiento de una población sería válida solo para el conocimiento de aspectos descriptivos de su comportamiento, lo cual puede ser tanto el objeto de diferentes tipos de investigación, como un momento necesario de investigaciones más complejas, donde este momento descriptivo se puede incorporar como un elemento de sentido más al proceso integral de la construcción teórica.

El enfoque configuracional al que dedicamos el epígrafe anterior es válido también para el estudio de poblaciones. Cuando estudiamos problemas complejos asociados a la naturaleza constitutiva de una población debemos trabajar con las manifestaciones más diversas de esta que puedan ser significativas para el problema estudiado, lo cual es posible solo por una participación permanente en el escenario cotidiano de la población estudiada.

El trabajo a nivel poblacional exige el despliegue simultáneo de instrumentos y vias de información diferentes, como el trabajo grupal, el estudio de casos, de familias, el vínculo con instituciones de atención a la población estudiada etc. La presencia del investigador en el escenario donde se desarrolla la vida del grupo estudiado le permite elegir diferentes tipos de individuos que, por sus características y posición dentro de la población estudiada, pueden resultar significativos desde diferentes ángulos para el problema estudiado. Este proceso cualitativo que se va definiendo dentro del propio abordaje configuracional de la población estudiada resulta más significativo para la calidad de la información a obtener que el muestreo estadístico que ignora la diferenciación de los sujeto escogidos.

La selección de la muestra sobre los individuos a estudiar en un grupo no tiene necesariamente que quedar definida *a priori* por criterios poblacionales ajenos al problema que se pretende estudiar, sino que puede ser un proceso progresivo que avance en relación con las propias necesidades de información que se van desarrollando en el proceso de investigación.

Referencias bibliograficas

González Rey, F. (1995) – **Problemas Epistemologicos de la Psicología**. Habana, Editorial Academia.

Kincheloe, J. (1991) – **Teachers as Researchers. Qualitative Inquiry as a Path to Empowerment**. London, Sussex, Falmer Press.

Quinn Patton, M. (1990) – **Qualitative Evaluation and Research Methods**. New York, Sage Publications.

Sartre, J. P. (1967) – **Bosquejo de una Teoria de las Emociones.** Madrid, Alianza Editorial.

Taylor, S. I. e Bogdan, R. (1989) – **Introducción a los Métodos Cualitativos de Investigación**. México, Paidós.

A criança na família em transformação: um pouco de reflexão e um convite à investigação

Rosane Mantilla de Souza*

RESUMO. O objetivo do artigo é apresentar alguns aspectos relativos às transformações que vêm ocorrendo na estrutura e relacionamento familiar, de modo a ressaltar o caráter inexplorado da área e estimular a produção de investigações sobre as concepções infantis de família, relacionamentos e suas transformações. Dados demográficos e históricos sobre o Brasil são apontados, de modo a circunscrever as particularidades das relações no país frente à emergência dos ideais igualitários de relacionamento. A experiência das famílias de dupla carreira, divorciadas, monoparentais e outras são analisadas para evidenciar as diferenças entre as perspectivas adulta e infantil. A investigação da experiência das crianças diante das transformações da família introduz também a necessidade do conhecimento dos processos cognitivos que fundamentam sua construção da "realidade". Apresentando trabalhos sobre cognição social, a autora destaca quão pouco é sabido sobre o que define um arranjo como família para a criança, quais são as variações compreendidas e seus correlatos.

Palavras chave: *criança, relacionamento familiar, cognição social, demanda de modernização.*

ABSTRACT: This paper intends to present some features related to the ongoing changes in family structure and relationships, in order to highlight the unexplored nature of the subject and to encourage investigations regarding children's conceptions of family, relationships and their changes. Demographic and historical data of Brazil were used to circumscribe the singularities of relationships in this country, due to the emergency of equal relation ideals. Experiences of double-career, divorced, and monoparental families, among others, are explored to emphasize the differences between adult and child perspective. The investigation of child experience regarding family changes makes evident the requirement of knowledge on the cognitive processes underlying their construction of 'reality'. By presenting the literature on social cognition, the author highlights the lack of knowledge about what defines the family organization to children, the variables engaged, along with their correlates.

Keywords: children, relationship, social cognition, modern life.

– Por favor, desenhem uma família.

Nos últimos anos, após uma rápida apresentação pessoal, tenho começado os cursos e/ou *workshops* que venho ministrando sobre relacionamento familiar e/ou divórcio, com essa solicitação.

Estudantes ou profissionais de psicologia, assistentes sociais, pedagogos, médicos ou advogados bombardeiam-me com perguntas. Como resposta, geralmente acrescento:

– Desenhe a primeira coisa que veio à sua cabeça, quando eu fiz o meu pedido.

Eu convidaria o leitor a desenhar também, antes de prosseguir a leitura.

Com uma certa reserva e desconfiança, após não mais de cinco minutos, todos afirmam que acabaram. Ligo, então, o retroprojetor e vou mostrando um acervo de desenhos infantis, um desfile de famílias monoparentais femininas, masculinas, com e sem a presença de outros parentes, onde também vemos o(a) namorado(a) da mãe ou do pai, "amigos", a empregada doméstica e animais. Conforme faço isso, peço aos presentes que respondam se fizeram desenhos como aqueles. Só uma vez obtive uma resposta positiva, embora, sempre, no mínimo

* A autora tem o apoio do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-SP.

metade dos presentes vivam ou viveram em um destes tipos de arranjos familiares (o que lhes é perguntado, após desligar o retro).

Solicito então que exibam – ou comentem como é – seu desenho. Sempre, o que observo é um conjunto mais ou menos elaborado, composto por um casal e duas crianças, muitas das vezes, um menino e uma menina. Há diferenças no cenário, maior ou menor número de detalhes, mas, estruturalmente, o máximo de variação refere-se à presença de uma terceira criança. Quando interrogo o grupo sobre o porquê de terem escolhido brindar-me com essa configuração, ao invés da de sua família de origem ou da atual, as explicações acabam por se resumir a: – *Eu tentei fazer uma família normal!*

Posso encontrar, tanto quanto eles mesmos sempre o fazem, um sem-número de justificativas, muitas teoricamente sofisticadas, para o que os motivou a não retratarem a própria experiência, mas esta não é a questão. Por mais que a família venha mudando, há um modelo ideal, normativo ou idealizado de composição familiar que permanece atuando na mentalidade brasileira (não somente brasileira) e o objetivo deste artigo é apresentar alguns aspectos relativos às transformações que vêm ocorrendo na estrutura e relacionamento familiar e, assim, convidar o leitor a buscar compreender e investigar a quase totalmente inexplorada área da construção das concepções infantis de família e relacionamento.

Um breve passeio demográfico

Os dados recentes do Censo de 1996, conforme publicados na *Folha de S. Paulo* (6/8/97) mostram que o país conta com uma população de 157.079.573 habitantes e que, para cada 100 mulheres há, em geral, 97,26 homens. A população vem se tornando cada vez mais velha – a média de idade aumentou de 21,7 anos em 1991, para 23,2 anos –, houve um declínio de mais de 3% no total de indivíduos com menos de 14 anos (atualmente representando 31,62% da população total) e um conseqüente aumento de cerca de 3% da população adulta (hoje 63,01%) e da população idosa; atualmente 5,37% da população tem mais de 65 anos. A taxa de crescimento populacional permanece declinando, e o número médio de filhos por mulher que, em 1980, era de 4,35, hoje é de 2,32 (aqueles dois que todo mundo desenha!) Portanto, as famílias estão ficando menores e cada vez mais idosas. Além disso, permanece nítido o crescimento das famílias chefiadas por mulheres, que em 1970 era de 13,3% e, em 1996, já atingiu os 20,8%.

Destas famílias chefiadas por mulheres, parte significativa é composta por divorciadas. Sendo a dissolução do casamento um fenômeno em acelerado crescimento em todo mundo, é fácil pensar que este número tende a ser cada vez

maior. Considerando especificamente a cidade de São Paulo, a qual congrega a beira dos 10 milhões de habitantes, aqui o casamento legal sofreu uma queda de 11% entre 1980 a 1992. Mesmo tendo crescido o número de uniões informais, este é muito inferior ao aumento das separações, que atinge a ordem de mais de 257%, e dos divórcios, mais de 550%, no mesmo período (Gomes, 1992).

Em 1990, em São Paulo, casavam-se por dia cerca de 553 pessoas, separavam-se 78 e divorciavam-se 76. Entre os que se casavam, alguns poderiam estar fazendo-o pela segunda vez. A mesma pesquisa mostrou que em São Paulo – e também no país – um casamento rompe-se, em média, após 10 anos "o que teoricamente recolocaria no *mercado matrimonial*, homens em torno dos 36 anos e mulheres em torno dos 33, jovens o bastante para recomeçar a vida a dois" (Gomes,1992, p.4) e, devo acrescentar, terem outros filhos.

Considerando os dados publicados pelo IBGE – Pnad, 1993 (*Folha de S. Paulo*, 1996), da população brasileira com mais de 15 anos, em média 43% está casada no civil e/ou religioso. Convive-se hoje com outros mais de 50% de famílias unipessoais, divorciadas, uniões consensuais, viúvos e solteiros.

Em conjunto, estas estatísticas permitem conjeturar que se modificou o significado do casamento e as expectativas dos indivíduos em relação a ele. Mas, estes dados também trazem à luz outras conseqüências: um número cada vez maior de pessoas que se separam enquanto casais permanecerão unidos na função parental e um número cada vez maior de crianças viverá em famílias monoparentais e novamente casadas, afastadas (pouco, muito ou definitivamente) do pai ou mãe biológico e convivendo ou não com um novo cônjuge dos pais, a família de origem e outros filhos deste, os irmãos e irmãs destas possíveis novas uniões, além de todas as idas e vindas desta reconstituição da vida afetiva parental.

A família mudou. Adultos e crianças ajustam-se da mesma maneira? O que permite às crianças chamar (desenhar) um número cada vez maior de arranjos não-tradicionais de "família", enquanto os adultos permanecem identificando-a aos 43% anteriormente citados? Razões psicológicas, intrapsíquicas? Sim, mas também contextuais.

Famílias não-tradicionais

A aplicação dos conhecimentos sistêmicos à família facilitou a compreensão de que, pensada como um sistema, uma família não é uma *coisa*, composta de mãe-pai-filhos (da mesma forma que qualquer sistema não é uma coisa). Trata-se, sim, de um processo que, ao longo do tempo, pelo cuidado, permite o crescimento, a transmissão da experiência, inclusive das normas e narrativas culturais e a diferenciação dos indivíduos. Esta des-identificação da família com o núcleo paren-

to-filial é fundamental, principalmente para a discussão/compreensão das alterações que vêm ocorrendo na organização das famílias e que fez com que, mesmo na própria literatura psicológica, os arranjos familiares que não coubessem no modelo nuclear fossem denominados como não-tradicionais.

Embora eu considere importante apontar o pré-conceito ou estigmatização envolvido no termo "família não-tradicional", trata-se de algo corrente na literatura. São consideradas famílias alternativas ou não-tradicionais aqueles arranjos familiares que diferem da família-padrão, ideal, a saber, a família nuclear composta pelo par conjugal e sua prole biológica. De fato, pode-se mesmo delinear a trajetória de quais arranjos familiares foram sendo considerados alternativos na literatura psicológica e quais os critérios foram justificando sua definição enquanto tal.

Assim, a longa discussão que acabou na delimitação do conceito de *famílias de dupla carreira* provém da introdução das questões relativas aos efeitos do trabalho feminino extra-domiciliar e o desenvolvimento infantil.

Após Spitz e Bowlby terem demonstrado, logo após a II Guerra Mundial, que certas formas de separação mãe-criança poderiam produzir severos efeitos sobre o desenvolvimento da personalidade, muitos autores encararam o trabalho feminino como perigoso para os filhos.

Uma extensa produção de pesquisas buscou fundamentar ou refutar as conseqüências adversas que o trabalho extra-domiciliar das mulheres teria para os filhos. As revisões bibliográficas, já nas décadas de 60 e 70 (Stolz, 1960; Siegel e Haars, 1963; Poznanski, Maxey e Marden, 1970; Bee, 1974) acabavam por utilizar alguma variação da frase: a conclusão geral que pode ser delineada é que não há evidências de distúrbios socioemocionais nas crianças cujas mães trabalham, quando o *cuidado alternativo* proporcionado é estável. O número de pesquisas produzido na época, e mesmo até hoje, faz entrever que o público em geral, e mesmo os psicólogos, são difíceis de serem convencidos.

Assim, o estudo dos cuidados alternativos ou dos sistemas alternativos de criação das crianças, introduziu-se como uma questão relevante, pesquisando-se o efeito dos berçários e pré-escolas (*day care*), dos sistemas coletivos de cuidados – que variaram das "fazendas *hippies*" aos *kibbutzim* – evidenciando cada vez mais a aceitação das alternativas de identidade ou satisfação pessoal para a mulher.

A idéia da satisfação com o *status* ocupacional (quer trabalhe ou não extra-domiciliarmente) já era apontada por Yarrow (1974) e, desde então, suas variações, juntamente com a estabilidade dos cuidados alternativos, tornaram a situação das famílias das mulheres que trabalham extra-domiciliarmente, não mais um objeto de estudo de potenciais problemas de desenvolvimento das crianças, mas sim, da investigação das características das *famílias de dupla carreira*.

Em 1978, quando entrevistei 40 mulheres que trabalhavam ou não extra-domiciliarmente, estando ou não satisfeitas com seu *status* ocupacional, e seus filhos, pude concluir ser exatamente a satisfação ocupacional a variável mais expressivamente associada à experiência positiva e compreensão infantil da situação (Pereira, 1978).

É interessante citar que, naquele momento, embora não tivesse a posse dos conceitos de demandas de modernização (discutidos adiante) e famílias não-tradicionais, perguntava às crianças, que tinham de 7 a 10 anos, se quando crescessem trabalhariam fora ou sua mulher o faria, no caso dos meninos. Obtive como resposta uma consistência com a ocupação materna entre os meninos. Mas, aqueles cuja mãe não exercia atividade profissional, eram inquiridos sobre o que ocorreria caso sua mulher quisesse "trabalhar fora" e como seus futuros filhos sentir-se-iam. *Contrariamente ao universo vivido em casa, eles respondiam que* então a esposa o faria e os filhos gostariam, porque "ela gostava", apontando o reconhecimento da satisfação como algo fundamental a ser considerado. Já as meninas, independentemente do grupo, aspiravam o trabalho extra-domiciliar, embora argumentassem que, caso o marido não quisesse, não o fariam, ou escolheriam uma "profissão que não atrapalhasse os filhos, porque aí o marido não se importaria", mostrando, mesmo então, um treinamento diferencial da mulher para a submissão.

No ano de 1982, no Prefácio a um volume denominado *Nontraditional Families: Parenting and Child Development*, Lamb lembrava que "Mesmo hoje, a família tradicional (a família ideal que contém uma mãe dona-de-casa e um pai provedor) é freqüentemente lembrada romanticamente e nostalgicamente por aqueles que lamentam seu desaparecimento...". Neste mesmo Prefácio, o autor acrescentava que seu livro continha artigos sobre as seguintes famílias alternativas:

> ... aquelas nas quais ambos os pais trabalham fora de casa, famílias nas quais o pai divide as responsabilidades do cuidado com suas esposas mais eqüitativamente do que nas famílias tradicionais; famílias monoparentais chefiadas por homens e por mulheres; estilos de famílias "alternativas" onde as mães deliberadamente escolhem evitar o casamento... (p. ix).

Como é possível concluir, não é mais o efeito do trabalho feminino que dirige a investigação, mas os correlatos da dupla carreira, da divisão dos cuidados e a emergência da preocupação com os arranjos monoparentais. O uso da terminologia *não-tradicional* ressalta a contraposição a um padrão ideal, a um modelo, mais que uma situação alternativa, impregnada até de um momento histórico de *contracultura*.

Embora ainda se encontre a utilização da noção de famílias não-tradicionais, o número de arranjos dessa natureza tornou-se tão elevado que só reflete o quanto

os investigadores, de fato, ainda são motivados por um ideal em extinção: o casamento indissolúvel do pai provedor com a dona-de-casa.

Analisando as principais revistas de psicologia do desenvolvimento e terapia familiar (Souza, 1994), pude perceber que a escalada do divórcio – sentida a partir dos anos 70 e intensificada a partir dos 80 – deslocou o foco de atenção da investigação e do enquadramento do divórcio como famílias não-tradicionais, para o estudo da dinâmica das famílias monoparentais e as que levam o nome de reconstituídas ou recompostas e para as questões de guarda e disputa. E eu não posso deixar de marcar, novamente, o papel do modelo idealizado persistente no uso dos termos "recomposta" ou "reconstituída".

A década de 90 está exigindo, além disso, o estudo das mães de *produção independente* e das famílias adotivas, não porque esteja havendo também uma escala da adoção, mas porque o tema interconectou-se com as questões das famílias homossexuais. É óbvia a premência de informações sobre o que ocorre psicologicamente com todos estes "novos" arranjos familiares, mas ainda são maiores os desafios no sentido de compreender como a criança, por ela mesma, convive com estas experiências.

Hoje, apesar do interesse clínico e da mídia, o campo dos trabalhos empíricos sobre as *famílias homossexuais* masculinas ou femininas ainda é pouco produtivo; há generalizações – e artigos – a partir das teorias vigentes, mas pouca investigação de campo. Em linhas gerais, não são verificados os hipotetizados problemas de identificação sexual nos filhos de pais ou mães homossexuais (Miller, 1979; Bozett, 1981; Patterson, 1992; Javaid, 1993). As mães homossexuais tendem a esperar que os filhos de ambos os sexos casem-se e tenham filhos, realizando, portanto, escolhas heterossexuais (Javaid, 1993).

A competência parental destes homens e mulheres não está associada à sua escolha sexual. Ao contrário, o estudo de Flaks, Fisher e Joseph (1995), ao comparar famílias heterossexuais e lésbicas, verificou que não há diferenças entre os grupos de crianças filhas destes dois arranjos quanto ao funcionamento e ajustamento do comportamento geral, e que, se comparadas, as mães lésbicas tendem a ser mais sensíveis às necessidades dos filhos. Nesta direção, os pais *gay* é que parecem vivenciar mais problemas de identidade, ao buscarem se comportar segundo dois padrões de comportamento de pai/homem e no mundo particular *gay* (Miller, 1979; Bozett, 1991).

No Brasil, só foi encontrado o relato de um atendimento clínico a uma família lésbica, mas focado na discussão dos conflitos conjugais (Dias, 1994)[1]. As particularidades da representação social e inserção do homossexual na família brasileira

1 Dias, M. L. (1994) II Congresso Brasileiro de Terapia Familiar, São Paulo.

levantam dúvidas sobre a possibilidade de uma transposição das informações americanas. Fica assim totalmente aberta a área de investigação e as necessidades de atendimento e orientação aos relacionamentos familiares e compreensão deles.

Quanto ao *divórcio*, até hoje, nada foi feito que contradissesse o produzido por Hetherington (1979), que investigou exaustivamente o processo de ajuste familiar à separação. O desequilíbrio da família como um todo tende a se incentivar um ano antes do rompimento e demora cerca de mais um ou dois (máximo de cinco) para a família encontrar um novo padrão estável de funcionamento. Nas palavras da autora:

> ... estas constatações sugerem que, a longo prazo, não convém para os pais manter um casamento conturbado para poupar as crianças se a alternativa for um lar estável com um dos pais. A longo prazo, as desavenças do casal podem se associar a resultados mais adversos, para os filhos, que o divórcio. (p. 262)

Em geral, os efeitos negativos do divórcio sobre a criança estão relacionados às dificuldades parentais no estabelecimento de um "divórcio emocional" que os leva a manterem-se em disputa, mesmo que espacialmente separados. Outros autores (Santrock e Warshac, 1986; Wallerstein e Kelly, 1980) também afirmam que é a alta qualidade de relacionamento com o pai não residencial o principal suporte para a criança, reduzindo seu medo de ser abandonada e de perder o amor dos pais, e confirmando o fato de que o conflito parental não a envolve.

As pesquisas citadas foram feitas nos Estados Unidos. No Brasil, encontra-se um trabalho realizado por Ribeiro (1989) que investigou como 23 adolescentes, residentes em Brasília, sentiram-se na época da separação dos pais, as coisas boas e desagradáveis decorrentes. A autora enfatiza que, segundo a percepção dos jovens, quando o conflito parental é muito grande e prolongado, a separação é um alívio e eles preferem-na. Da mesma pesquisadora, há ainda um estudo sobre a percepção que os adolescentes têm das relações familiares, a qual é caracterizada como positiva e satisfatória (Ribeiro, 1992). De fato, o que foi verificado nada acrescenta aos estudos já citados; há apenas semelhanças.

A família mudou e continuará mudando. Suas modificações, como tentei vir mostrando, são de duas ordens, mutuamente implicadas: mudanças estruturais (demográficas) e mudanças ideológicas, no sentido de um ideal democrático ou igualitário de relacionamento.

O aumento das *produções independentes*, dos casais homossexuais, buscando orientação em consultórios devido ao desejo de adotar uma criança, dos homens querendo a guarda ou compartilhar da guarda com as ex-parceiras, após o divórcio, e o aumento da própria taxa do divórcio e das famílias produto de segundas, terceiras uniões dos pais, no entanto, não têm sido suficientes para promover uma aceitação geral dessas famílias como "normais" e não, ou como a

fonte, em si mesma, de dificuldades infantis. O fato de teóricos e pesquisadores do ciclo vital da família conceberem o divórcio como uma transição previsível no ciclo da vida familiar, ou todo o conjunto de pesquisas realizadas em psicologia do desenvolvimento, mostrando que **não** são as transformações da família que **causam** as dificuldades de comportamento infantil; no entanto, não conseguiram fazer com que muitos dos psicólogos abandonassem o diagnóstico da situação como em si mesma patogênica.

Desde 1990, venho estudando a experiência do divórcio e das famílias monoparentais com base na vivência do adulto (Souza, 1992[2]; 1993[3], 1994; 1995a[4]). Em 1994, iniciei uma investigação sobre a experiência das crianças frente ao divórcio dos pais (Souza, 1995b). Antes, como já mencionei, havia estudado como a criança concebia/vivenciava o trabalho materno extra-domiciliar remunerado (Pereira, 1978), bem como alguns aspectos da experiência dos filhos de "mães solteiras" (Pereira, 1980), tendo sido possível concluir que a qualidade da experiência familiar, e não o fato da família ser considerada não-tradicional, é o grande definidor da "saúde" infantil. Estes estudos também permitiram-me perceber – o que não causa qualquer espanto – que a forma como a criança concebe sua experiência tende a ser mais flexível do que a de seus pais ou dos adultos em geral.

A narrativa cultural e as demanda de transformação

A última década introduziu na psicologia as questões da modernidade e da pós-modernidade. No campo dos estudos psicológicos sobre a família, esta discussão tende a organizar-se segundo duas vertentes: a primeira é representada por aqueles que descrevem as *famílias modernas* e as *pós-modernas*, tendo como referencial o momento histórico; a segunda, pelos autores que discutem as denominadas *demandas de modernização* (de transformação, como prefiro chamá-las), referindo-se a um conjunto específico de aspectos relativo à pós-modernidade (O'Hara e Anderson, 1991; Doherty, 1991) ou à radicalização da modernidade (Guiddens,1990; 1992), mas concentram-se na investigação/compreensão das *descontinuidades da experiência* correlativos da aceleração do *ritmo de mudança.*

A *família moderna,* ou seja, a restrita família nuclear ou conjugal, produto da ascensão da burguesia industrial, foi o produto de uma grande mudança de natureza psicológica: uma grande revolução afetiva que se concentrou no interior da

2 Souza, R. M. (1992) Subsídios para a organização de grupos de pais singulares. Pesquisa apresentada na XLIV Reunião Anual da SBPC, São Paulo.

3 Souza, R. M. (1993) Single parents growing groups. Pesquisa apresentada como parte do workshop Single families. V World Congress of Family Therapy, Amsterdã.

4 Souza, R. M. (1995a) Single-families in Brazil. The World Federations for Mental Health. Tema livre, Dublin.

família e teve, na relação provedor-dona-de-casa, um novo modelo de casamento (definido pela escolha amorosa) e o sustentáculo de uma família que acolhe o desenvolvimento infantil saudável em seu sentido mais amplo e se responsabiliza por ele. Este modelo descreve a família do século XIX até meados da década de 60. Nos anos 60, emergiram as *famílias pós-modernas*, que incorporam o feminismo, o questionamento da divisão e hierarquia de trabalho, os domínios e identidades cristalizados, e podem ser identificadas com as famílias alternativas descritas na literatura de psicologia do desenvolvimento.

O estudo das *demandas de modernização* refere-se à compreensão dos processos decorrentes das pressões que exigem novas adaptações ou o desenvolvimento de padrões relacionais para que se incorporem, na vida familiar, as alternativas de satisfação para a mulher, a função do homem no universo doméstico, o questionamento das hierarquias de papel, e tudo de maneira rápida e sem que se encontre "no passado" o orientador para o enfrentamento do presente/futuro. O foco de análise está, então, na compreensão das tensões relativas às exigências de produzir novas respostas – ser moderno, atual – de maneira tão rápida que tornam a descontinuidade entre modelo tradicional e a experiência vivida uma ruptura. Se, no passado, as transições (modernizações) ocorriam com o passar de uma geração para outra, o ritmo de exigência de mudança, hoje, faz-se sentir sobre cada um, muitas vezes, ao longo de um ciclo vital individual.

É necessário entender algumas das condições macrossistêmicas implicadas na concepção de família no Brasil, para dar conta de como a transformação vem se processando e qual o sofrimento resultante. Sem a localização do lugar que a família ocupa na subjetividade brasileira, é difícil compreender alguns dos correlatos psicológicos da experiência de transformação familiar.

Lynn Smith (citada em Medina, 1974) comparou a instituição formadora principal na constituição do Estado, nos Estados Unidos, América Espanhola e Brasil. Segundo a autora, enquanto nos Estados Unidos a escola foi o principal agente formador e na América Espanhola a Igreja desempenhou esta função, no Brasil, a família ocupou o papel de instituição principal.

Historiadores, sociólogos e antropólogos (Almeida *et al.*, 1987; Muricy, 1987; DaMatta, 1987; Kuznesof, 1989; entre outros) têm descrito como a família ocupa uma posição central, fazendo com que a relação indivíduo-Estado, indivíduo-lei, seja diminuída em favor da proteção familiar, a qual transcende os vínculos meramente sangüíneos, para conter as "pessoas da casa".

Vários autores apontam a centralidade que a família tem no Brasil, enquanto orientadora da subjetividade. Assim, Almeida *et al.* (1987) afirma que a família é uma matriz ética, enquanto Muricy (1987) descreve-a como um agente ordenador

social. Para DaMatta, ela é um valor, "um ponto para o qual tudo deve tender" (1987, p. 425).

Os trabalhos que venho realizando, junto a homens e mulheres divorciadas e mães não-casadas, têm evidenciado os reflexos deste processo. Psicologicamente falando, é possível verificar a existência de um mito relativo à família perfeita ou intacta, no sentido da família nuclear, mesmo que esta seja mais uma exceção do que a regra. Nestas circunstâncias, divorciar-se, ser uma mãe-solteira ou filho de mãe-solteira, recobre-se de ofensa, fracasso e desproteção. O sofrimento diante da separação, abandono ou dissolução do relacionamento transcende o rompimento afetivo, potencializando-se.

Ao lado da dor do rompimento do laço amoroso, dos sentimentos de fracasso, das dificuldades materiais e de organização concreta da vida, os indivíduos convivem com o que defini como "experiência de transgressão". Embora o divórcio seja juridicamente legal, no universo psicológico (individual e coletivo) brasileiro trata-se de uma transgressão que traz consigo a vergonha e a culpa por dividir-quebrar-romper a família e, com isso, esfacelar a imaginada proteção dela emanada (Souza, 1993, 1995a). Enquanto nas sociedades protestantes a infidelidade é uma grande ofensa, no País, tende-se a ser mais permissivo a ela do que ao divórcio.

Tanto Figueira (1986, 1992) como DaMatta (1991) apontam como há um "jeito brasileiro" de ajustar-se às demandas de transformação, mudando a abordagem, mas deixando viva a tensão relativa ao ajuste apenas periférico.

Os ideais igualitários que se fizeram sentir em todo o mundo, nos últimos 30 anos, parecem ter sido absorvidos de forma particular pela família brasileira. Figueira (1992), ao discutir a desorientação dos indivíduos com as pressões de modernização, fez uso da noção de desmapeamento: "perdeu-se o mapa para orientação" (p.84). Meu trabalho (Souza, 1994) obrigou-me a repensar esta noção, considerando que o processo dos indivíduos torna-se doloroso, não porque haja um desmapeamento, exigindo respostas novas, mas pela coexistência de "mapas" sobrepostos, como se um segundo modelo mais "moderno" fosse, em transparência, sobreposto ao primeiro e arcaico, gerando ora um encaixe perfeito, ora uma dupla orientação, ora novas possibilidades.

Como o próprio Figueira (1986) afirmou, por ser uma sociedade eminentemente hierárquica e "pela velocidade do processo no Brasil, o que se tem é a aquisição de novas identidades que se sobrepõem às antigas identidades posicionais, sem contudo alterá-las substancialmente" (1987, pp. 17-18) ou, como denominou-as, "modernizações reativas".

A compreensão da centralidade da família, como núcleo orientador da vida social, e seu confronto com a realidade da experiência de transformação, no Brasil, e, provavelmente, também em outros países latinos, obriga, igualmente, a discus-

são do psicólogo enquanto profissional, nesta realidade particular, e seu papel como um agente perpetuador de teorias limitantes para os indivíduos e grupos. Ou seja, exige o enfrentamento do conhecimento psicológico como um agente construtor e mantenedor da *realidade.*

Os sujeitos que estudei (Souza, 1992, 1993, 1994), homens e mulheres de diferentes idades e nível socioeconômico (mais de 100 horas de entrevista individuais ou grupais), em sua maioria, subvalorizavam sua capacidade parental, vendo menos o conflito (conjugal) como um problema do que a culpa por serem – terem produzido – uma família "incompleta ou quebrada", que já não pode mais proteger. Tal circunstância, então, inibe a capacidade de ajustarem-se ao funcionamento de família monoparental, bem como define um elemento continuado de tensão pós-conjugal.

A principal decorrência deste processo traduz-se numa percepção fragilizada da criança *vítima desta desproteção.* Neste panorama, mesmo que o divórcio lhe traga o alívio frente à supressão da convivência diária com o conflito conjugal, ela permanece prisioneira dos sentimentos parentais.

No mundo próximo da criança, principalmente hoje, não existem só os pais. Cada vez mais, elas passam o tempo com outras crianças, na escola, nas atividades extracurriculares, com a televisão e a *internet.* Neste mundo infantil, não ser filho de mãe que trabalha causa espanto; ser o filho de divorciados é o esperado, de "produção independente" já é freqüente. Tudo isso não será para elas o cotidiano, padrão – o normal ?

Em certo sentido, perguntar às crianças torna-se um meio de buscar entender como a transformação, enquanto ajuste possível, está se processando. Quais são os arranjos familiares aos quais a criança atribui o significado de *usuais*?

Como elas convivem com a idealização da família? Frente às demandas de transformação, seria a experiência de nossas crianças semelhante àquela de crianças de outros países? Quais alternativas a criança percebe?

Mas, também, cabe investigar a "produção da realidade" que se realiza pela psicologia e por uma psicologia incorporada ao cotidiano, aos programas de TV e às revistas: estão mais ou menos envolvidos na perpetuação desta experiência singular de proteção/desproteção familiar? E, além da mídia, o que dizer do contexto escolar e dos livros infantis?

Neste ponto, é possível identificar duas grandes necessidades. É fundamental que se processem estudos sobre as conseqüências e correlatos psicológicos das transformações que estão, aceleradamente, impondo-se à família brasileira, enquanto conjunto de pessoas e, particularmente, sobre a experiência das crianças nestas circunstâncias. Mas, também, é imprescindível que se constate a importância da investigação a partir do ângulo, o da construção da realidade.

A criança na família em transformação

Quais são os pontuadores usados por uma criança para considerar algo como família ou não? Uma família monoparental será considerada por ela uma família quebrada, na qual **falta** alguém? Tratar-se-á, talvez, de um arranjo tão tradicional quanto aquele onde há pai-mãe-filhos? E o que é o divórcio, para elas? Como ocorre?

Há a necessidade de investigações sobre os efeitos emocionais das transformações familiares, mas também dos aspectos de compreensão (cognição) envolvidos. Especificamente, o divórcio é um rompimento. Rompimentos são dolorosos e exigem a elaboração de um luto. Há lutos "normais" e lutos "patológicos".

Os estudos que buscam produzir ações ou grupos de apoio para "os filhos do divórcio" (Gardner, 1980; Issacs, Montalvo e Abelson, 1987; Schwartz, 1992; Farmer e Galaris, 1993) têm apontando o papel da competência cognitiva da criança. Nas palavras de Schwartz: "A maneira como a criança percebe o divórcio dos pais e responde a ele varia em função da idade, gênero, nível de conflito parental, arranjo de cuidados alternativos, personalidade e competência individual, redes disponíveis de apoio e seu nível de desenvolvimento cognitivo". (p. 324)

Outros autores ressaltam ainda a importância da capacidade infantil para perceber e compreender o conflito parental (Grych, Seid e Finchan, 1992; Paterson, Field e Pryor, 1994) bem como decodificar e diferenciar padrões de emoção (Cummings, Ballard, El-Sheik e Lake, 1991; Dunn, Brown e Beardsall, 1991; Fabes, Eisenberg *et al.* 1994) e, assim, enfrentar o *stress* associado aos antecedentes da separação.

Schwartz (1992) ainda destaca "a importância dos profissionais estarem conscientes do impacto da maturidade cognitiva da criança". (p. 324) Em decorrência, há a necessidade de produzirem-se informações que apóiem a criança na transição do divórcio e outras transformações, principalmente considerando-se sua escalada. Se a família está mudando, é necessário que todos se tornem capazes de conversar com as crianças a respeito de família, separação, recasamento, em casa, nas escolas e nas audiências legais. Para tanto, também se faz necessário o acesso ao seu universo cognitivo e lingüístico a respeito.

Cognição Social

Nos manuais mais clássicos de psicologia do desenvolvimento editados nos anos 90 (Mussen, Conger, Kagan e Hustonl, 1995; Bee, 1993) são encontrados capítulos ou tópicos dedicados à cognição social. Assim, Bee considera que "cog-

nição social é o termo usado para descrever uma área relativamente nova de teoria e pesquisa que se centra na *compreensão* infantil das relações sociais". (p. 456)

Mussen *et al.* (1995) caracterizam o aparecimento da cognição social como conseqüência do reconhecimento, por parte dos psicólogos, de que as "reações sociais e emocionais das crianças dependem, em parte, de como elas pensam". (p. 343) Os autores continuam, citando Flavell, o qual afirma que, "em termos amplos, a cognição social se refere à percepção, ao pensamento e ao raciocínio sobre os seres e as questões humanas". (p. 343)

Uma definição mais consistente e completa, a qual abarca as anteriores, baseia-se no trabalho de Damon e é usada por Fu, Goodwin, Sprakowiski e Hilkle (1987):

> Cognição social é a compreensão das relações sociais, objetos sociais e eventos sociais. Os estudos iniciais nesta área centralizaram-se no desenvolvimento da percepção das pessoas e da habilidade de inferência social mas a cognição social envolve mais... envolve a compreensão das relações entre os próprios sentimentos, pensamentos e ações tanto quanto as relações entre este fatores pessoais e os de outras pessoas. Assim, a partir de uma perspectiva cognitivo social, é possível compreender que a interação social é dependente da organização pessoal dos conceitos sociais e da habilidade de coordenar e integrar perspectivas. (pp. 153-154)

Embora a área da cognição social venha crescendo, o interesse dos pesquisadores tem recaído mais sobre o estudo da formação dos vínculos, disciplina, resolução de conflitos, percepção de emoções e julgamento. Ainda são poucos os estudos voltados para a concepção de família e seus desdobramentos, apesar de ser a família a instância básica de intermediação entre o mundo interno individual e a realidade social.

O Conceito de Família

Durante a década de 20, Piaget (1972) trabalhava com aspectos do pensamento verbal, tendo realizado uma investigação sobre o conceito de família. Discutia questões associadas ao egocentrismo e ao realismo. Segundo ele, a construção infantil da noção de família passa por três estágios.

> No primeiro, a criança chama de família as pessoas que tem ao redor de si: não se interessa pelas relações de parentesco e a define pela moradia e sobrenome. No segundo estágio, a criança usa a noção de parentesco, porém limita a família aos parentes que estão realmente a seu redor. No terceiro estágio, finalmente, a definição é generalizada a todos os parentes. (p. 94)

Descreve-se, assim, um processo gradativo de descentração. Obviamente, na Suíça da época, questões como divórcio, famílias monoparentais ou homossexuais não faziam parte do universo social, de modo a complicar a situação de Piaget. Passaram-se décadas antes que fosse necessário retornar-se ao seu trabalho.

Os estudos atuais, mesmo que procedendo de maneira diferente, pouco acrescentaram à certeza de um processo evolutivo. A definição de família por parte dos pré-escolares está baseada em dimensões observáveis como residência comum ou função/papel familiar. Os escolares utilizam-se de aspectos mais abstratos como vínculos afetivos, biológicos e legais (Moore, 1977; Fu *et al.*, 1987; McCollum, 1981; Gilby e Pederson, 1982; Wedemeyer, Bickhard e Cooper, 1989; Borduin, Mann, Cone e Borduin, 1990).

Newman, Roberts e Syré (1993) criticaram a relação estabelecida entre processo cognitivo apenas avaliado através do grau escolar, realizando uma avaliação direta, mais refinada, e expandiram a faixa etária analisada para a dos 4 aos 20 anos, realizaram muitas associações entre critérios de vinculação, mas não alteraram, significativamente, as conclusões anteriores.

Quanto ao papel de variáveis específicas, embora o **sexo** da criança pareça interferir, os resultados são inconclusivos. Fu *et al.*(1987) não verificaram relação entre sexo e atributos usados para definir família ou divórcio. Moore (1977) afirmou que as meninas evidenciam conceitos mais sofisticados que os meninos, enquanto Borduin *et al.* (1990) verificaram que tanto a idade quanto diferenças de gênero afetam o conceito de família, embora acabem por concluir que os efeitos podem ser atribuídos à socialização diferencial. Já, Wedemeyer *et al.* (1989) averiguaram que a complexidade do conceito está fortemente relacionada ao estágio de desenvolvimento cognitivo e menos em relação ao sexo. O único efeito do sexo referiu-se à maior freqüência do uso do critério co-residência pelas meninas. Outros estudos mencionados por Newman *et al.* (1993), aos quais não tivemos acesso, parecem apontar tal ligação.

Quanto ao **status conjugal dos pais**, Moore (1977) verificou que as crianças de famílias divorciadas demonstravam maior consciência dos vínculos emocionais e do número de adultos envolvidos numa família. Wedemeyer *et al.* (1989) observaram também que a conjugalidade estava associada a vários critérios de definição de família. Crianças provenientes de famílias divorciadas relatavam mais fatores emocionais e menos pertinência. Se estavam no período pré-operacional, também mencionavam mais as funções domésticas, mas, se estivessem no estágio operatório concreto ou formal, apontavam mais as funções domésticas do que as crianças de famílias com ambos os pais. Os filhos de famílias divorciadas parecem ser mais capazes de reconhecer uma família monoparental como família (McCollun, 1981).

As crianças menores não são capazes de definir o divórcio como um descasamento legalizado: identificam-no à separação física dos cônjuges. Durante o período operatório concreto, as crianças referiram-se à distância psicológica ou emocional entre os cônjuges e, posteriormente, à dissolução do casamento (McCo-

Ilun, 1981; Lowry, 1980; Marzur, 1993). Brodzinsky, Singer e Braff (1984) apontam os mesmos resultados quanto à compreensão da adoção. Estes estudos não assinalaram qualquer relação com sexo ou estrutura familiar.

Com base nestes trabalhos, é possível imaginar que as crianças mais velhas ou com nível cognitivo mais alto utilizem-se de critérios mais abstratos em suas definições de família, bem como que possam oferecer definições mais detalhadas do divórcio, enfatizando também aspectos menos observáveis deste processo. No mesmo sentido, deverá ampliar-se gradativamente a capacidade de aceitar composições menos tradicionais dentro da noção de família. O papel do gênero e do *status* conjugal dos pais poderá ou não fazer uma diferença.

Além dos dois trabalhos citados anteriormente (Ribeiro, 1989, 1992), só foi encontrado um que investiga algum conteúdo sobre concepção de relacionamento infantil, no Brasil. Trata-se de um estudo também realizado com adolescentes (Chaves, Botelho, Audasi, Maranhão e Santos, 1993), que buscou caracterizar a representação social de família entre 97 estudantes de segundo grau de escolas públicas e particulares de Salvador. Não foram encontradas diferenças em função do tipo de escola e, para a maioria dos jovens, família era sinônimo de união, confiança e apoio.

De fato, se está longe da possibilidade de realização de estudos sobre os efeitos de uma variável ou outra, pois, no País, nada se conhece sobre o que ocorre com crianças brasileiras. Obviamente, é de se esperar um aumento na complexidade do conceito, conforme haja ganho na capacidade cognitiva, mas isso Piaget já verificara 70 anos atrás. A questão maior refere-se à análise do conteúdo dos conceitos, concentra-se em caracterizar o "mapa" que as crianças conseguem desenvolver de modo a orientar-se no emaranhado de variações de relacionamento interpessoal/familiar. É vital identificar:

- Quais são os diferentes pontuadores usados por crianças de diferentes idades para caracterizar um arranjo familiar como uma família?
- Quais arranjos estão ou não incluídos no conceito e por que, isto é, qual o grau de flexibilidade admissível?
- Quem são os membros de uma família e quais não o são? Qual o conteúdo de cada função?
- Como descrevem padrões de relacionamento como o namoro, o "ficar", o casamento, o divórcio, novas relações afetivas dos pais pós-separação, quais consideram reversíveis e quais irreversíveis? Quais são permitidos e a quem?

O número de perguntas, como busquei apontar, é enorme. Estando engajada, atualmente, em um trabalho sobre quais arranjos familiares são compreendidos pelas crianças pré-escolares e escolares como "famílias", como compreendem o divórcio e suas decorrências, posso antecipar que é possível antever uma flexibi-

lidade cognitiva maior do que as generalizações teóricas permitiriam antever. Além disso, muitos padrões e justificativas particularmente importantes para o campo das disputas de guarda estão emergindo. Assim, fica o convite à investigação.

Referências bibliográficas

Almeida, A. M. (1987) – **Pensando a Família no Brasil.** Rio de Janeiro, Espaço & Tempo/ Editora da EFRJ.

Bee, H. (1974) – The effect of maternal employment on the development of the child. In: Helen Bee (org.) **Social Issues in Developmental Psychology.** New York, Harper & Row Pub.

Bee, H. (1993) – ***The Developing Child***. New York, Harper & Row Pub, 5ª edição.

Borduin, C. M.; Mann, B. J.; Cone, L., e Borduin, B. J. (1990) – Development of the concept of family in elementary school children. **Journal of Genetic Psychology**, **151**, pp. 33-43.

Bordzinsky, D.; Singer, L. M. e Braff, A. M. (1984) – Children's understandig of adoption. **Child Development, 55**, pp. 869-878.

Bozett, F. W. (1981) – Gay fathers: evolution of gay-father identity**. American Journal of Orthopsychiatry, 51** (3), pp. 552-559.

Chaves, A. M.; Botelho, A.C.; Audasi, E.; Maranhão, W.; e Santos, M. (1993) – Re-presentação social de família entre jovens estudantes de escolas públicas e particulares. **Estudos de Psicologia**, **10**(2), pp. 9-19.

Cummings, E. M.; Ballard, M; El-Sheikh, M.; e Lake, M. (1991) – Resolution and children's responses to interadult anger. **Developmental Psycholgy, 27**, 3, pp. 462-470.

DaMatta, R. (1987) – A família como valor: considerações não-familiares sobre a família brasileira. In: A. M. Almeida *et al.* (org.) **Pensando a Família no Brasil**. Rio de Janeiro, Espaço & Tempo – Ed. da UFRJ.

DaMatta, R. (1991) – **A Casa & a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara Koogan S/A.

Doherty, W. (1991) – Family therapy goes postmodern. **The Family Therapy Networker,** vol. 15, n. 5, pp. 36-42.

Dunn, J.; Brown, J.; e Beardsall, L. (1991) – Family talk about feeling states and children's later understanding of others' emotions. **Developmental Psychology**, vol. 27, n. 3, pp. 448-455.

Fabes, R. A.; Eisenberg, N.; *et. al.* (1994) – Socialization of Children's vicarious emotional responding and prosocial behavior: relations with mothers'perceptions of children's emotional reactivity. **Developmental Psychology, 30** (1), pp. 44-55.

Farmer, S. e Galaris, D. (1993) – Support groups for children of divorce. **The American Journal of Family Therapy**, vol. 21, n. 1, pp. 40-50.

Figueira, S. A. (1986) – O "moderno" e o "arcaico" na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: S. A. Figueira (org.) **Uma Nova Família**? Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora.

Figueira, S. A. (1992) – A família de classe média atual no Rio de Janeiro: algumas considerações. **Psicologia da USP**, vol. 3 (1/2), pp. 83-105.

Flaks, I. F.; Fisher, F. M.; e Joseph, G. (1995) – Lesbians choosing motherhood: a comparative study of lesbian and hoterossexual parents and their children. **Developmental Psychology, 31**, pp. 105-114.

Folha de S. Paulo, de 21/4/96.

Fu, V. R.; Goodwin, M. P.; Sporakowki, M. J.; e Hilkle, D. E. (1987) – Children's thinking about family characteristics and parents attributes. **Journal of Genetic Psychology, 148**, pp. 153-166.

Gardner, R. A. (1980) – **Casais Separados: a Relação entre Pais e Filhos.** São Paulo, Ed. Martins Fontes.

Gilby, R. L. e Pederson, D. R. (1982) – The development of child's concept of the family. **Canadian Journal of Behavioral Science, 14**, pp. 110-121.

Gomes, E. U. S (1992) – O casamento está mudando? **Conjuntura Demográfica**, 20/21, pp. 1-6.

Grych, J. H.; Seid, M.; e Finchan, F. D. (1992) – Assessiong marital conflict from the child's perspective: the children's perception of interparental conflict scale. **Child Development, 63**, pp. 558-572.

Guiddens, A. (1990) – **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo, Editora da Unesp.

Guiddens, A. (1992) – **As Trasformações da Intimidade**. São Paulo, Editora da Unesp.

Hetherington, M. (1979) – Divorce: a child's perspective. **American Psychologist,** vol. 34(10), pp. 851-858.

Issacs, M. B.; Montalvo, B.; e Abelson, D. (1986) – **The Difficult Divorce.** New York, Basic Books, Inc. Pub.

Javaid, G. A. (1993) – The children of homosexual and heterosexual single mothers. **Child Psychiatry and Human Development, 23**(4), pp.235-248.

Kuznezof, E. A. (1989) – A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social. **Revista Brasileira de História**, vol. 9, pp. 37-63.

Lamb, M. E. (1982) – **Nontradional Families: Parenting and Child Development**. Hillsdalle, Lawrence Erlbaum As Pub.

Levin, I. e Trost, J. (1992) – Understanding the concept of family. **Family Relations, 41**, pp. 348-351.

Lyotard, J-F. (1985) – **The Post-Modern Condition**. Minneapolis, University of Minnesota Press.

Lowry, C. B. (1980) – A cognitive developmental analysis of children's understanding of social relationships: friendship, marriage and divorce. **Dissertation Abstracts International, 41**, pp. 3579b.

Mann, B. J.; Borduin, C. M.; Cone, L. T.; Borduin, B. J.; e Sylvester, C. E. (1992) – Children's concepts of family. **Journal of the American Academy of Child and Adolescents Psychiatry, 31**, pp. 478-482.

Marzur. E. (1993) – Developmental differences in children's understanding of marriage, divorce and remarriage. **Journal of Applied Developmental Psychology, 14**, pp. 191-212.

McCollum, M. G. (1981) – Children's concepts of family and divorce. Doutoral dissertation. Indiana Univertisty at Bloomington, 1980. **Dissertation Abstracts International, 41**, pp. 3209b.

Medina, C. A. (1974) – **Família e Mudança**. Petrópolis, Vozes.

Melton G. B. e Wilcox, B. L. (1989) – Changes in family law and family life: challenges for psychology. **American Psychologist, 44**, pp. 1213-1216.

Miller, B. (1979) – Gay fathers and their children. **The Family Coordinator, 28** (4), pp. 544-552.

Moore, N. V. (1977) – Cogntive level, intactness of family and sex in relation to the child's development of the concept of family. **Dissertation Abstracts International, 37**, pp. 4117b-4118b.

Muricy, K. (1987) – O indivíduo e a sociedade em Machado de Assis. In: A. M. Almeida *et al.* (org.) **Pensando a Família no Brasil**. Rio de Janeiro, Espaço & Tempo – Ed. da UFRJ.

Mussen. P. H.; Conger, J.J.; Kagan e Huston, A.C. (1995) – **Desenvolvimento e Personalidade da Criança**. 3ª edição, São Paulo, Harbra.

Newman, J. L.; Roberts, L. R.; e Syré, C. (1993) – Concepts of family among children and adolescents: effects of cognitive level, gender and family structure. ***Developmental Psychology,*** 29(6) pp. 951-962.

O'Hara, M. e Anderson, W. T. (1991) – Welcome to the postmoderns world. **The Family Therapy Networker**, vol. 15, n. 5, pp. 18-26.

Paterson, J. E.; Field, J.; e Pryor, J. (1994) – Adolescents' perceptions of their attachment relationships with mothers, fathers and friends. **Journal of Youth and Adolescence**, vol. 25(3), pp. 579-599.

Patterson, C. J. (1992) – Children of lesbian and gay parents. **Child Development. 63**(5), pp. 1025-1042.

Pereira, R. S. (1978) – O significado do trabalho materno do ponto de vista da criança. Dissertação de mestrado, PUC-SP.

Pereira, R. S. (1980) – Uma experiência de implantação de um serviço de atendimento psicológico junto à comunidade da igreja de Santo Afonso. **Revista da PUC-SP**, (1-4), pp. 63-64.

Piaget, J. (1972) – **O Raciocínio na Criança**. São Paulo, Distribuidora Record.

Poznanski, E.; Maxey, A.; e Marden, G. (1970) – Clinical implication of maternal employment: a review of research. **American Academy of Child Psychiatry, 9**, pp. 125-144.

Ribeiro, A. (1989) – Separação conjugal: O que os filhos acham e como se sentem? **Estudos de Psicologia, 2**, pp. 25-40.

Riberiro, A. (1992) – Relações familiares; a percepção dos filhos adolescentes. **Estudos de Psicologia, 9**(1), pp. 27-42.

Santrock, J. W; Washac, R. A.; e Elliot, G. L. (1982) – Social Development and parent-child interaction. In: M. E. Lamb (org.) **Nontradional Families: Parenting and Child Development.** Hillsdalle, Lawrence Erlbaum As Pub.

Santrock, J. W. e Warshac, R. A. (1986) – Development of fathers custody, relationship and legal? Clinical considerations in fathers custody. In: M. E. Lamb (org.) **The Fathers Role: Applied Perspectives**. New York, John Willey Sons.

Schwartz, L. L. (1992) – Children's perceptions of divorce. **The American Journal of Family Therapy**, vol. 20(4), pp. 324-332.

Siegel, S. e Haas, M. B. (1963) – The working mothers; a review of research. **Child Development, 34**, pp. 513-542.

Souza (1994) – Paternidade em transformação: o pai singular e sua família. Tese de doutoramento, PUC-SP.

Souza, R. M. (1995b) – Os filhos do divórcio. In: R. M. S. de Macedo (org.) **Terapia Familiar no Brasil – O estado da Arte**. São Paulo, APTF.

Stolz, L. M. (1960) – Effects of maternal employment on children: evidence from research. **Child Developmen, 31**, pp. 749-782.

Wallerstein, J. e Kelly, J. (1980) – Effects of divorce on the visiting father-child relationship. **American Journal of Psychiatry, 137**, pp. 1534-1539.

Wedemeyer, N. V.; Bickhard, M. H.; e Cooper, R. G. (1989) – The development of structural complexity in child's concept of family: the effect of cognitive stage, sex, and intactness of family. **Journal of Genetic Psychology, 150**, pp. 341-357.

Yarrow, M. R. *et al.* (1974) – Child rearing in families of working and non-working mothers. In: H. Bee (org.) **Social Issues in Developmental Psychology**. New York, Harper & Row Pub.

O desenvolvimento do conceito de Complexo de Édipo na obra de Freud: de 1897 a 1938[1]

Helena Mª M. Lima*

Concidadãos de Tebas, pátria nossa,
olhai bem: Édipo, decifrador
de intrincados enigmas, entre os homens
o de maior poder – aí está!
Quem, no país, não lhe invejava a sorte?
E agora, vede em que mar de tormento
ele se afunda! Por esta razão,
enquanto uma pessoa não deixar
esta vida sem conhecer a dor,
não se pode dizer que foi
feliz.

CORO final de *Édipo-Rei*
de Sófocles[1]

RESUMO: O presente trabalho consiste numa leitura do desenvolvimento do conceito de complexo de Édipo na obra de Freud, desde 1897 até 1938, considerando a importância do referido conceito na teoria psicanalítica e a característica peculiar de não haver um texto específico em que este se encontre sistematizado.
A obra de Freud teve, como um todo, um desenvolvimento singular: determinados conceitos foram aperfeiçoados, revistos, enfim, ampliados e redimensionados ao longo do tempo, e um mesmo termo tem diferentes matizes em função dos diferentes momentos de sua obra. Os diferentes momentos do conceito de complexo de Édipo estão apresentados numa seqüência cronológica, divididos em etapas, onde certas descobertas e reflexões determinam compreensões diferentes do significado e da possibilidade de utilização do termo.
Compreender, portanto, os contextos específicos implícitos no significado de complexo de Édipo, ao longo da obra de Freud, bem como os diferentes significados explicitados e empregados nos textos são os objetivos do presente trabalho.

Palavras-chave: Psicanálise, complexo de Édipo, sexualidade, complexo de Castração, desenvolvimento psíquico.

ABSTRACT: This paper consists of a reading of the development of the concept of Oedipus Complex in the works of Freud, from 1897 to 1938, taking into account the importance of this concept in the psychoanalitical works and the peculiar characteristic of there not existing a specific text in witch it was systematized. Freud's work had, as a whole, a particular deveplopment: some concepts werw perfected, revised, in other words, amplified and reworked with time, and a certain expression has different meanings because of the different moments in his works. The different moments of the concept of Oedipus complex are presented on a chronological sequence, divided in stages, where certain discoveries and reflections determine different interpretations depending on meaning and the possibility of application of the expression.
Therefore, to understand the specific contexts underlying the meaning of Oedipus complex in the works of Freud, as well as the diffrerent meanings rendered explicit and used in the texts, asre the objectives of the present paper.

Keyworks: Psychoanalisys, Oedipus complex, Sexuality, Castration complex, Psychic development.

---

1 Originalmente apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para graduação em Psicologia na Faculdade de Psicologia da PUC-SP. Adaptado para publicação.

* Psicóloga e mestranda em Psicologia Social pela PUC-SP. Bióloga pela Universidade de São Paulo. Docente da Faculdade de Psicologia e do Centro de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

a) de 1897 a 1908 – A descoberta do Édipo e a teoria da sedução: o difícil começo de um conceito.

Freud, em sua correspondência com Fliess, explicitou, na Carta 70, de 3 de outubro de 1897(Masson, 1986), seus sentimentos em relação à sua babá, rememorados em sonho por ele mesmo analisado. Refere-se a seu pai, fala em desejos hostis em relação a seu irmão mais novo, reportando-se a lembranças datadas de seus dois primeiros anos de vida. Estava em sua auto-análise.

Logo a seguir, na Carta 71, de 15 de outubro de 1897, escrevia a Fliess sobre sua auto-análise que, no momento, era o que lhe havia de mais essencial, e prosseguia nas referências à antiga babá, como continuação de seu processo de interpretação de sonhos. Nessas duas cartas fica explícito o percurso de Freud, ao descobrir, através da auto-análise, que havia um jogo de tensões e emoções conflitantes, universais, entre o sujeito e seus pais, com a inevitabilidade do Destino que aparecia no mito de Édipo, de onde retirou a denominação para o conflito.

No texto *Interpretação dos Sonhos* (Freud, 1900), Freud explicita a relação entre as crianças e seus pais, como base para as psiconeuroses. "Apaixonar-se por um dos pais e odiar o outro figuram entre os componentes essenciais do acervo de impulsos psíquicos que se formam nessa época e que é tão importante na determinação da neurose posterior"(Freud, 1900, pp. 274-278).

Acentuava, porém, que a diferença entre os psiconeuróticos e as pessoas que permanecem normais não seria qualitativa, mas *quantitativa*: "(...) é muito mais provável que [os psiconeuróticos] se diferenciem apenas por exibir, numa escala ampliada, sentimentos de amor e ódio pelos pais que ocorrem de modo óbvio e intenso na mente da maioria das crianças" (ibid., p. 275).

É neste ponto que Freud faz a brilhante analogia com o mito do Édipo, de modo mais explícito e prolixo, descrevendo pormenorizadamente a tragédia de Sófocles. Édipo mata o pai e casa-se com a mãe, sendo que houve todo um esforço de seus pais, Laios e Jocasta, quando em seu nascimento, e posteriormente dele próprio, no sentido de evitar essa tragédia prevista pelo Oráculo. Todo esforço, porém, sucumbe à *inevitabilidade do destino*.

Sem saber, Édipo comete aquilo pelo que já renunciara à convivência com seus pais de criação, aquilo do qual fugira toda sua vida: o incesto e o parricídio.

> A ação da peça não consiste em nada além do processo de revelação, com engenhosos adiamentos e emoção sempre crescente, num processo semelhante ao trabalho em análise, de que o próprio Édipo é o assassino de Laios, mas também de que é o filho do homem assassinado e de Jocasta (ibid., p. 275).

A tragédia de Édipo é a *tragédia do destino*, e "se comove *atemporalmente*", escreve Freud, "só pode ser que seu efeito não está no conflito entre o destino e

a vontade humana, mas na *natureza específica* do material com que esse conflito é exemplificado" (ibid., p. 276).

Para Freud, a comoção atemporal da tragédia seria determinada por *nossa própria suscetibilidade a esse tipo de destino*. Haveria em cada um de nós um espaço para a ressonância do mito.

> (...) seu destino comove-nos apenas porque poderia ter sido como o nosso; porque o oráculo lançou sobre nós, antes de nascermos, a mesma maldição que caiu sobre ele. Talvez seja o destino de todos nós dirigir nosso primeiro impulso sexual para nossa mãe, e nosso primeiro ódio e primeiro impulso assassino para nosso pai (ibid., p. 276).

A analogia continua, no sentido de Freud caracterizar Édipo como aquele que "nos mostra a realização dos nossos próprios desejos infantis" (ibid., p. 276). Todos nós seríamos vítimas desses mesmos desejos, porém haveria de nossa parte total inconsciência destes. Estes impulsos incestuosos seriam suprimidos violentamente, permanecendo em nossa mente inconsciente, e, com a tragédia, ocorreria como que um reconhecimento desses impulsos e desejos infantis.

O próprio Freud aponta para a negação acirrada, a crítica e as distorções que esse pressuposto da psicanálise gerava numa época em que, reconhecer que impulsos infantis para o incesto não só existiam como permaneciam no inconsciente, era absolutamente insano. Estamos no final do século XIX, início do século XX. Falar em sexualidade infantil já não era absolutamente pertinente. Incesto e parricídio, ao mesmo tempo e *sem a menor possibilidade de controle*, então, beirava a heresia, a insanidade, mesmo...

Freud encerra a apresentação do tema em *A Interpretação dos Sonhos*, com uma articulação importante e pertinente ao estudo de sonhos que estava apresentando: "No Édipo, a fantasia infantil imaginária subjacente ao texto é abertamente exposta e realizada, como o seria num sonho" (ibid., p. 278).

O texto da *Interpretação dos Sonhos*, neste sentido, traz claramente as descobertas de Freud em sua auto-análise, juntamente às descobertas feitas nas análises de seus pacientes: Édipo e neuroses, Édipo e normalidade, os diferentes matizes de possibilidades humanas frente ao drama de Édipo foram descobertos e, inicialmente, explicitados nas Cartas para Fliess e no texto referido.

Porém, outros textos, deste mesmo período, destacando-se o importantíssimo *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade* (1905), não trazem qualquer referência mais explícita a essas descobertas. O conceito de complexo de Édipo tem um caráter absolutamente marginal durante todo o desenvolvimento do texto. No segundo ensaio, sobre a sexualidade infantil, não há uma só referência àquilo que é um dos pontos nucleares da constituição da sexualidade.

O tema praticamente só aflora, e de maneira indireta, no terceiro ensaio, apenas para explicar a escolha de objeto. Somente em 1910 o termo complexo de Édipo é empregado e publicado, no texto *Um Tipo Especial de Escolha de Objeto Feita pelos Homens (Contribuições à Psicologia do Amor I)*: "Ele começa a desejar a mãe para si mesmo, no sentido com o qual, há pouco, acabou de se inteirar, e a odiar, de nova forma, o pai como um rival que obstaculiza esse desejo; sucumbe, como dizemos, à influência do complexo de Édipo" (Freud, 1910, p. 154). O termo aparece, assim, sem qualquer ênfase, como seria de se esperar em relação a um conceito tão fundamental, embora com alguns antecedentes referenciais, descritos a seguir. Na *4ª Lição de Psicanálise*, pronunciada em 1909 *(Cinco Lições de Psicanálise)*, e redigida em 1910, Freud faz uma rápida menção ao conceito de complexo de Édipo:

> O pai em regra tem preferência pela filha, a mãe pelo filho: a criança reage desejando o lugar do pai se é menino, o da mãe se se trata da filha. Os sentimentos nascidos destas relações entre pais e filhos, e entre um irmão e outros, não são somente de natureza positiva, de ternura, mas também negativos, de hostilidade. O complexo assim formado é destinado à pronta repressão, porém continua a agir com intensidade e persistência. Devemos declarar que suspeitamos que represente ele, com seus derivados, o complexo nuclear de cada neurose e nos predispusemos a encontrá-lo não menos ativo em outros campos da vida mental. O mito do Rei Édipo que, tendo matado o pai, tomou a mãe como mulher, é uma manifestação pouco modificada do desejo infantil, contra o qual se levantam mais tarde, como repulsa, as barreiras do incesto. O Hamlet de Shakespeare, assenta sobre a mesma base, embora mais velada, do complexo do incesto (Freud, 1910, p. 44).

Por que Freud eclipsou a descoberta do complexo de Édipo durante todo esse intervalo de tempo? Por que, justamente, no texto dos *Três Ensaios*, alicerce de suas teorias sobre sexualidade infantil, não há qualquer ênfase à questão edípica enquanto tal? Por que uma questão absolutamente central na psicanálise não é *ela mesma* objeto de exposição?

Interessante ressaltar que Freud estava, então, com a idade de 54 anos, 15 anos após a publicação dos *Estudos sobre a Histeria*, o primeiro livro fundamental acerca das neuroses (em colaboração com Breuer), onde formulou a teoria do trauma:

> (...) o trauma será sempre de natureza sexual, ainda que no sintoma não haja qualquer indício disso; e terá ocorrido na infância, sendo esquecido até que a puberdade o ressuscite através de uma sexualidade recentemente despertada – teoria esta que foi superada e descartada frente à descoberta da sexualidade infantil (Goldgrub, 1989, p. 12).

O complexo de Édipo vem postulado após quase duas décadas de experiência clínica, com uma configuração que, por isso mesmo, poder-se-ia denominar empírica (ibid., p. 16). Por que, embora ele já fosse do conhecimento de Freud desde antes do início do século, só foi mencionado no final da primeira década?

Neste questionamento, cabe uma compreensão inicial do contexto teórico de Freud neste início de século: todos estes textos tinham, como base, a teoria da sedução, descrita pormenorizadamente abaixo. Segundo Monzani (1989, p. 35),

> (...) trataremos das questões que estão envolvidas quando se afirma que Freud abandonou a teoria da sedução em 1897, teoria esta que até esse momento constituía o alicerce fundamental de sua teoria psicopatológica (...) esse abandono foi um fenômeno de duas faces, por ter sido importante na constituição do discurso psicanalítico, porém de outro lado produziu uma série de desequilíbrios nessa mesma teoria.

Entre 1895 e 1896, Freud havia elaborado a teoria da sedução: na análise de pacientes com os distúrbios psíquicos denominados histeria, encontrava, invariavelmente descrições de experiências de caráter sexual reportadas à mais tenra infância, em que "a iniciativa cabe ao outro (geralmente um adulto) e que podem ir de simples propostas por palavras ou gestos até o atentado sexual mais ou menos caracterizado, que o sujeito sofre passivamente" (Pontalis, 1991, p. 469). A teoria da sedução explicava não só a sexualidade como a histeria, que seria, portanto, uma conseqüência dos efeitos traumáticos da sedução sexual na primeira infância. O estímulo seria externo.

Freud já começava a mencionar a sedução a partir de 1893, mas é entre 1895 e 1897 que lhe atribui uma função teórica importante, em que atribui à lembrança de cenas reais de sedução o papel determinante na etiologia das psiconeuroses (ibidem, p. 469). Seria uma tentativa de elaboração para explicar o mecanismo do recalque na sua origem, atribuindo muita importância à sedução na gênese do recalque.

As teorias do trauma/sedução e da sexualidade reprimida são respostas de Freud a relatos que toma como verdadeiros – "mas é-lhe necessário ser ingênuo primeiramente para poder ser perspicaz depois." (Goldgrub, 1989, p. 28)

Em função de sua prática clínica, portanto, Freud coloca em dúvida a veracidade das cenas de sedução e abandona a teoria correspondente, o que fica explicitado numa carta a Fliess, de 21 de setembro de 1897, no seguinte trecho: "Tenho que te confiar imediatamente o grande segredo que lentamente em mim se iluminou no decorrer dos últimos meses. Já não acredito na minha *neurótica*" (Masson, 1986).

Embora sejam muitas as referências ao abandono dessa teoria, inclusive como uma premissa para o advento da teoria psicanalítica, havendo referências do próprio Freud como "um interessante episódio da história da pesquisa analítica, que causou muitas horas de dissabor" (Freud, 1933), é digno de nota que, até o fim da vida, nunca deixou de afirmar a existência, a freqüência e o valor patogênico das cenas de sedução.

Todos os textos dessa época, de 1897 a 1908, têm como marca registrada a ausência de qualquer referência formal ao complexo de Édipo, sendo que desde há muito, seja através da auto-análise, seja através da análise de seus pacientes, Freud estava plenamente ciente da importância capital e absolutamente central do complexo de Édipo na estruturação da sexualidade humana. A prática clínica indica claramente para Freud o caráter absolutamente central da noção de Édipo, mas essa noção não se articula com a estrutura teórica por ele montada (Monzani, 1989, p. 35).

É Monzani quem trabalha o eclipse pelo qual o conceito de complexo de Édipo passou, por muitos anos, de modo cuidadoso e criterioso, refazendo o percurso de Freud nessa época: nos *Três Ensaios*, há trechos em que Freud diz, literalmente, que o desenvolvimento da sexualidade é determinado rigidamente do ponto de vista orgânico, endógeno, "determinado e fixado pela hereditariedade, e pode ocasionalmente ocorrer sem qualquer auxílio da educação" (Freud, 1905, apud Monzani, 1989, p. 36). A sexualidade teria, portanto, um desenvolvimento autônomo; próprio apenas a teoria da sedução poderia romper esse determinismo biológico.

Quando Freud coloca de lado a teoria da sedução como fator etiológico básico das neuroses, percebe claramente que este abandono levará a psicanálise a uma reviravolta conceitual radical. Deixar de ver a sedução como teoria explicativa significava voltar ao velho determinismo orgânico da psiquiatria clássica, com uma alteração: em vez de uma disposição neuropática geral, Freud acentua a disposição sexual.

Da teoria da sedução, Freud aprendeu claramente que a sedução nada mais seria que a *fantasia* a ela referente. Ele a abandona, *minimiza*, mas não nega o *fato* da sedução e aceita o papel *preponderante* da fantasia na explicação da etiologia dos sintomas. Quanto ao Édipo, na *Autobiografia* (1924), Freud descreve o seguinte:

> Eu tinha de fato tropeçado pela primeira vez no Complexo de Édipo, que depois iria assumir importância tão esmagadora, mas que eu ainda não reconhecia sob seu disfarce de fantasia. Além disso, a sedução durante a infância retinha certa parcela, embora mais humilde, na etiologia das neuroses.
> Mas os sedutores vieram a ser, em geral, crianças mais velhas (Freud, 1927, p. 48, apud Monzani, 1989, pp. 43-44).

Em *Esboço de Psicanálise* (1940[1938]), Freud – aos 82 anos – escreve:

> (...) a criança psicologicamente é pai do adulto e os acontecimentos de seus primeiros anos são de importância suprema em toda sua vida posterior. A experiência central seria o abuso sexual de crianças por adultos, sua sedução por outras crianças, cujas sensações prazeirosas, recalcadas, podem originar, para quem quiser bani-las da mente, graves neuroses. Num grau mais alto de interesse(...) (Freud, 1940, p. 175) – e refere-se ao Édipo.

Segundo Mannonni, Freud, embora superando-as, nunca abandonou ou renegou uma só de suas idéias (Mannoni, 1970, apud Monzani, p. 37). A sedução, portanto, foi pensada, relegada e retomada, mas seguramente não foi retomada em sua forma original. Apenas em 1908, quando Freud nega a sedução enquanto cena original, sendo considerada como o produto da fantasia, é que se faz possível uma inserção do conceito de complexo de Édipo do ponto de vista teórico.

b) de 1905 a 1909: Outros textos sobre a teoria da sexualidade infantil que ainda não explicitavam o conceito de complexo de Édipo – do que tratavam?

O texto mais denso e importante dessa fase, *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade*, traz um estudo de Freud a respeito de Aberrações Sexuais (I), seguido por um detalhamento da Sexualidade Infantil (II), concluindo com As Transformações da Puberdade (III). É neste texto que Freud sistematiza sua teoria sobre as perversões, além de descrever, detalhadamente, como imaginava ser o desenvolvimento humano em termos de sexualidade. Além de se referir à bissexualidade, às zonas erógenas, à latência, ao auto-erotismo infantil, pormenoriza a puberdade em termos de genitalidade e encontro de objeto. Esse texto foi exaustivamente revisto por Freud por vários momentos, sempre referentes a avanços teóricos por ele obtidos. Há inúmeros acréscimos, os principais em 1915 (após descrever o narcisismo e a teoria do inconsciente) e 1924 (após a definição do complexo de Édipo e a apresentação da teoria estrutural do aparelho psíquico em id, ego e superego). É uma obra de suma importância, extremamente detalhista no que se refere às especificidades psíquicas que Freud buscava, porém com as ressalvas feitas no item anterior quanto à sua incompletude inicial.

Cabe ressaltar que as inúmeras notas de rodapé inseridas no texto *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade* referem-se exatamente a esses acréscimos, e o leitor irá encontrar, nas edições atuais, os conceitos de Édipo, etc., que não constavam na edição original.

Em 1907, Freud escreve um texto denominado *O Esclarecimento Sexual das Crianças (Carta aberta ao Dr. M. Fürst)*. O tema tratado está parcialmente definido no título e, embora, em 1937, Freud o tivesse ampliado, o texto de 1907 tem um vigor e uma clareza definitivamente atemporais. É impressionante ler tamanha ousadia e vanguardismo, para os moldes do início do século, no tocante à educação sexual. É enfático no que se refere à necessidade de esclarecimento das crianças sobre os fatos da vida sexual, sugerindo em que idade isso deveria ocorrer e de que modo deveria ser realizado. Questiona a omissão em todos os seus pormenores, criticando duramente as complicações derivadas da postura de encobrir as

coisas. Diz, textualmente, que "o mistério traz uma intensificação do desejo de conhecimento", e que "não é a ignorância que preserva a inocência das crianças" (Freud, 1907, p. 136).

É também nesse texto que Freud faz uma referência ao mito de Édipo, quando fala da curiosidade das crianças quanto à origem dos bebês, apontando que esse foi o enigma que a Esfinge de Tebas apresenta a Édipo.

As respostas, usualmente concedidas à criança, além de danificarem seu genuíno instinto de investigação, são o primeiro golpe na confiança que ela deposita em seus pais. Daí em diante, diz Freud, estaria instaurada a desconfiança dos adultos e as crianças passam a esconder seus interesses mais íntimos – e a neurose surgiria de perguntas inconscientes não respondidas. Um dos trechos mais bonitos do texto é aquele em que Freud afirma que:

> Não existe uma razão para negar às crianças o esclarecimento que sua sede de saber exige. Se houver, junto com a omissão, a intimidação religiosa, as conseqüências podem ser as mais sérias: rebeldia contra autoridade dos pais, e depois contra qualquer autoridade ou soluções de falsidade: o sexo é apresentado como uma coisa horrível e nauseante em conseqüência do sentimento de culpa (ibid., pp. 139-140).

Freud enfatiza ainda a necessidade de se tratarem os fatos da vida sexual como os demais fatos dignos de conhecimento, sendo dever das escolas não evitar a menção dos assuntos sexuais.

Nessa mesma época, em 1908, Freud escreveu o primeiro texto sobre o antagonismo entre civilização e vida instintual, embora, em 1897, em *Cartas para Fliess*, essas convicções já estivessem presentes.

Durante esse período inicial de estruturação da teoria, Freud somente publicava um parecer mediante muitas comprovações empíricas, sendo essa preocupação com a cientificidade de sua teoria a grande responsável por lacunas de tempo entre as formulações originais e as explanações a respeito das mesmas. Mais tarde, na década de 20, Freud discutiria essa peculiaridade de sua produção científica, acrescentando, inclusive, o fato de, no início, dedicar muito tempo à psicanálise e ser solitário em suas empreitadas, enquanto em fases subseqüentes o tempo era mais restrito e havia muitos outros trabalhando com os mesmos pressupostos que ele.

No texto referido, *Moral Sexual "Civilizada" e Doença Nervosa Moderna*, Freud caracteriza as vicissitudes das *renúncias* impostas aos instintos pela civilização e as conseqüências possíveis, desde a psiconeurose até as produções culturais da humanidade, decorrentes da sublimação. Pontua como possíveis três estágios da civilização. No primeiro, o instinto poderia manifestar-se livremente, sem consideração com as metas da reprodução. Num segundo estágio, tudo do instinto sexual é reprimido, exceto o que serve para a reprodução, e finalmente, no terceiro estágio,

"só a reprodução legítima é admitida como meta sexual" – a esse estágio corresponderia à moral sexual "civilizada" da atualidade. Considera duas possibilidades de distúrbios que teriam como conseqüências dois tipos de desvios: as *perversões* e a *homossexualidade*.

Refere-se também ao comportamento sexual das mulheres, relacionando as exigências de castidade pré-nupciais como severamente prejudiciais, manifestando-se, por exemplo, através da frigidez e da impotência. Enfatiza que o "(...) comportamento sexual de um ser humano freqüentemente constitui o **protótipo** de suas demais relações ante a vida" (Freud, 1908, p. 193). Termina questionando se a moral vale o sacrifício que nos impõe... Começa a relacionar, formalmente, a interferência das *interdições* no desenvolvimento humano.

Um texto muito importante, também de 1908, *Sobre as Teorias Sexuais das Crianças*, traz conceitos que as crianças – especialmente os meninos – elaborariam em função da curiosidade sexual. O que nos interessa, porém, refere-se ao aparecimento da problematização da importância do pênis para as crianças dos dois sexos, e os resultados da descobertas de que um dos sexos não o possui. Fala do aparecimento da "inveja do pênis" na menina e do conceito da "mulher com um pênis" no menino. É a primeira menção, o primeiro exame do complexo de castração que, como veremos adiante, é essencial na compreensão do conceito de complexo de Édipo.

Freud descreve, como principais fontes de sua análise, a observação direta das crianças, o registro daquilo que os adultos neuróticos constantemente lembram de sua infância – relatos psicanalíticos – e faz deduções e tira conclusões em função das lembranças inconscientes trazidas em material consciente, resultantes da psicanálise de neuróticos.

A argumentação principal, nesse sentido, é que os neuróticos não apresentariam quaisquer diferenças em relação aos não-neuróticos quanto à *qualidade* de seus conteúdos psíquicos, mas distinguir-se-iam por uma constituição inata com instinto sexual peculiarmente forte e uma tendência à precocidade e expressão prematura dos instintos. No decorrer do desenvolvimento, a criança teria curiosidades a respeito de assuntos sexuais, as quais, mal respondidas, trariam perda de confiança nos adultos e sigilo quanto às curiosidades subseqüentes.

Haveria nas crianças, então, um *conflito psíquico* derivado da contraposição às suas idéias pelos adultos. Esse conflito transforma-se numa *dissociação psíquica*, caracterizada, por um lado, por um conjunto de concepções "boas", que resultam numa cessação da reflexão = conjunto das concepções dominantes e conscientes. Por outro lado, um conjunto a favor do qual o trabalho de investigação pediu e trouxe novas provas = conjunto das opiniões reprimidas e inconscientes. A essa dissociação psíquica Freud denominou, neste texto, complexo nuclear de

uma neurose. No ano seguinte, 1909, no caso do "Homem dos Ratos", Freud utilizou esse mesmo termo como equivalente ao que chamaria, em 1910, de complexo de Édipo (Freud, 1910, p. 154).

A primeira das teorias sexuais infantis seria decorrente do desconhecimento das diferenças entre os sexos. A criança atribui a todos a posse de um pênis, inclusive as mulheres – tal como o menino sabe a partir do próprio corpo. Freud limita-se, aqui, a caracterizar as descobertas feitas pelo menino.

Na constituição sexual "normal", já na infância, o pênis é a principal zona erógena e o mais importante objeto sexual auto-erótico. O alto valor que o menino atribui a ele é decorrente da incapacidade em imaginar alguém **sem** esse constituinte essencial. Quando vê a menina, pensa: "o dela ainda é pequeno, mas vai aumentar".

Freud desenvolve a idéia de que, se nessa fase ocorre fixação, o menino torna-se incapaz de prescindir de um pênis no seu objeto sexual, estando fadado a tornar-se um homossexual. O menino, no qual dominam principalmente as excitações do pênis, costuma obter prazer estimulando esse órgão com a mão. Com a repressão, ocorre a *ameaça de castração*, pois os educadores ameaçam cortar-lhe o pênis. O efeito dessa ameaça é proporcional ao valor conferido ao órgão, sendo extraordinariamente profundo e persistente. Esse "complexo de castração" será subseqüentemente lembrado com grande relutância pela consciência (Freud, 1908, p. 220).

As meninas compartilham a opinião que seus irmãos têm do pênis, desenvolvendo um nítido interesse por essa parte do corpo masculino, interesse que é logo seguido pela *inveja* – aqui, porém, Freud não desenvolve detalhadamente esse conceito, o da *inveja do pênis*, o que virá a fazer apenas mais de dez anos depois, na década de 20.

Quando está perto de descobrir a existência da vagina e inferir que a penetração do pênis paterno na mãe foi o ato que gerou o bebê no corpo dela, a criança, impotente e perplexa, é obrigada a interromper sua investigação. A dificuldade em descobrir a existência da vagina *é a própria teoria de que a mãe possui um pênis*. Este é o protótipo de todo trabalho intelectual posterior aplicado à solução de problemas, tendo esse primeiro fracasso um efeito cerceante sobre todo o futuro da criança (ibid., p. 222). Outras hipóteses desenvolvidas pelas crianças sobre o casamento, o beijo, etc., vêm a seguir. O ponto central deste texto, porém, é a questão da castração.

Em *Caráter e Erotismo Anal* (1908), Freud relaciona traços de caráter como ordem, parcimônia e obstinação a um caráter inato erógeno da zona anal excepcionalmente forte. Relaciona as fezes ao dinheiro, e as características de limpeza, ordem e fidedignidade típicas destas pessoas dariam a impressão de uma "forma-

ção reativa contra um interesse pela imundície perturbadora que não deveria pertencer ao corpo". Caracteriza, também, o período de vida compreendido entre 5 e 11 anos como o período de *latência*, em que predominariam as formações reativas como vergonha, repugnância e moralidade, às custas das excitações provenientes das zonas erógenas. Conclui que o caráter, em sua configuração final, forma-se a partir dos instintos parciais, e os traços de caráter permanentes *ou* são prolongamentos inalterados dos instintos originais, *ou* decorrentes da sublimação destes instintos *ou* são formações reativas contra os mesmos.

O Modelo do Aparelho Psíquico no Início do Século

Segundo Laplanche e Pontalis, aparelho psíquico seria uma "expressão que ressalta certas características que a teoria freudiana atribui ao psiquismo: a sua capacidade de transmitir e de transformar uma energia determinada e sua diferenciação em sistemas ou instâncias" (Pontalis, 1991, p. 29).

O primeiro modelo psicológico da mente era muito semelhante ao modelo neurológico exposto no *Projeto*, e foi apresentado no Cap. VII de *A Interpretação dos Sonhos* (Freud, 1900). O aparelho psíquico seria semelhante a um conjunto de *lentes*, sendo, por isso mesmo, conhecido como *Modelo Telescópico*, no qual a memória e a qualidade que caracteriza a consciência seriam mutuamente exclusivas. A comparação com aparelhos ópticos procurava metaforizar o conceito de aparelho psíquico em termos de divisão de funcionamento psíquico, atribuindo cada função específica a uma parte do aparelho.

Freud sugere a idéia de uma certa organização, de uma disposição interna, mas "faz mais do que ligar diferentes funções a 'lugares psíquicos' específicos; atribui a estes uma dada *ordem* que acarreta uma sucessão temporal determinada. A coexistência dos diferentes sistemas que compõem o aparelho psíquico não deve ser tomada no sentido anatômico que lhe seria atribuído por uma teoria das localizações cerebrais. Implica apenas que as excitações devem seguir uma ordem que fixa o lugar dos diversos sistemas" (ibid., p. 29).

Nessa primeira concepção tópica do aparelho psíquico, que será desenvolvida nos textos metapsicológicos de 1915, distinguem-se três sistemas: inconsciente, pré-consciente e consciente (Freud, 1900, pp. 536-540). Cada sistema tem sua função, seu tipo de processo e sua energia de investimento, e que se especificam por conteúdos representativos. Segundo Laplanche e Pontalis,

> (...) a tese principal de uma distinção entre sistemas, e fundamentalmente da separação entre Inconsciente e Pré-Consciente-Consciente, não pode ser separada da concepção dinâmica (...) segundo a qual os sistemas se acham em conflito entre si (ibid, p. 507-508).

É importante ressaltar que o aparelho psíquico tem, para Freud, o valor de modelo ou, como ele próprio dizia, de "ficção". Um exame muito mais completo do papel dos instintos no aparelho mental ocorre nos ensaios metapsicológicos de 1915, quando Freud apresentou sua teoria topográfica, que alguns autores consideram como a *Primeira Tópica*, e outros, como a *Segunda Tópica*, interpretando o modelo telescópico como a primeira.

Nesse modelo, o aparelho mental é dividido topograficamente em três sistemas: inconsciente, pré-consciente e consciente. Ao contrário do que havia exposto no início do século, não haveria determinação neuronal preponderante sobre os funcionamentos do aparelho psíquico. Cada sistema teria uma localização (topos) e peculiaridades em termos instintuais. Seria, portanto, um aperfeiçoamento e um desenvolvimento do modelo telescópico.

Foi nesse contexto teórico que Freud explicitou o conceito de complexo de Édipo, conceito ainda limitado à descrição do processo no homem.

c) Década de 10: O primeiro emprego publicado do conceito – a sistematização da topografia psíquica

No primeiro texto em que Freud empregou o conceito de COMPLEXO de Édipo, *Um Tipo Especial de Escolha de Objeto Feita pelos Homens (Contribuições à Psicologia do Amor I)*, de 1910, foi descrito um conjunto de pré-condições para que um homem realizasse um tipo singular de escolha objetal, a saber, a situação triangular: desejar uma mulher comprometida – de modo que, necessariamente, haveria uma terceira pessoa prejudicada; uma mulher que tivesse má reputação, paradoxalmente supervalorizada e idolatrada, e, finalmente, associar o valor dos objetos amorosos inversamente em relação à proximidade com a prostituta. Além disso, haveria uma necessidade de sentir ciúme, tendo a questão da fidelidade proporções gigantescas. Haveria sempre uma ânsia de salvar a mulher, ou as mulheres, pois o número de relações é sempre grande, e estas, ininterruptas.

Ele afirma que, para a escolha objetal, não haveria fonte única, mas várias fontes, que "derivam da fixação infantil de seus sentimentos de ternura pela mãe e representam uma das conseqüências dessa fixação" (Freud, 1910, p. 152). No amor normal, apenas algumas características sobrevivem desse contato inicial, e revelam o protótipo materno da escolha de objeto.

No quadro descrito, a libido ficou ligada à mãe por tanto tempo, mesmo depois da puberdade, que as características maternas permaneceram impressas nos objetos amorosos que são escolhidos mais tarde. Estas características transformam-se em substitutos facilmente reconhecíveis da mãe. Os traços característicos do indivíduo, como suas condições para amar e seu comportamento no amor, decor-

nem da constelação psíquica ligada à mãe: a triangulação, por exemplo, em que a terceira pessoa prejudicada seria o pai.

A supervalorização poderia ser compreendida como outro traço da relação com a mãe: não existe mais de uma mãe, é um acontecimento que não pode ser repetido. Aqui também podemos inferir a questão das relações em série como relacionada à mãe, pois a noção de algo insubstituível, quando é ativa no inconsciente, pode surgir como subdividida em uma série *infindável* – porque cada substituto deixa de proporcionar a satisfação adequada.

A característica de "prostituição" seria uma deformação brilhante do inconsciente, no sentido de não-associação do processo com a verdadeira fonte: a mãe. Além disso, o que é dividido, no consciente, no inconsciente existe como uma unidade.

Pela análise, chega-se à constatação de que "(...) o menino começa a desejar a mãe para si mesmo, no sentido do qual, há pouco, acabou de se inteirar, e a **odiar**, de outro modo, o pai como um rival que impede esse desejo – passa ao **controle** do complexo de Édipo" (ibid., p. 154). Não perdoa a mãe por não ter concedido o privilégio sexual a ele, mas sim a seu pai – considera tal ato como um ato de infidelidade (outro aspecto trazido na configuração do tipo de escolha objetal estudado).

Haveria um importante "romance familiar", em que estariam caracterizadas as várias ramificações dessa atividade imaginativa e a maneira pela qual elas se entrelaçam com os diversos interesses egoístas desse período de vida. A criança teria uma contradição básica em seus desejos, por exemplo, no sentido de *dever a vida aos pais*: ao mesmo tempo em que lhes é grata, quer ser independente deles. Cria, então, a fantasia de salvar o pai do perigo e proteger-lhe a vida. Na fantasia de salvamento, está se identificando com o pai. Todos os instintos encontram satisfação no desejo único de ser o próprio pai. O significado de salvamento pode variar, dependendo do autor da fantasia ser homem (fazer uma criança) ou mulher (dar à luz a uma criança). Em síntese, o menino teria em relação ao pai um sentido desafiador, e em relação à mãe uma atitude de ternura. Salvar a mãe significa dar-lhe uma criança, igual a ele; ter, com a mãe, um filho igual a ele.

Neste texto, Freud coloca de maneira inequívoca suas concepções sobre a trama dos desejos incestuosos na configuração da escolha objetal do homem. As ambíguas relações e desejos do menino com relação a seus pais, as transformações defensivas das informações que pudessem conectar o verdadeiro objeto do desejo a todo arsenal de disfarces e dissimulações, tudo o que o inconsciente pode trabalhar para satisfazer o desejo – sem contar, na verdade, qual é esse desejo... Freud aponta alguns itens que irá desenvolver extensamente adiante, como o desfecho do "romance familiar", e, muito precariamente, refere-se à mulher,

nesse sentido. Fica explícito também que o processo mental prescinde de ocorrências concretas, sendo determinado pelas *fantasias*. Aqui, a teoria da sedução não é discutida. É o texto mais extensamente detalhado, até agora, por sua importância histórica: o primeiro emprego publicado do complexo de Édipo, mesmo já tendo sido resvalado em 1900 e descrito com outros termos nos outros textos mencionados na primeira parte deste texto.

Subseqüentemente, há textos importantíssimos, tanto para o desenvolvimento do complexo de Édipo como para a própria estruturação da teoria psicanalítica. O primeiro deles é *Sobre a Tendência Universal à Depreciação na Esfera do Amor (Contribuições à Psicologia do Amor II)*, de 1912, em que Freud trata da impotência masculina. É mais um texto sobre os conflitos entre civilização e vida instintiva. Freud descreve o desenvolvimento psíquico da infância até a puberdade, em que estariam os *obstáculos impostos pela barreira contra o incesto*. Haveria uma cisão entre as correntes psíquicas afetiva e sexual, e esta última procuraria apenas objetos que não rememorassem as imagens incestuosas que lhe são proibidas. Ocorre uma divisão na esfera amorosa: quando amam, não desejam – e vice-versa. Procuram objetos que não precisem amar, mantendo a sexualidade afastada dos objetos que amam. A impotência surgiria sempre que um objeto, escolhido com a finalidade de evitar o incesto, relembra o objeto proibido – através de alguma característica freqüentemente imperceptível...

É o mesmo ano em que está escrevendo *Totem e Tabu* (1912 [1913]), e a idéia da barreira do incesto, como condição *imposta*, não *natural*, está muito presente nas referidas obras. É precisamente em *Totem e Tabu* que Freud aponta a necessidade de leis para regular aquilo que os instintos fariam com maior freqüência. Lei consciente: "(...) nenhuma relação sexual entre os que partilham um lar comum". Após o totemismo: "nenhuma relação sexual dentro do totem" (Freud, 1913, p. 132).

O mito da horda primitiva é a única forma que encontra para explicar a universalidade da situação edipiana. Pela condição animalesca que precede o parricídio, seria possível entender a conjunção entre sexualidade e infância, pois os animais amadurecem sexualmente em pouco tempo de vida, bem como o autoritarismo ameaçador da figura paterna, muito mais coercitiva do que protetora.

Neste sentido, Freud identificou e descreveu "(...) a *fronteira* entre Natureza e Cultura, situando-a precisamente na modificação do regime sexual, que obriga à normatização da vida amorosa" (Goldgrub, 1989, p. 46). A sexualidade humana, regulada pelo desejo e pelo prazer, exige, para não desagregar o grupo, os freios da *repressão*. "A procriação, objetivo da natureza, pode ser desejada mas já não se trata de um instinto conducente a comportamentos obrigatórios" (ibid., pp. 46-47).

A universalidade do Édipo estaria apoiada, portanto, na normativização da sexualidade, que abarca desejo e lei. A individualidade, as patologias, estariam relacionadas às *fantasias* e às *teorias sexuais infantis*, que caracterizariam as escolhas individuais e as possibilidades de patologias.

No texto *Totem e Tabu*, Freud aponta para uma característica até então não discutida em profundidade: as origens do sentimento de culpa. Este estaria presente no jogo de desejos incestuosos do complexo de Édipo, invariavelmente. Freud faz uma analogia com os homens primitivos, para os quais não haveria o peso da civilização, e as ações poderiam ser diretamente derivadas dos pensamentos – na neurose, inversamente, os atos é que são substituídos pelo pensamento. Aqui, ainda, não há qualquer referência a uma possível existência dos mesmos processos nas mulheres ou ainda qualquer alusão a analogias ou diferenciações.

Freud discute mais detalhadamente a ambivalência do menino frente ao pai, a quem dirige seu ódio pela rivalidade em relação à mãe e, ao mesmo tempo, por quem sente afeto e admiração. Em casos de fobias, a criança aliviar-se-ia do conflito derivado dessa ambivalência *deslocando* seus sentimentos hostis para um *substituto* daquele. A ambivalência, porém, é estendida ao objeto. O pai, no complexo de Édipo, teria o papel de um inimigo temível dos interesses sexuais da infância.

Há dois pontos de concordância entre a ambivalência e o totemismo: a identificação do menino com o seu animal totêmico (pai) e a atitude emocional ambivalente para com este (amor/ódio).

A primeira conseqüência dessa substituição é que as duas proibições de tabu – *não matar o totem* e *não ter relações sexuais* – coincidem com os dois crimes de Édipo, parricídio e incesto, que são dois desejos primários das crianças, cuja repressão insuficiente ou revivência formam talvez o núcleo de todas as neuroses.

O sistema totêmico é um produto das condições em jogo no complexo de Édipo. Dos dois tabus fundamentais, correspondendo aos dois desejos reprimidos do complexo de Édipo, foi criado um sentimento de culpa filial. O que está por trás do sentimento de culpa nos neuróticos são sempre realidades psíquicas, nunca realidades concretas, às quais reagem intensamente.

Com o texto *Sobre o Narcisimo: uma introdução* (1914), Freud engendra uma articulação entre o termo narcisismo, previamente mencionado em 1909, e toda uma gama subseqüente de conceitos como superego, muitos anos depois nomeado como tal, mas aqui já caracterizado. É um dos mais importantes trabalhos de Freud, pois resume as primeiras discussões sobre o tema, inserindo o narcisismo no desenvolvimento sexual e entrando nos problemas mais profundos das relações entre o ego e os objetos externos. Neste texto, ainda, faz nova distinção entre libido do ego e libido objetal, confrontando diretamente seus conceitos com os de Jung

(libido não-sexual) e Adler (protesto masculino). O conceito de narcisismo refere-se a uma concepção energética, no sentido de uma permanência de investimento libidinal no ego. As evidências dos conceitos de id, ego e superego, da *Segunda Tópica*, já estavam presentes, embora de modo incipiente e difuso, não-descritivo.

Freud descreve a *Concepção Estrutural do Narcisismo*: haveria uma catexia libidinal original do ego, parte da qual é posteriormente transmitida a objetos, mas que, fundamentalmente, persiste e está relacionada com as catexias objetais. Haveria, portanto, dois tipos de libido: a de ego e a objetal, em antítese. Quanto mais uma é empregada, mais a outra se esvazia (teoria da libido: instintos de ego seriam diferentes dos instintos sexuais). Somente quando há catexia objetal é que é possível discriminar uma energia sexual, a libido, de uma energia dos instintos do ego.

Seria absolutamente necessário, para nossa vida mental, ultrapassar os limites do narcisismo e ligar a libido a objetos, quando a catexia do ego com a libido excede certa quantidade, podendo determinar quadros psicóticos – libido totalmente auto-catexizada.

A relação do narcisismo com as escolhas objetais e, conseqüentemente, com o complexo de Édipo, poderia ser entendida da seguinte forma: as escolhas objetais das crianças derivam de suas experiências de satisfação. As primeiras satisfações sexuais auto-eróticas são experimentadas em relação a funções vitais, com finalidade de auto-preservação. Os instintos sexuais, inicialmente, estariam ligados à satisfação dos instintos do ego; depois, tornam-se independentes destes. De qualquer forma, os primeiros objetos são as pessoas que se preocupam com sua alimentação (mãe), que se tornam modelo de escolha objetal ulterior: escolha objetal anaclítica ou de ligação (Freud, 1914, p. 95). Porém, haveria pessoas

> (...) cujo desenvolvimento libidinal sofreu alguma perturbação, como os pervertidos e homossexuais, que em sua escolha ulterior dos objetos amorosos adotaram como modelo não sua mãe, mas seus próprios eus.
> Procuram inequivocamente a si mesmas como um objeto amoroso, e têm um tipo de escolha objetal a que poderíamos chamar narcisista. (Freud, 1914, pp. 95-96)

Neste texto, Freud enfatiza a característica de abertura para ambos os tipos de escolha objetal para cada indivíduo, embora podendo existir uma preferência por um ou por outro.

As escolhas, portanto, poderiam ser, conforme o tipo narcísico, referenciadas naquele que se assemelha conosco – a semelhança não designa igualdade, mas ausência de diferença –, naquele que nós próprios já fomos, naquele que desejaríamos ser ou ainda naquele que foi parte de nós mesmos – esta última, parece estar ilustrando a situação de maternidade. A escolha objetal do tipo anaclítico tem como modelo a mulher que nutre ou o homem que protege. Instala-se, portanto, na continuidade das identificações edipianas, levando à escolha objetal para re-

presentantes das séries materna e paterna respectivamente (Goldgrub, 1989, pp. 68-69).

Ainda no texto sobre narcisismo, Freud aponta a universalidade de um narcisismo primário, que pode se manifestar de forma predominante na ulterior escolha objetal. Existiriam, porém, "(...) diferenças fundamentais entre os sexos masculino e feminino quanto ao tipo de escolha objetal" (Freud, 1914, p. 101).

No investimento no amor objetal completo, do tipo de ligação masculino, haveria acentuada supervalorização sexual, que se originaria do narcisismo primário da criança e seria transferido desse narcisismo para o objeto sexual. Essa supervalorização sexual traria um empobrecimento do ego em relação à libido, em favor do objeto amoroso, sendo a origem do estado de uma pessoa apaixonada. No chamado tipo feminino, com o começo da puberdade, haveria uma "intensificação do narcisismo original, que é desfavorável para o desenvolvimento de uma verdadeira escolha objetal com supervalorização sexual" (ibid., p. 103). As mulheres desenvolveriam uma certa satisfação compensatória pelas restrições sociais que lhes são impostas em sua escolha objetal – "amam apenas a si mesmas, com uma intensidade comparável à do amor de um homem por elas. Sua necessidade não é de amar, mas de serem amadas, e o homem que preencher essa condição (...)" (ibid., p. 103). Haveria, também, mulheres que amariam conforme os moldes do tipo masculino e também desenvolveriam a supervalorização sexual peculiar àquele tipo.

Para todas as mulheres, porém, a geração de uma criança seria o passo necessário para atingir o narcisismo secundário. Neste, uma parte de seu próprio corpo as confronta como um objeto estranho, ao qual, partindo de seu próprio narcisismo, poderiam chegar a um amor objetal completo. Outras mulheres não precisam ter uma criança para chegar ao narcisismo secundário: antes da puberdade sentem-se masculinas e desenvolvem-se, de alguma forma, ao longo de linhas masculinas – essa tendência é interrompida ao alcançarem a maturidade feminina, *mas* ainda retêm a capacidade de anseio por um ideal masculino, que é um resquício da natureza de menino que outrora possuíram.

Ainda neste texto, o complexo de castração, anteriormente mencionado, é um pouco melhor descrito, agora em relação ao conceito de narcisismo: seria a *coerção inicial da atividade sexual*. Nos meninos, caracterizado pela *ansiedade em relação ao pênis*; nas meninas, pela *inveja do pênis*. Existiria a possibilidade de reconstrução das vicissitudes sofridas pelos instintos libidinais quando isolados dos instintos de ego e ficam em oposição a eles. No complexo de castração, haveria uma determinada época e uma situação psíquica nas quais os dois grupos de instintos, libidinais e do ego, ainda atuando em uníssono e inseparavelmente mesclados, surgem como *interesses narcísicos*.

Os impulsos "instintuais" libidinais sofrem repressão *se* entram em conflito com *as idéias culturais e éticas do indivíduo* (prenúncio do conceito de superego). "As impressões, experiências, impulsos, desejos, aos quais um homem se entrega ou elabora conscientemente podem ser *rejeitados* com a maior indignação por outro, *ou* abafados antes que entrem na consciência" (ibid., p. 105).

O homem fixaria um *ideal de ego* que consistiria no fato de o instinto dirigir-se para uma finalidade diferente e afastada da satisfação sexual. "O narcisismo do indivíduo surge deslocado em direção a esse novo ideal de ego que, como o ego infantil, se acha possuído de toda perfeição de valor. O homem mostra-se incapaz de abrir mão de uma satisfação de que outrora desfrutou, e procura recuperá-la sob outra forma, de um ideal de ego. O que ele projeta diante de si como sendo seu ideal é o substituto do narcisismo primário, em que ele era seu próprio ideal." (ibid., p. 110). A formação desse ideal de ego pressupõe sublimação, e refere-se à libido objetal. Exige sublimação, mas não pode fortalecê-la; aumenta as exigências do ego, e refere-se a um aumento da repressão – "(...) existe um poder que vigia, descobre e critica todas as nossas intenções, em cada um de nós, na vida normal" (ibid., p. 114).

O desenvolvimento do ego seria determinado por um *afastamento* do narcisismo primário e por uma subseqüente tentativa de recuperação desse estado. Esse afastamento é ocasionado pelo deslocamento da libido em direção a um ideal de ego imposto de fora; ao mesmo tempo, o ego emite as catexias objetais libidinais e torna-se empobrecido em benefício dessas catexias. Através do ideal de ego, e se enriquece de suas satisfações no tocante ao objeto. O ideal de ego impõe severas restrições à satisfação da libido por meio de objetos recusados pelo seu censor. "Onde não existe ideal de ego, a tendência sexual aparece inalterada sob forma de uma perversão" (ibid, p. 119). O ideal sexual pode ser empregado para satisfação substitutiva, onde a satisfação narcisista encontra entraves. No referido texto (*Narcisismo)*, portanto, Freud define sua concepção de desenvolvimento humano, as relações com os instintos, os possíveis direcionamentos das libidos objetal e de ego, e a importância das primeiras relações objetais na determinação desse desenvolvimento e a relação com a cultura, no sentido de possibilitá-lo e/ou restringi-lo.

Em 1917, no texto *As Transformações do Instinto Exemplificadas no Erotismo Anal*, Freud afirma que

> (...) nos produtos do inconsciente os conceitos de fezes, bebê e pênis mal se distinguem um do outro e são facilmente intercambiáveis. Esses elementos do inconsciente são tratados como se fossem equivalentes e pudessem livremente substituir um ao outro (Freud, 1917, p. 183).

Freud justifica, assim, o papel da inveja do pênis na mulher ser substituído pelo desejo de ter um bebê, que seria um substituto para o pênis. Conclui que

(...) a conseqüência básica do desejo infantil de um pênis, em mulheres nas quais os determinantes de uma neurose na vida posterior estão ausentes, é que esse desejo transforma-se em desejo **por um homem** - *o que torna, assim, o homem um suplemento do pênis.* (ibid., p. 163)

Essa transformação converteria, portanto, um impulso que é hostil à função sexual em outro, que lhe é favorável.

A sexualidade feminina, neste ponto do desenvolvimento da teoria, está completamente vinculada à questão da castração e da inveja do pênis, havendo sucintamente duas possibilidades da mulher obter gratificação narcísica: ter um homem ou um bebê, sendo o primeiro um suplemento ao pênis e o segundo, mais diretamente, um substituto psíquico para o invejado pênis. Não há nova explicitação do complexo de Édipo, porém a dinâmica psíquica de jogos de sedução fantasiosos e incestuosos e desejos se faz presente.

No mesmo ano, é escrito *O Tabu da Virgindade (Contribuição à Psicologia do Amor III)*, publicado em 1918, no qual Freud discute o tema da *frigidez*, à luz do conceito de *sujeição sexual*.

A sujeição sexual seria uma expressão proposta por Krafft-Ebing, em 1892, para designar o

(...) fenômeno de uma pessoa adquirir um grau de dependência muito alto, e carente de auto-confiança em relação a outra pessoa como quem mantém uma relação sexual. Pode estender-se bastante, ir até a perda de toda vontade independente e até fazer a pessoa sacrificar os próprios interesses (Freud, 1918, p. 183).

Aponta como uma das possíveis conseqüências dessa sujeição sexual a impotência, nos homens, e a frigidez, nas mulheres. No texto, descreve a mulher como sendo "inteira" um tabu. Fala muito superficialmente sobre uma "(...) fundamentação para a rejeição narcísica das mulheres pelos homens, a qual está tão entremeada com desprezo por elas, ao chamar a atenção para o **complexo de castração** e sua influência sobre a opinião em que são tidas as mulheres." (ibid., pp. 184-185).

A fase na qual a mulher invejaria o pênis seria mais próxima do narcisismo original do que do objeto de amor. Por trás da inveja do pênis manifestar-se-ia a hostilidade da mulher contra o homem, que nunca desapareceria completamente nas relações entre os sexos e que estaria claramente indicada nas lutas e na produção literária. As mulheres teriam, assim, uma reação paradoxal ao defloramento, cujos traços persistiriam na frigidez. O tabu da virgindade faz-se presente, e a promessa de sujeição reduz seu impacto – e o defloramento não teria como única conseqüência "amarrar" a mulher ao homem, mas desencadearia uma reação arcaica de hostilidade contra ele, que pode assumir formas patológicas expressas no aparecimento de inibições no lado erótico da vida conjugal.

No final da década, Freud descreve, em seu texto *"Uma criança é espancada- Uma contribuição ao Estudo das Perversões Sexuais"*, em 1919, onde enfatiza um tipo especial de perversão, o masoquismo, fazendo uma complementação ao primeiro dos *Três Ensaios*. Examina detalhadamente os motivos que conduzem à repressão e analisa, também minuciosamente, as diferenças entre meninos e meninas em relação à fantasia de "ser espancado". A criança estaria envolvida nas complicadas tramas do seu então denominado complexo parental. As afeições da menina estariam fixadas no pai ("que provavelmente fez tudo o que podia para conquistar seu amor" – teoria da sedução modificada) e, ao mesmo tempo, teria rancor e rivalidade com a mãe, junto a uma dependência afetiva com ela.

Os desejos incestuosos, porém, tanto da menina quanto do menino, estariam fadados à **repressão**. Não vincula, porém, a repressão à castração. Diz: "Esses casos de amor estão destinados a fracassar, mais cedo ou mais tarde, embora não possamos dizer qual o obstáculo específico" (Freud, 1919, p. 227). Descreve, pormenorizadamente, o desenvolvimento das fantasias e reações dos meninos e das meninas, pontuando semelhanças e diferenças. Ainda nesse texto, caracteriza o que seria o **complexo de masculinidade** das meninas, que manifestariam ao se afastar do amor incestuoso pelo pai, com seu significado genital, abandonando o papel feminino, querendo ser apenas meninos.

Afirma, pela primeira vez, que "(...) o complexo de Édipo é o verdadeiro núcleo das neuroses e a sexualidade infantil que culmina nesse complexo é que determina realmente as neuroses" (ibid., p. 241).

d) Na década de 20, a grande virada: teoria estrutural. Algumas sistematizações do Édipo. Diferenças entre os Sexos

Freud, nessa década, desenvolveu e apresentou sua teoria estrutural do aparelho psíquico, chamada *Segunda Tópica*, em que o aparelho psíquico seria composto por três instâncias, id, pólo pulsional da personalidade, o ego, instância que se situa como representante dos interesses da totalidade da pessoa e que, como tal, é investida de libido narcísica, e superego, instância que julga e critica, constituída por interiorização das exigências e das interdições parentais. Essa explicitação é feita no texto *O Ego e o Id*, de 1923, embora os conceitos aí definidos já estivessem presentes há muito em sua obra – como, por exemplo, o conceito de superego, que aparece no texto de 1914 sobre o narcisismo em sua estruturação, embora ainda não nomeado. O motivo principal, classicamente invocado para explicar essa mudança, segundo Laplanche e Pontalis, é o fato de Freud considerar cada vez mais as defesas inconscientes, o que não permite fazer coincidir os pólos

do conflito defensivo com os sistemas precedentemente definidos, o recalcado com o inconsciente e o ego com o sistema pré-consciente-consciente.

Uma de suas principais descobertas, porém, e a que tornou o advento dessa tópica necessário, foi o papel desempenhado pelas diversas identificações na constituição da pessoa e das formações permanentes que depositam no seio dela (ideais, instâncias críticas, imagens de si mesmo) (Pontalis, 1991, pp. 508-509).

Freud não renunciou a conciliar suas duas tópicas, ainda segundo Laplanche e Pontalis. Por diversas vezes, salientam, apresenta uma representação especialmente figurada do conjunto do aparelho psíquico, em que coexistem as divisões do ego-id-superego e as divisões inconsciente-pré-consciente-consciente, como fica explícito no capítulo IV do *Esboço de Psicanálise* (1938).

No estudo intitulado *A Psicogênese de um Caso de Homossexualismo numa Mulher*, datado de 1920, Freud analisou uma jovem de 18 anos, com uma vivência homossexual que desesperava os pais e era marcada por uma série de comportamentos contraditórios: por exemplo, ao mesmo tempo em que aparecia sem qualquer escrúpulo nas ruas, com a amiga, inventava subterfúgios os mais diversos para encontrá-la às escondidas. Depois de ser vista pelo pai com a amiga, tentou suicídio e foi para a análise.

Freud interpretou o caso da forma descrita a seguir. Na infância, "(...) a jovem passou pela atitude normal característica do complexo de Édipo feminino de maneira não tão notável e posteriormente começara a substituir o pai por um irmão mais velho" (Freud, 1920, p. 195). Teve forte impressão quando comparou seus órgãos genitais com os do irmão. Depois de um período de latência, apresentou, na pré-puberdade, aversão em relação ao sexo, junto com lascívia. Aos 13-14 anos, nutriu uma afeição muito terna e forte por um menino de menos de 3 anos de idade, o que manifestou seu forte desejo de ser mãe e ter um filho. Logo depois, ficou indiferente ao menino e começou a se interessar por mulheres maduras, com aparência jovem. Nasceu um terceiro irmão, quando ela estava com 16 anos de idade. Não foi ela quem teve o filho, mas sua rival inconscientemente odiada, a mãe. Ressentida e amargurada, afastou-se completamente do pai e dos homens. Renegou sua feminilidade e procurou outro objetivo para sua libido. Repudiou inteiramente, após sua decepção, seu desejo de ter um filho, o amor dos homens, o papel feminino em geral. Ela se transformou em homem e tomou a mãe, em lugar do pai, como objeto de seu amor. A relação com a mãe, ambivalente, possibilitava que ela, por exemplo, tornando-se homossexual, deixasse os homens para ela. Ódio e amor convivendo e se manifestando através da atitude homossexual.

Nessa época, Freud não diferenciava o Édipo feminino do masculino, sendo o primeiro uma analogia do segundo, uma pura e simples transposição. Ainda

nesse artigo, Freud repudia o uso do termo "complexo de Electra", proposto por Jung, para o Édipo feminino. Em *Esboço de Psicanálise* (1940 [1938]), o editor refere-se incorretamente a esse repúdio, em nota de rodapé (Freud, 1940, p. 223), como se tivesse ocorrido no texto sobre *Sexualidade Feminina*, de 1931, e, pela leitura que fiz, foi possível perceber que a referência estava incorreta.

Em 1922, escreveu *Alguns Mecanismos Neuróticos no Ciúme, na Paranóia e no Homossexualismo*, em que caracteriza este último, novamente, como uma *fixação* resultando em uma escolha de objeto do tipo narcísico. Refere-se mais detalhadamente ao homossexualismo masculino, em que o alto valor atribuído ao órgão sexual determinaria uma *incapacidade* de tolerar sua ausência num objeto amoroso. Através da renúncia às mulheres, também, toda rivalidade com o pai seria evitada, relacionando esse momento de fixação ao complexo de castração, porém sem muitos detalhes e pormenores.

Surpreendente, porém, é o texto de 1923, denominado *Dois Verbetes de Enciclopédia*, em que Freud discorre sobre a psicanálise e sobre a teoria da libido: o complexo de Édipo é descrito e definido como uma das três pedras angulares da teoria psicanalítica, junto ao determinismo psíquico e à resistência e repressão. Porém, nenhuma referência é feita ao complexo de Édipo feminino, nem como análogo ao masculino, nem de modo algum. Freud simplesmente o ignorou!

É na seção III de *O Ego e o Id*, também de 1923, que o complexo de Édipo recebe o tratamento mais descritivo e pormenorizado de toda a obra freudiana. O desenvolvimento psíquico é definido como uma gradação no ego, em que haveria uma diferenciação, o superego, com relação muito próxima ao complexo de Édipo. Ao longo do desenvolvimento, as catexias objetais seriam substituídas por uma identificação, processo este que teria grande parte na determinação da forma tomada pelo ego que, por sua vez, seria fraco inicialmente, dando-se conta das catexias e sujeitando-se a elas ou tentando desviá-las pela repressão.

O caráter do ego seria um precipitado de catexias objetais abandonadas, e conteria a história das escolhas de objeto, havendo diferentes graus de capacidade de resistência, determinantes do limiar de desvio ou aceitação das influências da história de escolhas. Quando o ego assume as características do objeto, está-se forçando ao id como um objeto de amor e tentando compensar a perda, o que implica uma transformação de libido objetal em libido narcísica – caracterizando, assim, a entrada no narcisismo secundário. Isso também implica uma dessexualização ou sublimação.

Os efeitos das primeiras identificações na mais remota infância seriam gerais e duradouras. O ideal do ego seria a primeira e mais importante identificação, direta e imediata, de um indivíduo com o pai. O caráter triangular da situação e a bissexualidade constitucional do indivíduo determinariam, na criança do sexo

masculino, o desenvolvimento de uma catexia objetal pela mãe, que proporcionaria uma escolha de objeto do tipo anaclítico, levando o menino a identifica-se com o pai.

Durante algum tempo, esses dois relacionamentos coexistem harmoniosamente, até que os desejos sexuais do menino em relação à mãe tornam-se mais intensos e o pai é percebido como um obstáculo a eles – daí se originaria o complexo de Édipo. A identificação com o pai assumiria coloração hostil, transformando-se num desejo de livrar-se dele, para ocupar seu lugar junto à mãe, caracterizando uma relação com o pai marcada pela ambivalência – como se a ambivalência já existente, desde o início, se tornasse manifesta. Seria configurado, então, o complexo de Édipo positivo simples no menino: a atitude ambivalente com o pai e a relação objetal do tipo unicamente afetuoso com a mãe.

Com a dissolução do complexo de Édipo, haveria um abandono da catexia objetal da mãe, podendo o seu lugar ser preenchido por uma identificação com a mãe e uma intensificação de sua identificação com o pai, o que permite que a relação afetuosa com a mãe seja mantida, em certa medida, consolidando a masculinidade no caráter de um menino.

Freud ainda aponta para a analogia do desfecho da atitude edipiana da menina como podendo ser uma identificação com a mãe, o que fixaria o caráter feminino da criança. Ainda neste texto, Freud descreve o caráter dúplice – positivo e negativo – do complexo de Édipo, devido à bissexualidade originalmente presente na criança. O menino, além do processo descrito acima, apresentaria uma atitude afetuosa feminina com o pai e um ciúme e hostilidade correspondentes em relação à mãe. Haveria, portanto, uma série, do complexo de Édipo positivo normal, passando por vários níveis intermediários, até o complexo de Édipo negativo invertido.

Na dissolução do complexo de Édipo, as quatro tendências agrupar-se-iam para produzir uma identificação paterna e uma materna. Preserva-se, assim, a relação de objeto com a mãe (complexo positivo) **e** haveria substituição da relação de objeto com o pai (complexo invertido).

Freud conclui que o

> (...) amplo resultado geral da fase sexual dominada pelo complexo de Édipo pode, portanto, ser tomada como sendo a formação de um precipitado no ego, consistente dessas duas identificações unidas uma com a outra de alguma maneira. Esta modificação do ego retém a sua posição especial; ela se confronta com outros conteúdos do ego como um **superego** (Freud, 1923, p. 49).

A diferenciação do superego a partir do ego representa as características mais importantes do desenvolvimento, tanto do indivíduo, quanto da espécie, continua Freud, e conclui que:

> O ideal de Ego, portanto, é o **herdeiro do complexo de Édipo**, e constitui também a expressão dos mais poderosos impulsos e das mais importantes vicissitudes libidinais do id. Erigindo esse superego, o ego dominou o complexo de Édipo e, ao mesmo tempo, colocou-se em sujeição ao id (ibid., p. 51).

Embora a tese principal deste texto seja a divisão tríplice da mente, a designação do superego como herdeiro do complexo de Édipo é detalhada de modo único até então. Não houve, posteriormente, detalhamento tão acentuado desse aspecto do desenvolvimento dessa instância e da relação com o Édipo.

Data de 1923, também, um texto muito importante no estudo do desenvolvimento do conceito do complexo de Édipo: *A Organização Genital Infantil (Uma Interpolação na Teoria da Sexualidade)*, que é considerado um acréscimo aos *Três Ensaios*. Dá um detalhamento maior à questão da castração e refere-se ao falo, enquanto representação simbólica do pênis. Caracteriza a organização genital infantil como diferente da do adulto, embora, para ambos os sexos, o que entraria em consideração seria apenas um órgão genital, o masculino, o que determinaria a primazia do falo.

Os meninos, nas pesquisas sexuais, concluem que o pênis não é uma possessão comum a todas as criaturas. Essa descoberta é tão inconcebível, tão insuportável, que eles rejeitam o fato, o que caracterizaria o complexo de castração. O menino vê a menina e acredita que vê um pênis. Encobre a contradição dizendo que o pênis ainda é pequeno e ficará maior logo – depois conclui que o pênis estivera lá, antes, e fora retirado depois. A falta de um pênis é vista como resultado da castração. A criança não generaliza imediatamente que algumas mulheres não têm pênis; é impedida de fazê-lo porque supõe ser a falta de um pênis resultado de ter sido castrada como punição. Para a criança, ser mulher é diferente de não ter pênis. Ela acredita que a punição referia-se a impulsos inadmissíveis semelhantes ao seu próprio. Quanto aos processos nas meninas, Freud afirma laconicamente: "não conhecemos" (Freud, 1923, p. 181).

É no texto *A dissolução do Complexo de Édipo*, de 1924, que Freud pormenoriza o curso diferente tomado pelo desenvolvimento da sexualidade em meninos e meninas, partindo da observação que o complexo de Édipo, fenômeno central na primeira infância, entraria em período de latência, em função da repressão. O complexo de Édipo ofereceu à criança duas possibilidades de satisfação: uma ativa e outra passiva. Poderia colocar-se no lugar do pai, à maneira masculina, e ter relações com a mãe, ou ainda poderia querer assumir o lugar da mãe e ser amado pelo pai, sendo a mãe supérflua. Com a aceitação da possibilidade de castração, com o reconhecimento de que as mulheres são castradas, extinguiam-se as duas maneiras de obter satisfação pelo complexo de Édipo, porque ambas acarretavam a perda do pênis: a masculina, pela punição resultante, e a feminina, como pré-condição.

É nesse conflito entre seu interesse narcísico e a catexia libidinal de seus objetos parentais que o ego da criança dá as costas ao complexo de Édipo, e as catexias objetais são abandonadas e substituídas por identificações. Essa renúncia aos objetos deve-se à repressão, embora o conflio edípico, nessa fase, possa ser considerado ainda mais intenso (apesar da aparente calmaria da renúncia). A autoridade do pai ou dos pais é introjetada no ego e aí forma núcleo do superego (Freud, 1924, pp. 221-222).

Em relação às meninas, a percepção do pequeno clitóris seria um fundamento para a inferioridade, segundo Freud, e a menina, por algum tempo, crê no possível crescimento do pequeno órgão. É nesse estágio que o complexo de masculinidade se ramificaria. Acredita que já teve um pênis, e o perdeu por castração, aceitando o fato como consumado, em contraposição aos meninos, que temem a possibilidade de sua ocorrência. Apesar da aceitação, a menina dirige seu interesse pelo pênis para o bebê. Seu complexo de Édipo culmina num desejo, mantido por muito tempo, de receber do pai um bebê como presente – dar-lhe um filho. Os dois desejos, possuir um pênis e ter um filho, permanecem fortemente catexizados no inconsciente, e ajudam a preparar a mulher para seu papel posterior.

Nessa época, Freud afirmava ser o complexo de Édipo da menina mais simples que o do menino, culminando na assunção do papel da mãe e adoção de uma atitude feminina com o pai. Mais tarde, veremos que essa idéia foi ampliada e aperfeiçoada. É nesse ponto que Freud infere que, sendo excluído, na menina, o temor da castração, cairia também um motivo poderoso para o estabelecimento de um superego e para a interrupção da organização genital infantil.

A primeira e completa reavaliação das opiniões de Freud sobre o desenvolvimento psíquico das mulheres foi apresentada no texto de 1925 – *Algumas Conseqüências Psíquicas da Distinção Anatômica entre os Sexos*. É apresentada sua nova tese sobre o Édipo feminino, que teria uma fase antecedendo ao complexo de Édipo "normal", a então intitulada fase pré-edípica. Esse texto seria posteriormente ampliado, na década de 30, quando seriam pormenorizados os detalhes das idéias principais então expostas. No início do texto, Freud discute a própria forma de produzir conhecimento, pois nas primeiras publicações esperava vários anos por uma confirmação, pois sentia o tempo como ilimitado, dedicava todo o *tempo para isso e era o único a trabalhar com o tema daquela forma. Refere, em* 1925, o tempo como limitado, como não gastando mais todo o tempo no trabalho, e o fato de não estar mais sozinho como precedente para que sua tese seja apresentada num tempo que ele considera apressado...

Descreve o complexo de Édipo nos meninos, enfatizando que a destruição é ocasionada pelo temor da castração, diretamente conflitante com o interesse narcísico nos genitais que ele apresenta. Nas meninas, haveria uma passagem de

objeto, uma vez que a mãe seria o objeto original, e teria que ser abandonada para o pai assumir o lugar de objeto.

Freud afirma que, nas meninas, *o complexo de Édipo seria uma formação secundária*, subseqüente a uma longa pré-história, a fase pré-edípica. A menina, em sua constatação de ser castrada, viu o pênis, sabe que não o tem e quer tê-lo. No texto *Uma Criança é Espancada* Freud já aludira ao complexo de masculinidade, que pode se ramificar na esperança da mulher de algum dia obter um pênis e, assim, tornar-se semelhante a um homem, ou em uma rejeição. A menina pode recusar a castração, enrijecer-se numa convicção de que *realmente* possui um pênis e é compelida a comportar-se como homem. As conseqüências da *inveja do pênis* são várias e de grande alcance: a mulher pode compartilhar com os homens o desprezo por um sexo (que é inferior nesse aspecto tão importante), e ainda a inveja persistir, deslocada, no *ciúme*. Uma terceira conseqüência é o afrouxamento da relação afetuosa com seu objeto materno, que é responsabilizado pela sua privação de um pênis, e ainda acusado de ter amamentado pouco. Finalmente, a menina volta-se contra a masturbação, em função de seu sentimento narcísico de humilhação ligado à inveja do pênis. Seu reconhecimento da distinção anatômica força-a a afastar-se da masturbação masculina para novas linhas, que conduzem ao desenvolvimento da feminilidade (Freud, 1925, p. 314). Na menina, portanto, o complexo de Édipo é uma formação secundária, precedida e preparada pelo complexo de castração.

Aqui residiria, portanto, um contraste fundamental entre os dois sexos:

No menino: o complexo de Édipo é destruído pelo complexo de castração – uma castração que foi ameaçada.

Nas meninas: o complexo de Édipo se faz possível, é introduzido pelo complexo de castração – uma castração que foi executada. A castração já teve seu efeito e força a criança à situação do Édipo, podendo ser lentamente abandonado mediante a repressão, ou seus efeitos podem persistir com bastante ênfase na vida mental normal das mulheres.

Em suma, o complexo de castração inibe e limita a masculinidade e incentiva a feminilidade.

A partir dessas constatações, Freud faz uma série de inferências, já sugeridas em textos anteriores, sobre as incapacidades femininas referentes à possibilidade de julgamento, frieza e senso ético, fundamentadas nessa diferença na situação edípica relacionada à estruturação do superego como herdeiro.

No final da década de 20, no texto *Fetichismo* (1927), Freud desenvolve ainda mais o tema da castração, desta vez com o intuito de estudar esse tipo específico de perversão, relacionando sua ocorrência a um horror da castração. Freud considera o fetichismo a evidência do complexo de castração.

e) Década de 30: sexualidade feminina. Feminilidade. O que quer uma mulher?

Ernst Jones escreve (1955, p. 48) (apud Freud, 1925, p. 304):

> Pouca dúvida existe de que Freud julgava a psicologia das mulheres mais enigmática que a dos homens. Disse ele uma vez a Marie Bonaparte: "A grande questão que jamais foi respondida e que ainda não fui capaz de responder, apesar de meus trinta anos de pesquisa da alma feminina, é: ***'O que quer uma mulher?'***".

Infelizmente, Jones não fornece a data dessa observação.

De qualquer forma, foi somente na década de 30 que Freud escreveu sobre a singularidade da sexualidade feminina, ainda completamente referenciada ao desenvolvimento masculino, e publicou dois textos, em que pormenoriza as descobertas da década anterior – *Sexualidade Feminina*, de 1931, e *Feminilidade*, escrito em 1932 e publicado em 1933. A tese apresentada por Freud, em 1925, em *Algumas Conseqüências,* teve ampla repercussão entre os psicanalistas, o que o estimulou a voltar ao assunto.

No texto de 1931 – *Sexualidade Feminina* – há uma descrição mais detalhada do período pré-edípico, e descreve o elemento ativo na atitude da menina para com a mãe e a feminilidade em geral. São quatro ensaios, em que Freud retoma todos os conceitos até então desenvolvidos, a começar pelo complexo de Édipo no menino. Acrescenta que a complexidade do desenvolvimento feminino refere-se à dupla mudança que tem de executar: a mudança de sua principal zona genital – do clitóris para a vagina – e a troca de seu objeto original – a mãe pelo pai. A ligação da menina com a mãe duraria até os 4 ou 5 anos de idade, sendo que algumas mulheres nunca alcançariam uma verdadeira mudança em direção aos homens. Esta fase, pré-edipiana, seria muito importante, pois comportaria todas as fixações e repressões que poderiam originar as neuroses.

Aqui Freud retoma a idéia mencionada uma década antes: o complexo de Édipo seria o núcleo das neuroses. Está, porém, pormenorizando a questão feminina. Seria importante que se *ampliasse* o conteúdo do complexo de Édipo, de modo a incluir todas as relações da criança com ambos os genitores, ressaltando que a mulher só atinge a situação edipiana normal positiva depois de ter superado um período anterior, que é governado pelo complexo negativo. Finalmente, Freud explicita: "Há muito tempo abandonamos qualquer expectativa quanto a um paralelismo nítido entre o desenvolvimento sexual masculino e feminino" (Freud, 1931, p. 264).

Apesar de não singularizar a questão feminina como além-do-não-falo, Freud teve um cuidado especial em descrever o universo feminino dentro das possibili-

dades de um homem no início do século, marcado pela estrutura sociocultural como qualquer outro profissional seu contemporâneo...

No segundo ensaio desse mesmo artigo, Freud retoma a questão da bissexualidade, que estaria presente como uma disposição inata dos seres humanos, vindo para o primeiro plano muito mais claramente nas mulheres que nos homens. Estes teriam uma zona sexual principal, enquanto as mulheres teriam duas: a vagina e o clitóris. A vida sexual destas seria, necessariamente, dividida em duas fases: a primeira, de caráter masculino, e a segunda, sim, especificamente feminina. Essa transição de uma fase para a outra não aconteceria com os homens.

Outra diferença residiria no encontro do objeto. Para o homem, a mãe seria o primeiro objeto amoroso, e permaneceria assim até ser substituída por alguém que se lhe assemelhasse ou dela se derivasse. Na mulher, à mudança do seu próprio sexo corresponde uma mudança no sexo do objeto. No segundo ensaio, ainda, Freud descreve pormenorizadamente as diferenças relacionadas ao complexo de castração no menino e na menina, numa longa explanação, mais detalhada em termos de forma, mas sem acrescentar conteúdos ao que já havia sido dito em 1925.

O terceiro ensaio é dedicado à discussão dos conceitos de atividade e passividade e a relação à masculinidade e à feminilidade. Contrapõe-se aos estereótipos de passividade feminina, ressaltando a atividade sexual "surpreendente" das meninas com as mães, com suas inclinações orais, anais-sádicas e até fálicas, dirigidas no sentido destas, e a atuação da repressão. Os impulsos da fase fálica teriam como manifestações a sedução, uma atividade sexual que culmina com a satisfação clitoriana. O necessário afastamento da mãe, que tem sua origem remontada à influência do reconhecimento da castração, por parte da menina, seria muito importante no desenvolvimento de uma menina, por ser mais que uma mudança de objeto. Há uma diminuição dos impulsos ativos, em decorrência da frustração, e um aumento dos passivos, que ajudam na transição para o objeto paterno. O caminho para o desenvolvimento da feminilidade está agora aberto à menina, que superou a ligação pré-edipiana. No desenvolvimento completo, portanto, encerra o ensaio IV, a menina atravessa uma fase negativa do complexo de Édipo antes de ingressar na positiva. Existe uma antítese entre ligação com o pai e o complexo de masculinidade, que seria, em última instância, a antítese entre masculinidade e feminilidade, entre atividade e passividade.

Na *Conferência XXXIII*, sobre *Feminilidade*, Freud considera "característica psicológica da feminilidade dar preferência a fins passivos, o que não é sinônimo de passividade, porque para **chegar** a um fim passivo, pode ser necessária grande quantidade de atividade" (Freud, 1933, p. 139). Refere-se ao desenvolvimento do masoquismo como conseqüência da supressão da agressividade da mente cons-

ciente de uma pessoa. O desenvolvimento sexual da mulher exigiria, segundo Freud, uma luta, que incluiria as duas tarefas já descritas em 1925 e reiteradas em 1931. O pré-édipo, porém, poderia se estender até além dos 4 anos de idade.

É nesse texto que Freud faz um *mea culpa* em relação à teoria da sedução, descrevendo-a como "interessante episódio da história da pesquisa analítica, que causou muitas horas de dissabor" (ibid., p. 139) e, poucos parágrafos adiante, discorre sobre a *fantasia* de ser seduzida pelo pai enquanto expressão típica do complexo de Édipo das meninas.

Depois, Freud faz uma síntese, em que fala da importância e das diferenças que o complexo de castração assume para meninos e meninas, das possibilidades de derivação da inveja do pênis, e acrescenta o que denominou *feminilidade madura*, que seria uma maior quantidade narcísica, que também afetaria a escolha objetal da mulher. Para ela, ser amada é uma necessidade mais forte que amar. Sentimentos como a vaidade e a vergonha estariam também relacionados à inveja do pênis: a vaidade enquanto valorização compensatória da inferioridade sexual original, e a vergonha enquanto ocultação da deficiência genital.

Em *Análise Terminável e Interminável*, de 1937, Freud sintetiza o que foi explicitado nos dois artigos anteriormente citados, e no *Esboço de Psicanálise* (1940 [1938]), aos 82 anos, Freud faz uma "síntese final" ou "epílogo" a respeito de sua obra. Fala da função sexual como "ponto fraco do ego", e enfatiza: "(...) a criança é pai do adulto e os acontecimentos de seus primeiros anos são de importância suprema em toda sua vida posterior". Prossegue: "(...) a experiência central seria o abuso sexual de crianças por adultos e sua sedução por outras crianças. Suas sensações reprimidas, se ela quiser banir da mente, determinará a neurose" (Freud, 1940, pp. 201 e 221)

Eis um excelente parâmetro para discutir o efetivo ou ambíguo abandono feito por Freud de sua teoria da sedução do final do século XIX...

A seguir, ele refere-se ao complexo de Édipo, enfatizando as diferenças entre os sexos, a bissexualidade e a masturbação. Conclui dizendo que "(...) se a Psicanálise não pudesse gabar-se de mais nenhuma realização além da descoberta do complexo de Édipo reprimido, só isso já lhe daria o direito a ser incluída entre as preciosas novas aquisições da humanidade" (Freud, 1940, p. 225). Conforme apresentei anteriormente, o editor refere-se ao termo complexo de electra como tendo sido refutado por Freud em 1931, em *Sexualidade Feminina*. O que pude constatar, porém, é que esse fato ocorreu em 1920, no texto *A Psicogênese de um Caso de Homossexualismo numa Mulher;* portanto, 11 anos antes. A referência cronológica também não está correta, estabelecendo, para o texto *Sexualidade Feminina,* a data de 1913!

De qualquer forma, nesses textos finais, Freud encerra alguns enigmas, deixando em aberto tantos outros, território fértil para outros pesquisadores e teóricos tomarem como ponto de partida para suas próprias investigações.

f) O Enigma da Esfinge

O presente trabalho procurou trazer a leitura feita da obra de Freud sobre o desenvolvimento do conceito de complexo de Édipo. Desde os primórdios de seu trabalho, no final do século XIX, até pouco antes de sua morte, em 1939, a característica *sui generis* de um conceito tão importante não ter sido enfatizado, nem em seu surgimento nem em seu desenvolvimento, trouxe uma reflexão: o próprio conceito seria, portanto, um enigma – a ser decifrado gradualmente, com rigor e cuidado, e ele mesmo, Freud, se coloca no lugar de Esfinge... Talvez esse fosse mesmo o enigma: decifrá-lo, gradualmente, com sua riqueza de significados, integrando-o aos outros tópicos de sua teoria e, finalmente, atribuir-lhe o caráter de "pedra angular da Psicanálise"... Isto exige um trabalho dedicado e cuidadoso, atento para os tantos detalhes e seu engendramento sutil, complexo, fascinante. Está feito o convite.

Referências bibliográficas

Aberastury, Arminda e colaboradores (1990) – **Adolescência**. Porto Alegre, Artes Médicas.

Aberastury, Arminda e Knobel, Mauricio (1981) – **Adolescência Normal**. Porto Alegre, Artes Médicas.

André, Serge (1994) – **O que quer uma mulher?**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora (O Campo Freudiano no Brasil).

Assoun, Paul-Laurent (1993) – **Freud e a Mulher**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora (Transmissão da Psicanálise).

Freud, Sigmund (1980) – **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.** Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago.

____(1900) – **Die Traumdeutung (1900). A Interpretação dos Sonhos**, vol. IV, cap. V.

____(1905) – **Drei Abhandlungen zur sexualtheorie (1905). Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade**, vol. VII.

____(1907) – **Zur sexuellen aufkärung der kinder (Offener brief an Dr. M. Fürst) (1907). O Esclarecimento Sexual das Crianças (Carta aberta ao Dr. M. Fürst)**, vol. IX.

____(1908) – **Charakter und analerotik (1908). Caráter e Erotismo Anal**, vol. IX.

____(1908) – **Die 'Kulurelle' sexualmoral und die moderne nervosität (1908). Moral Sexual 'Civilizada' e Doença Nervosa Moderna**, vol. IX.

____(1908) – **Über infantile sexualtheorien (1908). Sobre as Teorias Sexuais das crianças**, vol. IX.

____(1910) – **Über psychoanalyse (1910). Cinco Lições de Psicanálise,** [1909], vol. XI.

____(1910) – **Beiträge zur psichologie des liebeslebens I – Über einen besorderen tipus der objektwahl beim manne (1910). Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens (Contribuições à Psicologia do Amor I)**, vol. XI.

____(1912) – **Beiträge zur psychologie des liebeslebens II – Über die allgemeinste erniedrigung des liebesbens (1912). Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor (Contribuições à Psicologia do Amor II)**, vol. XI.

____(1913) – **Totem und Tabu (1912). Totem e Tabu**, [1912-13], vol XIII.

____(1914) – **Zur einführung des nazissmus (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução**, vol XIV.

____(1917) – **Über triebumsetzungen, insbesondere der analerotik (1917). As transformações do instinto exemplificadas no erotismo anal**, vol. XVII.

____(1918) – **Beiträge zur psychologie des liebeslebens III – Das tabu der vinginität (1917). O Tabu da Virgindade (Contribuições à Psicologia do Amor III)**, [1917], vol. XI.

____(1919) – **'Ein kind wird geschlagen' – Beitrag zur kenntnis der entstehung sexueller perversionen (1919). 'Uma criança é espancada': uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais**, vol. XVII.

____(1920) – **Über die psychogenese eines falles von weiblicher homossexualität (1920). A Psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher**, vol. XVIII.

____(1922) – **Über einige neurotische mechanismen bei eifersucht, paranoia und homosexualität (1922). Alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranóia e no homossexualismo**, vol. XVIII.

____(1923) – **'Psychoanalyse' und 'libidotheorie' (1923). Dois verbetes de enciclopédia**, [1922], vol XVIII.

____(1923) – **Die infantile genitalorganisation (eine einschaltung in die sexualtheorie) (1923). A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade**, vol. XIX.

____(1923) – **Das Ich und das Es (1923). O Ego e o Id**, vol. XIX.

____(1924) – **Der untergang des ödipuskomplexes (1924). A dissolução do complexo de Édipo**, vol XIX.

____(1925) – **Einige psychische folgen des anatomischen geschlechts-unterschieds (1925). Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos**, vol. XIX.

____(1927) – **Selbstdarstellung (1925). Um estudo autobiográfico**, [1925], vol. XX.

____(1927) – **Fetischismus (1927). Fetichismo**, vol. XXI.

____(1931) – **Über die weibliche sexualitat (1931). Sexualidade feminina**, vol. XXI.

____(1933) – **Neue folge der vorlesungen zur einführung in die psychoanalyse. (1933). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. Conferência XXXIII – Feminilidade**, [1932], vol. XXII.

____(1937) – **Die endliche und die unendliche analyse (1937). Análise terminável e interminável**, vol. XXIII.

____(1940) – **Abriss der psychoanalyse (1940). Esboço de Psicanálise**, [1938], vol. XXIII.

Freud, Sigmund (1948) – **Obras completas. Traducción directa del alemán por Luis Lopez-Ballesteros y de Torres.** Madrid, Ed. Biblioteca Nueva.

Gallatin, Judith E. (1978) – **Adolescência e Individualidade**. São Paulo, Ed. Harbra.

Goldgrub, Franklin (1989) – **O Complexo de Édipo**. São Paulo, Ed. Ática. (Série Princípios).

Lima, Helena M. M. (1994) – **Educação Sexual para Adolescentes – Desvendando o Corpo e os Mitos**. São Paulo, Iglu Ed., 3ª edição.

Masson, Jeffrey M. (1986) – **A Correspondência Completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess, de 1887 a 1904**. Rio de janeiro, Imago (Coleção Psicologia Psicanalítica).

Mezan, Renato (1991) – **Freud: a trama dos conceitos**. São Paulo, Ed. Perspectiva (Série Estudos).

Monzani, Luiz R. (1989) – **Freud – O Movimento de um Pensamento**. Campinas, Ed. da Unicamp.

Mullahy, Patrick (1986) – **Édipo: Mito e Complexo**. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara.

Nagera, Humberto (1983) – **A Sexualidade Feminina e o Complexo de Édipo**. Rio de Janeiro, Imago (Série Analytica).

____(1993)– **Conceitos Psicanalíticos Básicos da Teoria dos Instintos.** São Paulo, Ed. Cultrix (Biblioteca Psicanalítica da Clínica de Hampstead – vol. III).

____(1995) – **Conceitos Psicanalíticos Básicos da Teoria da Libido**. São Paulo, Ed. Cultrix (Biblioteca Psicanalítica da Clínica de Hampstead – vol. I).

Lapalanche, Jean e Pontalis, Jean-Bertrand (1991) – **Vocabulário da Psicanálise.** São Paulo, Martins Fontes, 11ª edição.

Rappaport, Clara R. (org.) (1993) – **Adolescência: abordagem psicanalítica**. São Paulo, EPU.

Vernant, Jean-Pierre e Vidal-Naquet, Pierre (1991) – **Mito e Tragédia na Grécia Antiga**. vol. II. São Paulo, Brasiliense.

George Herbert Mead: contribuições para a psicologia social

Margareth Arilha*

RESUMO. Este artigo tem por objetivo expor e difundir os principais conceitos da psicologia social de George Herbert Mead, bem como sistematizar algumas das principais questões emergentes de sua obra. O artigo também introduz o autor no cenário atual das discussões epistemológicas no campo da produção de conhecimento sobre o desenvolvimento de indivíduos em processos sociais.

Palavras-chave: psicologia social, epistemologia, construção do conhecimento.

ABSTRACT: This paper intends to present and spread the main Social Psychology concepts developed by George Herbert Mead, and to propose a systematization of major issues raised by his work. It also inserts this author in the present context of epistemological discussions on construction of knowledge regarding individual development in social processes.

Keywords: social psychology, epistemology, construction of knowledge.

Introdução

George Herbert Mead viveu de 1863 a 1931 e tem sido reconhecido hoje como um importante autor do início do século XX, que influenciou sobremaneira o campo das ciências humanas e sociais. Possui o mérito de ter contribuído para a tentativa de superação das controvérsias e disputas entre escolas de pensamento daquela época e para a tentativa de diminuição das tensões entre as diversas noções de indivíduo e sociedade e suas determinações sobre o campo da psicologia e sociologia, bem como sobre seus respectivos objetivos (Mead, 1972).

Segundo Sass (1992), Mead teria sido descoberto, na Europa, no período pós-guerra e, no Brasil, durante a década de 70, surgindo aqui no calor das tentativas de ruptura com paradigmas então dominantes. Aparece ao lado de outros autores enormemente significativos, como é o caso de Vygotsky, também descoberto no Brasil apenas neste período. A recomendação de Sass (1992) é de que o leitor e estudioso não dissolva a produção meadiana no contexto do pragmatismo de uma maneira genérica, criticando-a por ser norte-americana e apagando, assim, as suas peculiaridades.

Mead é um pragmático, influenciado por William James e Dewey, colegas contemporâneos. Como representante do pragmatismo, pretendia "vincular também o método pragmático à verdade construída processualmente pelo sujeito, mediante a análise de suas conseqüências práticas, subvertendo assim a noção transcendente de verdade do racionalismo" (Mead, 1972, p. 22). O peso crescente de sua obra, no campo das ciências humanas, possivelmente, está associado à enorme

* Psicóloga, diretora da ECOS – Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana e mestranda do Programa de Psicologia Social da PUC-SP.

visibilidade nos tempos atuais do neo-pragmatismo americano, representado sobretudo pela obra de Richard Rorty. Este autor foi fortemente influenciado por James, Dewey e pelo próprio Mead (Ibãnez, 1994) e suas idéias têm fundamentado a estruturação do construcionismo social. Este paradigma – que inclui elementos da teoria da ação, da orientação dialética, hermenêutica e do neo-pragmatismo – sem dúvida alguma, vem influenciando fortemente a psicologia social, a antropologia e certo recorte do campo da psicanálise no Brasil[1].

A obra de Mead possui a inusual característica de não ter sido escrita diretamente por ele mesmo. Todas as suas obras são póstumas, e foram feitas a partir de transcrições de gravações de aulas ministradas na universidade. Foram publicados quatro livros, nos anos de 1932, 1934, 1936 e 1938, respectivamente. Sua principal obra é *Mind, Self and Society*[2], de 1934, escrita a partir de curso oferecido na universidade, de 1900/1901 até 1931. Como diz Farr (1996), do que se conhece de seus cursos, Mead parece ter adotado sempre o mesmo caminho, ou seja, da mente para a sociedade através do *self.*

Mead formou-se em Harvard e depois foi a Berlim estudar psicofisiologia com Wundt. Em 1891, Dewey convidou-o a retornar aos EUA, na qualidade de professor do Departamento de Filosofia da Universidade de Michigan. Logo depois, Dewey transferiu-se para Chicago e convidou Mead novamente. Antes de morrer, Mead havia aceito o convite de lecionar na Universidade de Columbia (Sass, 1992). Assim que morrreu, Mead foi substituído por Blumer, seu seguidor e autor que levará todo o conhecimento formulado por Mead para o campo da sociologia. Talvez este tenha sido um dos motivos pelos quais as idéias de George Mead sejam muito mais determinantes na antropologia e sociologia do que na psicologia, por exemplo, onde ficaram, a princípio, basicamente restritas ao campo da teoria dos papéis (Farr, 1996).

Mead tem, em seu repertório de escritores que lhe serviram de inspiração, nada mais nada menos do que autores como Hegel, Darwin, Einstein, Marx, Freud, Adam Smith. Leu também Baldwin, Cooley, Giddings, Royce. Acabou influenciando relevantes autores da psicologia, como Berger e Luckmann, e Goffman. Wundt foi seu professor, como dissemos, e Watson, seu aluno. Não se sabe se Lacan teve

1 Pode-se tomar como exemplo a produção teórica do Instituto de Medicina Social da UERJ, do Rio de Janeiro, sobretudo no campo da sexualidade, saúde reprodutiva e psicanálise, tendo como formuladores teóricos expressivos Richard Parker e Jurandir Freire Costa.

2 Neste trabalho, para expressar na língua portuguesa os conceitos de Mead referentes a *mind* e *self*, serão utilizados os termos "mente" e *self*. Preferimos seguir a mesma nomenclatura utilizada por Sass (1992) – estudioso da obra de Mead – por concordarmos com as suas argumentações, no sentido de que tais expressões da língua portuguesa estariam mais próximas daquilo que o autor deseja designar. Com relação ao *self*, admite-se que, mesmo sendo uma palavra da língua inglesa, já está suficientemente incorporada ao vocabulário daqueles que trabalham no campo da psicologia.

acesso ou leu Mead, mas é possível identificar, em suas obras, conceituações bastante similares às de Mead, assim como acontece com Vygotsky, que produziu sua teoria na União Soviética no mesmo período em que Mead o fez. Pierce também foi contemporâneo de Mead, e ambos tiveram suas obras desenvolvidas pela semiótica. Como filósofos processuais, a concepção de *self* de ambos implica o fato de o *self* ser emergente do processo da experiência humana.

Para George Herbert Mead, sem dúvida alguma, a sociedade existia antes do sujeito, no sentido de que o sujeito já nasce imerso nela e dela sofre influências. Sua grande questão era tentar entender como, afinal, o sujeito poderia se constituir sendo tão particular e, ao mesmo tempo, conseguir se inserir na sociedade (Mead, 1972). Vai tentar explicar que todo ato individual somente pode ser visto dentro do ato social, e que a psicologia e a sociologia estão unidas sob uma base social. Não privilegia nem um pólo nem outro – nem o indivíduo nem a sociedade – tentando demonstrar que a mente e o *self* são emergentes sociais, e a linguagem, na forma de gesto vocal, proporciona o mecanismo para esta emergência. Sua hipótese era de que a introjeção de papéis seria um processo intimamente vinculado ao surgimento do *self* e que poderia ser compreendido como a autoconsciência de Hegel (Mead, 1972). Mead vai dizer claramente que o *self* surge da interação social: "*By assumingh the role of the other with regard to ourselves, we become an object to ourselves*" (Farr, 1996, p. 67).

Afirmava que nenhum dos autores a que teve acesso queria, verdadeiramente, explicar como surgem mente e o *self* na sociedade. Segundo ele, todos teriam trabalhado com o pressuposto da existência de mente e de *self* como condicionantes para colocar em marcha o processo social, mesmo assim, sem conseguir definir seus respectivos funcionamentos (Mead, 1972). Sem dúvida alguma, a matriz social de onde sai a mente e a compreensão do *self*, como um objeto no mundo social de outros, é o fato de que a linguagem significante permite que o autor da expressão, com base em sua experiência, possa antecipar as reações dos outros e ajustar suas reações emocionais a isto, lembrando sempre que o significado de um ato não estaria equacionado com a intenção do autor. Esta matriz social se desenvolveria tanto filogeneticamente, na evolução das espécies, quanto ontogeneticamente, no desenvolvimento de cada membro da espécie (Farr, 1996).

A trajetória da individuação: do corpo biológico ao *self*, por meio da linguagem

Mead vai tentar buscar os limites e as possibilidades, tanto da filosofia quanto da psicologia. Alinhando-se com o pensamento dos pragmáticos, vai colocar que as coisas devem ser "concebidas não como formas da mente, mas como relações

que existem no mundo. Tampouco podem ser consideradas como associações de estados da consciência uns dos outros, tal como as consideram os empiricistas..." (Mead, apud Sass,1992, p. 20). Sem dúvida alguma, como afirma Charles Morris, editor e redator do prefácio do livro *Mind, Self and Society*, os grandes ensinamentos de Mead foram estabelecer que o indivíduo, como "autoconsciência", só é possível considerando-se o fato de pertencer à sociedade (Mead, 1972), e que este processo se dá sobretudo pela introjeção de papéis. Como bem explica Mead,

> En efecto, la adopción de papeles por parte del individuo en crecimiento significa la introjección de las pautas culturales que son proprias, peculiares, del sector de la sociedad en el que acontece su formación, su desarrollo como persona...Desde su nacimiento, el niño está sumergido en un medio sociocultural diferenciado: pertenece a un cierto pueblo, a una época, a una clase, es decir, se halla en un grupo dotado de especificaciones histórico-sociales concretas. Los papeles que introjecta, que asume en el proceso de formación de su individualidad, son aquellos que el ambiente le ofrece. Y, en tanto las personas que lo rodean son portadoras de formas específicas de cultura, los papeles que asume han de corresponder forzosamente a las pautas culturales proprias de su sector social (Mead, 1972, p. 23).

No texto que se segue, serão descritos aspectos básicos de sua obra, com ênfase na estruturação da mente e do *self*. Como bem diz Farr (1996), a trajetória da disciplina de Mead na universidade americana sempre caminhou da mente para a sociedade, por meio do *self*. *Mind* e *self* ou, como usaremos em português, respectivamente, mente e *self*, são os componentes da estruturação processual e dialética do indivíduo em sua interação social, construída através da linguagem.

Mente

A linguagem formada de símbolos significantes é o que Mead define como mente. Representaria a subjetivação do processo social de comunicação, por meio do qual surge o significado (Mead, 1972, p. 35). Como Mead teria chegado a esta formulação?

Para Mead, a verdadeira fonte de linguagem e de todas as formas derivativas do simbolismo é o gesto vocal. Esta sensibilidade de Mead, para a observação e busca do significado do gesto, veio da influência que sofreu de Wundt. O gesto, para Wundt, estaria a serviço da razão e não da emoção. Como bem afirma Sass (1992), o gesto poderia ser visto como um recurso do espírito a que o indivíduo recorreria para provocar reações naqueles com que se relaciona.

Ambos – Wundt e Mead – já haviam criticado Darwin por sua concepção, segundo a qual a função dos gestos seria expressar emoções, pelo fato de nela estar embutido o pressuposto da existência prévia da consciência. Mead, ao contrário de Darwin e de Wundt, vai dizer que "a consciência é uma emergência daquele comportamento; que longe de ser uma pré-condição do ato social, o ato

social é uma pré-condição dela" (Mead, apud Sass, 1992, p.144). Defende que a mente surge no processo social, pela comunicação, por uma conversação de gestos, e não que a comunicação surge através da mente. Critica, assim, a existência prévia da consciência, de forma a provocar o comportamento em um organismo.

Destas formulações, Mead vai desenvolver a concepção de que o gesto vocal seria

> (...) uma espécie especial de gesto, através do qual o indivíduo comunica algo, um gesto que pode ou não ser significante. Um gesto significante é aquele que permite ao indivíduo adaptar-se no sentido de que sua reação é uma resposta ao estímulo do outro e o conjunto de suas reações pode ser antecipado, isto é, ele controla, dentro do processo social da interação, os seus futuros gestos (Sass, 1992, p. 155).

A importância do gesto vocal também residiria no fato de ter a capacidade de produzir um impacto sobre o próprio sujeito que comunica, porque, afinal, o sujeito ouve a si mesmo da mesma maneira que outros o ouvem. Assim, ainda de acordo com Mead, a

> (...) linguaje constitue una parte de un proceso social, y es siempre la parte por medio de la cual nos afectamos a nosotros mismos como afectamos a otros, e intervenimos en la situacion social gracias a esa comprensión de lo que decimos. Ello es fundamental para qualquier lenguaje; se si quiere que sea un lenguaje, es preciso que un entienda lo que dice, tiene que afectarse a sí mismo tal como afecta a los demás... (Mead, 197, p. 114)

Esta condição do gesto transforma-se em condição essencial, na medida em que

> La existencia del espíritu o de la inteligencia sólo es posible en términos de gestos como símbolos significantes; porque sólo en términos de gestos que son símbolos significantes puede existir el pensamiento – que es simplemente una conversación subjetivada o implícita del individuo consigo mismo por medio de tales gestos... (Mead, 72, p. 90)

Quando, no entanto, um gesto se tornaria significante? Segundo Mead,

> (...) ao provocar no indivíduo que o manifesta a mesma atitude (ou a mesma significação) que provoca nos indivíduos que, com o primeiro, participam do ato social dado... tornando-o consciente da atitude em relação ao gesto e *[permitindo-lhe]* adaptar o seu comportamento ao dos outros participantes, à luz da referida atitude (Mead, apud Sass, 1992, p. 156).

Neste sentido, o que Mead vai colocar é que não há condição de anterioridade da mente. Esta, simplesmente, formula-se no desenrolar do processo social, através da incorporação dos significados provocados pela utilização da linguagem. Para exemplificar o sentido do símbolo significante, Mead usa o exemplo da emissão da palavra FOGO. Sugere que esta é uma típica palavra que, quando emitida, afeta o indivíduo do mesmo jeito que afeta os outros: todos sabem que correm

algum tipo de risco, que precisam ter algum tipo de reação para se proteger, correr, etc... Então, neste caso, o gesto transformou-se em gesto significante, e o indivíduo usou este símbolo demonstrando que chegou à etapa da linguagem genuína e não da comunicação inconsciente. Adquiriu uma mente (*espíritu*) (Mead, 1972).

Mead trabalha, portanto, com o caráter originariamente social do ser humano, comparando espécies animais, e buscando distinções entre estes e os homens. Quanto à linguagem, Mead usa o exemplo da fala produzida por um louro, para explicar o que seria e o que não seria uma fala significante. Para ele, o que acontece com o louro é a simples repetição de palavras que não são pronunciadas para provocar algo no outro com que interage, nem tampouco chega a produzir algum tipo de impacto no próprio animal. Mead assume que nenhuma espécie animal estaria tão equipada para poder desenvolver a linguagem significante da forma como a espécie humana está. Considera que suas condições básicas são determinadas pela existência de um organismo específico, devidamente qualificado para tanto, isto é, somente os humanos teriam a construção neurológica para produzir o símbolo significante. O córtex cerebral humano, associado à dimensão temporal do sistema nervoso, são características que, unidas ao lugar que ocupa a mão no afastamento e apreensão de objetos, seriam as bases orgânicas que determinariam as diferenciações biológicas entre o homem e os animais e que, em conseqüência, formam seu equipamento básico diferenciador, a linguagem.

Mead não é um biologicista, no sentido de ter uma visão de homem determinada pela existência física do organismo biológico, mas parte do pressuposto de que a existência da massa orgânica é fundamental para que os processos psicológicos sejam concretizados. Como diz Farr (1996), Mead vai afirmar que, tendo lido a literatura existente sobre insetos, concluiu que pode haver sociedade sem mente, mas não pode haver mente sem sociedade. Sustenta que, muito provavelmente, a forma de organização social das outras espécies seria de natureza química, enquanto que, no campo da espécie humana, isto seria de natureza linguística. O detalhe significativo desta formulação é que foi escrita em 1927, duas décadas antes de se identificarem e isolarem os hormônios responsáveis pela organização social das abelhas e outros insetos.

Considera que o único fator que é inato ou hereditário em relação às mentes é o mecanismo fisiológico do sistema nervoso central humano, mecanismo-base para que, a partir da matriz humana de relações e interações sociais, se realize a gênese e o desenvolvimento da mente e do *self* individual (Sass, 1992). Neste sentido, considera que a determinação social do indivíduo muda de natureza, na medida em que se ascende à escala filogenética. Mead vai dizer que o aumento da complexidade dos processos fisiológicos humanos indicaria a transformação da dimensão biológica em psicológica, em decorrência da ação social sobre o indiví-

duo. Seria, portanto, somente neste nível da escala filogenética que poderíamos falar em psicologia, ou melhor, em psicologia social e em pessoa, antes do que em indivíduo. Segundo Sass (1992), a posição de Mead, portanto, é a de que a compreensão da organização social humana não pode prescindir do reconhecimento de que ela repousa num complexo sistema nervoso, de que os indivíduos são portadores, e que "A possibilidade de elevar essa complexidade ao grau em que existe no animal humano e na correspondente sociedade humana encontra-se no desenvolvimento da comunicação na conduta do *self*" (Mead, apud Sass, 1992, p. 71). Definitivamente, para Mead,

> O mecanismo que pode analisar as respostas, desmontá-las e construí-las, é possibilitado pelo cérebro enquanto tal, e o processo de comunicação é o meio pelo qual isso é posto sob o controle do próprio indivíduo... O processo de comunicação põe, simplesmente, a inteligência do indivíduo à sua disposição. Mas o indivíduo que tem habilidade é um indivíduo social, não a desenvolve por si mesmo para depois ingressar na sociedade. É sobre esta base que desenvolve-se esta capacidade. Converte-se num *self* e consegue tal controle por ser um indivíduo social, e somente em sociedade pode alcançar essa classe de *self* que lhe possibilitará com que se volte sobre si mesmo e indicar a si mesmo as distintas coisas que pode fazer (Mead, apud Sass, 1992, p. 71).

Mead olha para a linguagem como ninguém é capaz de olhar; nem Watson, nem o introspeccionista. Vai acercar-se da linguagem, não do ponto de vista das significações internas que se expressam, mas a partir do contexto mais amplo da cooperação que se leva a cabo no grupo, mediante os signos e os gestos. A significação aparece dentro deste processo. "*Quiero estar seguro de que se entiende que el contenido puesto en el espíritu es sólo desarrollo y producto de la interacción social*" (Mead, 1972, p. 217). Mead reforça, ao final de sua obra *Mind, Self and Society*, que não é possível a existência de mente e nem de pensamento quando não há a linguagem desenvolvida. Teremos um *self* quando falarmos de "mente consciente de si". "A consciência (...) que um indivíduo adquire de si mesmo é a resultante tardia das significações constituídas pelas reações dos outros indivíduos no contexto da experiência social..." (Sass, 1992, p. 156)

A mente, portanto, é social, sendo o pensamento possível graças ao fato de que o indivíduo pode assumir os papéis de outro e regular o seu comportamento em termos de assunção de papéis (Mead, 1972, p. 35). Como bem coloca Farr (1996, p. 72),

> language is very much a species-specific form of behaviour and it accounts for the *self*-reflexive nature of human intelligence. This is why, for Mead, thinking is a social activity. It involves carrying on a conversation with one*self* that is comparable to the sorts of conversation one has with others.

Self

Na teoria meadiana, o conceito de *self* é inspirado no da auto-consciência hegeliana. O organismo, sem adotar uma visão objetiva de si mesmo, não pode atuar inteligente ou racionalmente (Mead, 1972), e é através da comunicação que o indivíduo se transforma em objeto para si, porque a comunicação está dirigida aos outros, mas também está dirigida para si mesmo. É através da linguagem que se faz possível o surgimento do *self*, como também é por meio da linguagem que o corpo biológico transforma-se em mente. Pode-se, assim, dizer que *self* e mente, ou consciência e linguagem, são, em certa medida, precipitados conjuntamente (Mead, 1972).

O mecanismo pelo qual este processo se concretiza seria a adoção de papéis, embalada no símbolo da linguagem. Pode-se dizer que é no grau em que um indivíduo pode adotar o papel do outro, olhar para si mesmo e reagir diante de si, que se converte em um objeto para si próprio. Assim, mais uma vez, pode-se dizer que é no processo social que podem surgir as pessoas como distintas de organismos biológicos – pessoas como seres que se tornaram conscientes de si (Mead, 1972).

Mead considera que há duas etapas de desenvolvimento da pessoa – a etapa do jogo e a etapa do esporte. Na etapa do jogo, a criança adotaria, simplesmente, um papel atrás do outro, de pessoas e de animais que, de um modo ou de outro, entraram em sua vida. Há uma série de estímulos que provocam nela as reações que provocam em outro e, nesse processo, a pessoa organiza estas reações em um todo. Já no esporte, o "um" transforma-se em todos os outros envolvidos na atividade comum. A pessoa tem que ter dentro de si toda a atividade organizada, para representar exitosamente seu próprio papel. A atitude que cada participante deve assumir organiza-se em uma espécie de unidade, e é a organização que controla a reação do indivíduo. Mead vai dizer que o que ocorre no esporte acaba acontecendo também na vida cotidiana das crianças. Uma criança adotaria sempre as atitudes dos que a rodeiam, especialmente os papéis daqueles que, em algum sentido, têm domínio sobre ela e daqueles de quem depende (Mead, 1972, p.189).

Mead vai considerar que a etapa do esporte é fundamental no desenvolvimento da moral da criança, porque vai transformá-la em um membro consciente de si e da comunidade à qual pertence. Este seria o processo pelo qual se estruturaria uma personalidade. Afirma ele, explicitamente, que para que alguém seja um *self* é preciso pertencer a uma comunidade. Tais reações são o que denominamos o caráter de um homem e

(...) le proporcionam lo que llamamos sus princípios, las actitudes reconocidas de todos los miembros de la comunidade hacia lo que son los valores de esa comunidad. Se coloca él en el lugar del otro generalizado,

> que representa las reaciones organizadas de todos los miembros del grupo. Esto es lo que guía la conducta controlada por los princípios, y una persona que posee semejante serie de aciones organizadas es um hombre del cual decimos que tiene carácter, en el sentido moral... (Mead, 1972, p. 191)

Mead dirá que alguém se transforma em *self* na medida em que puder adotar a atitude do outro e atuar em relação a si mesmo como atuam os outros. O que constitui um *self* é o processo social de influir sobre outros em um ato social e adotar a atitude dos outros que foi provocada pelo estímulo e, por fim, reconhecer sua reação frente a esta reação, porque é isto o que vai provocar a consciência de si. E ser consciente de si é tornar-se objeto para si (Mead, 1972).

A comunidade ou grupo social organizado, que proporciona ao indivíduo sua unidade de *self*, pode ser chamado de "outro generalizado" (Mead, 1972). A comunidade controla o comportamento de seus membros pela introjeção do "outro generalizado". Pode-se pensar que a estruturação deste "outro generalizado" tenha semelhanças com a estrutura do superego freudiano ou com a do "Outro" de Lacan. De acordo com as idéias de Freud, o superego seria herdeiro do complexo de Édipo e representaria a internalização da cultura no aparelho psíquico. Segundo as idéias lacanianas,

> A linguagem alienada e a linguagem liberada se situam no confronto com esse grande Outro (A) que é a ordem simbólica global, a Sociedade, a Cultura: a linguagem alienada perdeu suas distâncias e a linguagem liberada mede a distância pessoal do sujeito (Fages, 1977, p. 48).

De forma similar, para Mead,

> Sólo en la medida en que adopte las actitudes del grupo social organizado al cual pertenece, hacia la actividad social organizada, cooperativa, o hacia la serie de actividades en la cual ese grupo está ocupado, sólo en esa medida desarrollará una persona completa o poseerá la clase de persona completa que ha desarrollado (Mead, 1972, p. 185),

ou ainda, continuando,

> ...sólo cuando los individuos adoptan la actitud o actitudes del otro generalizado hacia sí mismo, sólo entonces se hace posible la existencia de un universo de raciocínio, como el sistema de significaciones sociales o comunes que el pensamiento pressupone... (Mead, 1972, p. 186).

Assim sendo, parece que a estruturação do *self*, ainda que demande algo de muito específico em relação a cada sujeito, para os três autores – Freud, Mead e Lacan –, depende especificamente de que se tenha a incorporação da vida da cultura. Porém, o próprio Mead formula questão sobre o fato de que, se o indivíduo fosse apenas uma reprodução da cultura, não haveria espaço para ações de criação, sendo apenas reflexo da estrutura social (Mead, 1972). Vai responder afir-

mando que o indivíduo não é um escravo da sociedade, e que ele constitui tão legitimamente a sociedade quanto a sociedade o constitui.

Para conceber um indivíduo que não seria escravo da cultura, Mead afirma que um *self* completo operaria na vigência de um "eu" e de um "mim". O "eu" representaria o princípio da ação e do impulso, e com sua ação mudaria a estrutura social. O mim significaria o processo de reflexão e o pensamento seria a atividade reconstrutora, centro reconstrutor da sociedade. Com o processo de internalização, representado ou operado pelo "mim", o indivíduo adquiriria:

– mecanismo do pensamento reflexivo;

– capacidade de fazer de si mesmo um objeto para si e de viver em um mundo moral e científico comum;

– tornar-se-ia um indivíduo moral, com fins impulsivos transformados na própria consciência, surgida através da dialética entre o "eu" e o "mim".

Para mostrar a diferença existente entre o "eu" e o "mim", Mead dirá que o "eu" representa a ação, e o "mim" reflete sobre o "eu" do momento anterior. Assim, para Mead

> El "yo" es la acción del indivíduo frente a la situacción social que existe dentro de su propia conducta, y se incorpora a su experiencia sólo despúes de que ha llevado a cabo el acto. Entonces tiene conciencia de éste. Tuvo que hacer tal y cual cosa y la hizo... (Mead,1972, p. 203).

O eu é o que faz, o mim é aquele que coloca o problema. Ainda de acordo com Mead,

> El "yo" proporciona la sensación de libertad, de iniciativa. La situación existe para nossotros, para que actuemos en forma consciente de nossotros. Tenemos conciencia de nossotros, y de lo que es la situación, pero jamás entre en la experiencia la manera exacta en que actuaremos, hasta después de que tiene lugar la acción... (Mead, 1972, p. 205)

O "mim", para Mead, é que vai oferecer os elementos básicos para o indivíduo reagir em sua comunidade. A reflexão que o "mim" executa deve estar sempre presente, o indivíduo tem que ter os hábitos e as reações que todos têm, caso contrário nem poderia ser membro de uma comunidade. Ocorre que esta reação concretiza-se sempre tendo um elemento de ação do próprio indivíduo que

> (...) reacciona constantemente a dicha comunidad organizada, expresándose a sí mesmo, no necessariamente afirmándose en el sentido ofensivo, sino expresándose, siendo o mismo en el proceso cooperativo que corresponde a qualquier comunidad. (Mead, 1972, p. 223)

Ainda para Mead,

> Lo importante és ser un mi. Ello le confiere su posición, le concede la dignidad de ser un miembro de la comunidad, constituye la fuente de su reacción emocional a los valores que le pertenecen como miembro de la comunidad. Es la base de su incorporación a la experiencia de otros. (Mead, 1972, p. 224)

Tanto o "eu" como o "mim" são extremamente importantes para que o indivíduo possa inserir-se na sociedade e sobre ela interferir. Como diz Mead,

> Uno debe adoptar la actitud de los otros de un grupo, a fin de pertenecer a la comunidad; tiene que emplear el mundo social exterior incorporado a sí, a fin de poder desarrollar pensamientos. Gracias a su relación con los otros... tiene existencia como ciudadano. Por otra parte, el individuo reacciona constantemente a las actitudes sociales y cambia, en este proceso cooperativo, la comunidad misma a la cual pertenece. Tales cambios puden ser modestos y triviales. Puede ser que uno no tenga nada que decir, aunque le leve mucho tiempo decirlo... seria el individuo convencional; sus ideas son exactamente las mismas que las de sus projimos; dadas las circunstancias es apenas algo más que un "mi"; ...En contraste está la persona que tiene una personalidad definida, que replica a la actitud organizada en una forma que la convierte en una diferencia significante. En tal persona, el "yo" es la fase más importante de la experiencia... (Mead, 1972, pp. 224-225)

Processos sociais: instituições sociais e democracia

Para o propósito deste trabalho, apenas citaremos algumas questões que Mead trabalha, e que são relevantes para a compreensão de como conceber a organização social. De acordo com Sass (1992), uma importante conseqüência do processo de individuação de Mead será a formulação da psicologia das instituições sociais e a noção de democracia, esta última adotada e desenvolvida por Habermas.

É bom relembrar que Mead não postula a supremacia do indivíduo, nem tampouco formula um sociologismo supondo a determinação mecânica do indivíduo pela sociedade. Considera o indivíduo impulsivo e anti-social, e adota o suposto hegeliano de constituição do indivíduo em sociedade. A estruturação do *self* seria social, não-egoísta, construída sob a base da abnegação. Segundo Sass (1992), Mead inscreve as instituições como a manifestação socialmente organizada das reações comuns dos indivíduos e, por outro lado, considera a democracia a forma de organização da vida social que melhor potencializa o desenvolvimento da pessoa e, portanto, a que melhor possibilita a realização do processo de individuação.

George Herbert Mead formula sua noção de democracia apontando que todas as sociedades almejam a universalização de seus princípios e valores políticos, econômicos e jurídicos, morais e culturais e considera que as principais formas de *manifestação das sociedades ocorrem pela coerção física, pela subordinação do* outro ou pela superioridade funcional.

Utilizando o conceito de superioridade funcional, Mead aponta para o fato de que o indivíduo obtém a sensação de existência e força do próprio *self* graças a um certo sentimento de superioridade sobre os outros, de um justo reconhecimento de sua capacidade em relação aos outros. Sass (1992) sustenta que não é incompatível a noção de democracia com a noção de superioridade funcional – frisando que se distingue da superioridade que visa simplesmente a sujeição da vontade

do sujeito – o que inviabilizaria o desenvolvimento do sujeito e do *self*. Dá como exemplo a situação relativa aos médicos, afirmando que um médico pode sentir-se glorioso por ter salvo uma vida. Considera que

> (...) é uma atitude que se transforma... no justo reconhecimento da capacidade do indivíduo em seu campo específico. A superioridade que a pessoa tem, então, não é uma superioridade sobre o outro, mas a superioridade que se baseia naquilo que aquela pode fazer em relação com as funções e capacidades dos outros... (Mead, apud Sass, 1992, p. 88)

O caráter pragmático da noção de superioridade funcional é evidente. Sass, com Mead, mostra como, se as funções práticas e a organização social desenvolverem-se plenamente, a exploração de um indivíduo sobre outro cederá lugar a "uma expressão espiritual superior, em que o indivíduo pode realizar-se no outro através do que é peculiar a si mesmo" (Mead, apud Sass, 1992, p. 89).

Ao lado da conceituação sobre a superioridade funcional, outras questões sociais importantes que Mead levanta são, por exemplo, a afirmação de que o progresso social é uma marca distintiva do pensamento moderno e inimaginável para o pensamento antigo, que se traduz em expansão de fronteiras, a formação culturalmente extensiva, a criação de condições para que os indivíduos encarem a organização social como uma totalidade social organizada. Para Mead, o progresso social tem um caminho que lhe é indeterminado, e a fertilidade da sociedade moderna residiria, exatamente, na possibilidade de resolução de conflitos de interesses sociais pela reconstrução deliberada de alternativas definidas socialmente. Considera-se, aqui, o caráter ativo dos indivíduos na hipótese da reconstrução social. Para Mead, "a sociedade moderna é organizada de tal maneira flexível que permite aos indivíduos produzirem as reconstruções necessárias para resolver os conflitos sociais..." (Sass, 1992, p. 91). Segundo a teoria meadiana, "O progresso *é genericamente criador ou, do contrário, não seria progresso (a rigor,* a criatividade é essencial à idéia moderna de progresso)" (Mead, apud Sass, 1992, p. 90).

Ainda que pouco exploradas neste trabalho, as considerações sobre o campo da estrutura das macroinstituições na obra de Mead chamam atenção por poderem ser bastante úteis para se pensar as sociedades modernas.

Questões polêmicas

Ao fazer uma leitura de aproximação à obra de Mead, é bastante fácil identificar nela alguns pontos considerados polêmicos. Consideramos, aqui, os seguintes: Mead e o chamado "behaviorismo social" e as questões epistemológicas conseqüentes ao pragmatismo.

Mead e o behaviorismo social

Classificar Mead como behaviorista significa "esquecer-se" de seu contato com Wundt e, sobretudo, com o idealismo alemão. Mead disse que em psicologia social chega-se ao processo social tanto a partir do interior quanto do exterior. Neste sentido, a psicologia social seria behaviorista por possuir uma parte da atividade como observável – o processo social dinâmico em execução, e os atos sociais, que são seus elementos componentes. Mas não é condutista, no sentido de passar por cima da experiência interna do indivíduo, a fase interior deste processo ou atividade que opera de fora para dentro, e não de dentro para fora.

Cabe sempre lembrar que a expressão "behaviorismo social", utilizada na produção publicada de Mead, não teria sido por ele forjada. Assim, a utilização da palavra *conductismo*, nas obras em espanhol, por exemplo, surge num contexto em que o behaviorismo era o enfoque predominante da psicologia americana, e, possivelmente, é utilizado numa tentativa de imprimir grande visibilidade à obra em questão.

Sem dúvida alguma, a proposta de Mead era diferente do comportamentalismo watsoniano e, sobretudo, Mead era crítico ao watsonismo. Mead comparou Watson à rainha do conto infantil *Alice no País das Maravilhas* que, para resolver seus problemas, simplesmente mandava que cortassem a cabeça dos súditos.

Watson era um colega júnior de Mead. Mead criticava o watsonismo, criticava a tendência reducionista presente no watsonismo. **Mead naturalizou a mente, enquanto Watson dispensou a mente.**

Mead usou, para sua filosofia do ato, um artigo de Dewey sobre o arco reflexo condicionado, de 1896. Neste trabalho, Dewey falava sobre os perigos de se usar o arco reflexo como a unidade básica do comportamento, o que não impediu Watson de fazê-lo, quase vinte anos depois. O que Mead vai tentar mostrar é que um ato é pleno de sentido em si mesmo. E, se isto é real, por que apenas considerar sua parte visível? É bom lembrar que Mead vai incorporar a preocupação com a perspectiva do outro na sua obra e, para tanto, adota a perspectiva teórica de Einstein (teoria da relatividade) (Sass, 1992).

Outro aspecto relevante a considerar é que o behaviorismo social de Mead é completamente diferente do de Watson e de Skinner, porque considerava **a linguagem como um fenômeno inerentemente social**. Vale a pena lembrar que o seu ponto de partida é Wundt, com sua psicologia dos gestos, e vai considerar a linguagem como uma forma de manifestação de gesto muito especial.

Como bem lembra Farr (1996), Mead cresceu sob a influência de Wundt e, portanto, tinha a postura evolucionista de Darwin. Wundt usou este método comparativo no estudo da linguagem, religião, costumes, mitos e magias e fenômenos cognitivos. Mead também vai considerar que se pode ter uma posição teórica **de**

continuidade ou de descontinuidade da espécie humana em relação às outras espécies. E, dependendo de como esta posição se construa, diferentes modelos de homem poderiam surgir. Watson reforça a continuidade entre as espécies, enquanto que Mead não o faz.

George Herbert Mead dirá que há diferenças entre as espécies, que acabam por determinar à espécie humana um lugar diferente daquele em que as outras espécies se encontram. Seriam eles: uma relação de muita proximidade com a mão (oposição do polegar), desenvolvimento do sistema nervoso central, e possuir a linguagem como uma forma específica de comportamento da espécie.

Tensões entre pragmatismo e realismo: as concepções de verdade e a posição do sujeito e do objeto

Uma das grandes tensões entre o realismo e o construcionismo – paradigmas talvez mais referidos e discutidos ultimamente no campo da produção científica em psicologia social – é aquela referida a como conceber a verdade, inserido-se neste contexto também uma discussão em torno de como se constrói a visão de sujeito e a relação sujeito-objeto. Questões epistemológicas e ontológicas acabarão por definir metodologias diversas para a produção de conhecimento.

Rorty inicia seu artigo, intitulado *Solidariedade ou Objetividade* (1993), explicitando que haveria dois modos pelos quais seres humanos podem dar sentido às suas vidas. Um deles seria contando a história de como contribuíram com aquela determinada comunidade, que pode ter distintas características – ser a sua comunidade real, ser imaginária ou ficcional, etc. Uma outra forma de mostrar como a vida ganha significado seria

> (...) descrever a si mesmos como encontrando-se em relação imediata com uma realidade não humana. Esta relação é imediata, no sentido de que não deriva de uma relação entre tal realidade e sua tribo ou sua nação, ou seu grupo imaginado de companheiros. Eu afirmarei que histórias do primeiro tipo exemplificam o desejo de solidariedade e histórias do último tipo exemplificam o desejo de objetividade (Rorty, 1993, p. 109).

Rorty, com estas afirmações, está fazendo duras críticas a uma visão de busca de verdade ainda centrada no Iluminismo, e que em suas palavras se constitui no "(...) exemplo mais claro da tentativa de encontrar um sentido na existência de alguém afastando-se da solidariedade em direção à objetividade" (Rorty, 1993, p.110). Rorty, um neo-pragmático que tem como matriz de sua obra as idéias de William James, assim como George Herbert Mead, afirma que, para a concepção realista de mundo, a verdade deve ser procurada por si mesma – "(...) não porque

será bom para o indivíduo ou para a comunidade real ou imaginária de alguém" (Rorty, 1993, p. 110). Os pragmatistas, no entanto, vêem a verdade como

> aquilo em que, para nós, é bom acreditar. Assim, eles [os pragmatistas] não precisam de uma explicação de uma relação entre crenças e objetos chamada "correspondência", nem de uma explicação das habilidades cognitivas humanas que garanta que nossa espécie é capaz de estabelecer aquela relação. (Rorty, 1993, p. 111)

Neste mesmo artigo, Rorty ainda especifica que, para os pragmatistas, dizer que algo pode não ser verdade é indicativo de suas concepções de que *algo ainda* pode ser melhor, que uma outra verdade mais adequada pode surgir, e sobre a qual se poderá criar um acordo *maior, mais extenso*. Assim,

> Para os pragmatistas, o desejo de objetividade não é o desejo de escapar das limitações de sua comunidade, mas simplesmente o desejo de alcançar o maior acordo intersubjetivo possível, o desejo de estender a referência de "nós" tão longe quanto possamos (Rorty, 1993, p. 111).

Portanto, quando os pragmatistas afirmam claramente não ser possível aprovar como verdade nada além do que aquilo que são consideradas as crenças em que se considera bom acreditar, "O realista vai considerar isto como uma teoria de acordo com a qual a verdade é simplesmente a opinião contemporânea de um indivíduo ou grupo escolhido" (Rorty, 1993, p. 112). O filósofo refuta esta posição, dizendo que uma teoria deste tipo não se sustentaria. Insiste em afirmar que as bases de sustentação da solidariedade estariam ancoradas no valor da ética, afirmando, portanto, que não haveria uma base epistemológica ou metafísica nas investigações humanas. Portanto, não poderia ser considerada como uma epistemologia relativista.

Resumindo, a tensão entre o realismo e o pragmatismo se dá no momento de termos que definir se "(...) nossa descrição deve ser construída em torno de uma relação com a natureza humana ou em torno de uma relação com um conjunto particular de seres humanos, e se nós deveríamos desejar objetividade ou solidariedade" (Rorty, 1993, p.112). O realista pressupõe que o conhecimento, o homem e a natureza têm essências reais, que são relevantes para o problema em discussão. Para o pragmático, ao contrário, "conhecimento" e "verdade" seriam simplesmente "elogios feitos às crenças que poderiam estar tão bem justificadas que não seria necessário justificação adicional" (Rorty, 1993, p. 113).

Quando Wertsch (1985) aponta para o fato curioso de que, ao mesmo tempo, Vygotsky, na União Soviética, e Mead, nos Estados Unidos, teriam trabalhado de forma a colocar a linguagem e o seu desenvolvimento num lugar central em suas obras, também indica que ambos rejeitavam o reducionismo psicológico individual, embora o fizessem de uma maneira diversa. Vygostky reconhecia a interação social

sobre a qual Mead formulou seus princípios e leis teóricas; no entanto, seus compromissos com os fundamentos teóricos marxistas o induziram a reconhecer outros níveis de fenômenos sociais, mais especificamente os que fazem referência aos processos, tradicionalmente. Segundo Wertsch (1985, p. 77)

> Vygostky no negava que los individuos, guiados por seus proprios processos psicológicos, participen en la vida social a este nivel. Sin embargo, Vygostsky afirmaba claramente que este hecho aislado no basta para explicar la naturaleza de los procesos sociales. Es más, éstos operan de acuerdo a principios económicos y sociológicos, en particular los principios del valor de cambio y de bienes de consumo tal y como fueron postulados por Marx y los teóricos marxistas estudiados.

Na verdade, o que sucede é que Mead e Vygostsky são informados por diferentes concepções epistemológicas.

A análise do comportamento que Mead realiza pressupõe a existência e influência do contexto social em que ocorre; mais do que isto, o comportamento é socialmente determinado. Sass (1992) indica muito bem, no entanto, que a divergência principal que teria com o autor não é o fato de ele negar a natureza social do comportamento humano, mas o fato de o caráter social deste comportamento ser naturalizado. Em conseqüência da naturalização da sociedade é que Mead envereda pela perspectiva evolucionista da história e da sociedade, abstraindo, então, as condições sociais concretas que determinam a formação do eu e do *self* individuais. Mead, de acordo com o trabalho de Sass, "(...) abdica da dialética em que um pólo se expressa no outro, o caráter social do homem é naturalizado, como uma coisa-aí" (Sass, 1992, p. 56).

Saindo do campo epistemológico e caminhando para as concepções ontológicas e da relação sujeito-objeto, pode-se afirmar que, no pragmatismo, o conceito de verdade é deslocado, do reflexo do objeto que se impõe ao sujeito, para a idéia concordante ou discordante que o sujeito faz do objeto. As conseqüências disto, para Sass (1992,) são que:

a. a experiência individual é imprescindível para o conhecimento possível;
b. a experiência individual tem imenso valor prático;
c. há a negação da verdade absoluta, substituindo-a pela relação funcional;
d. há a substituição da noção de realidade pela de realidades.

Apesar disto, Sass (1992) afirma que seria ingênuo acreditar que o pragmatismo faça uma pregação subjetivista por negar a possibilidade de uma verdade fundamentada na realidade objetiva. Segundo este autor, James não negaria a existência da realidade, mas sustentaria que o conhecimento do objeto não se realiza nem pelos motivos nem da forma que o racionalismo suporia.

Um segundo aspecto que se destaca das proposições de William James é o que Sass chama de "a ligação estabelecida entre as verdades novas e antigas"

(Sass, 1992), uma incorporação que pode se dar pela adição de fatos novos à experiência, o que, necessariamente, exige o reagrupamento das velhas verdades porque fatos novos não se ajustam a elas. Como diz o filósofo fundador do pragmatismo, "(...) uma opinião nova conta como 'verdadeira' na proporção que satisfaz o desejo do indivíduo no sentido de assimilar a novidade em sua experiência, às suas crenças em estoque..." (James, apud Sass, p. 25)

Para Sass (1992) uma terceira característica ou implicação do pragmatismo é que a verdade é completamente flexível. Como diz em sua tese de doutorado, "As verdades crescem a partir de verdades prévias ou meias-verdades, instaurando um processo-verdade em que há uma influência recíproca entre os fatos que as sustentam..." (Sass, 1992, p. 26).

Uma última implicação que surge da obra de James, e que é apontada por Sass (1992), é que é exatamente esta subjetivação da verdade que será a base para que ele exija a psicologia como ciência. Sua argumentação, na verdade, é magistral e sedutora ao pensamento: "O processo-verdade, (...) fundado na experiência do sujeito é mutante, porque as 'nossas certezas psicológicas da verdade acham-se em mutação', exigindo, daí, para que seja verificado, a inclusão e não a exclusão da dimensão psicológica..." (Sass, 1992, p. 28).

Estas questões inquietam aqueles que compreendem a formulação teórica de George Herbert Mead e possuem empatia com ela, e que, ao mesmo tempo, possuem um compromisso político de transformação social. Como compatibilizar questões, que parecem ser tão opostas, como o fato de admitirmos que uma sociedade se estabelece de acordo com hierarquias de classe, gênero, raça, idade e, ao mesmo tempo, admitir a possibilidade de criação e de transformação de realidades a partir da interação entre seres humanos? Como compatibilizar a convivência entre a certeza de que os seres humanos vivem em uma realidade que lhes é determinada e que, ao mesmo tempo, recriam-na sistematicamente pela sua linguagem? Como utilizar aquilo que o paradigma realista de produção de ciência nos oferece e, ao mesmo tempo, aquilo que o construcionismo nos oferece sem, no entanto, sermos vistos como criadores de algo cientificamente "monstruoso" por sua falta de unicidade e coerência interna? Como discordar de James quando afirma que "(...) isso tudo é o crescimento de uma bola de neve"? (James, apud Sass,1992, p. 29).

Comentários finais

A obra de George Herbert Mead impressiona por sua modernidade e alcance e pelo imenso desconhecimento que o campo da psicologia social tem de suas

idéias, apesar de, muitas vezes, fazer uso de concepções que têm como matriz básica suas posições teóricas.

Não temos dúvida de que, compartilhando das idéias de Charles Morris, na introdução do livro *Mind, Self and Society*, se poderia afirmar que as contribuições centrais de Mead teriam sido:

–a consideração da historicidade do indivíduo com autoconsciência, havendo anterioridade histórica da sociedade sobre o indivíduo;

–a adoção de papéis e internalização do universo sociocultural;

–a formulação de uma hipótese naturalista sobre o desenvolvimento do indivíduo autoconsciente, a partir da matriz das relações sociais – e é aqui que reside o campo de críticas sobre Mead;

–o papel relevante da linguagem.

Mesmo assim, sua obra, neste aspecto em particular, é extremamente instigante, porque exige que se construam respostas a partir do campo do realismo ou que se prossiga no desafio de tentar desenvolver possibilidades de entrelaçamento entre o que seria uma epistemologia realista de construção de ciência e, ao mesmo tempo, considerar as possibilidades do construcionismo.

Referências bibliográficas

Fages, J. B. (1977) – **Para Compreender Lacan**. 3ª edição Rio de Janeiro, Ed. Rio.

Farr, R. (1996) – **The Roots of Modern Social Psychology**. USA. Oxford, Blackwell.

Mead, G. H. (1972) – **Espiritu, Persona y Sociedad: desde el Punto de Vista del Conductismo Social.** Buenos Ayres. Editorial Paidós.

Rorty, R. (1993) – Solidariedade ou objetividade. **Novos Estudos.** Cebrap, volume 36, pp. 109-121

Sass, O. (1992) – Crítica da razão solitária: a psicologia social de George Herbert Mead. Tese de doutoramento. PUC-SP, Psicologia Social.

Wertsch, J. (1985) – **Vygostky y la Formación Social de la Mente**. Buenos Ayres. Editorial Paidós.

Corpo e violência[1]

Paulo Endo*

RESUMO. O presente trabalho discute algumas implicações da violência, tomando como ponto de partida formulações importantes da teoria e da clínica psicanalíticas e aproximando-as, tanto quanto possível, do fenômeno da violência em sua dimensão coletiva, social. Esta aproximação, entretanto, não será o efeito de uma transposição, mas de uma tentativa de refletir sobre a situação intersubjetiva da violência, proposta, de alguma forma, pelos autores que auxiliaram nesta reflexão.

Palavras chave: corpo, violência, ódio.

ABSTRACT. This article discusses some implications of violence, taking as a starting point the contribution of the psychoanalytical theory and practice and bringing it closer, as much as possible, to the violence phenomenon in its social and collective dimension. This approach, however, will not be the effect of a simple transposition but a reflection about the intersubjective situation of violence as proposed, somehow, by the authors that helped in this research.
1

Keywords: body, violence, hate.

Em *O Narrador*, de Walter Benjamin, lemos:

> Com a guerra evidenciou-se um processo que desde então não pode ser sustado. Não se percebeu ao final da guerra que os indivíduos voltavam emudecidos aos seus lares? Não mais ricos e sim mais pobres em experiências que pudessem comunicar? E o que dez anos mais tarde entrou na enxurrada de livros sobre a guerra, nada tinha em comum com aquela experiência vivida oralmente. E isto não é de admirar pois nunca se provou com mais clareza a improcedência das experiências: as estratégias pela guerra de trincheiras, as econômicas pela inflação, as morais pelos donos do poder. Uma geração que ainda usara o bonde puxado por cavalos para ir à escola, encontrou-se sob céu aberto em uma paisagem que em nada continùava como fora antes, além das nuvens e debaixo delas, num campo magnético de correntes devastadoras e explosões, o pequenino e quebradiço corpo humano. (1994, p.198)

Neste trecho, Benjamin desvia por um instante nosso olhar da massa de corpos mutilados e sem vida, produtos de uma guerra. Somos aproximados dos sujeitos que vivem a guerra, de suas experiências. Mais interessante ainda é que este texto, de onde extraí a citação, trata da narração, da possibilidade que os sujeitos têm de sustentar sua própria história. A experiência da guerra põe fim a este ciclo, revelando sujeitos mudos, órfãos da palavra.

São estes os elementos que nos impedem de extrair da violência mais do que os seus efeitos imediatos. O que quero dizer é que Walter Benjamin aponta para uma violência que encontra seu momento terminal e seu ápice na mutilação de corpos humanos aos quais é imposta a morte. Esta é, talvez, a sua face radical e inequívoca; seu enraizamento e suas derivações, entretanto, podem ser encontrados mais adiante: na improcedência das próprias experiências e na elisão da fala.

---

1 Este texto é o resultado de quatro aulas, ministradas em 1996, como professor convidado, no curso de aperfeiçoamento "Psicoterapia e Psicoprofilaxia da Violência", realizado pelo Núcleo de Referência às Vítimas da Violência, do Instituto Sedes Sapientiae.

* Psicólogo, psicoterapeuta, mestre em Psicologia Clínica pela PUC-SP, membro do Núcleo de Estudos em Psicanálise e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP.

Nesse sentido, podemos dizer que um sujeito submetido à situação de violência continuada é alijado da possibilidade de habitar a própria experiência; habitar a própria fala, que é elidida, na mesma medida em que o corpo é lançado à perplexidade de um ultrapassamento que o indiferencia e o dilacera.

Mas a violência só atinge cabalmente esse fim pela manifestação de seus matizes, de suas ambigüidades e de seus processos insólitos, cujas marcas não deixam, tampouco, incólume o corpo desse mesmo sujeito.

A abordagem desse problema, portanto, remete-nos a um paradoxo. Nas reflexões de Benjamin, diante da profusão de explosões, maravilhas mecânicas e grandiosos interesses, estes sujeitos eram reduzidos a um pequenino e quebradiço organismo, a um pequeno e frágil corpo humano. Um corpo perplexo frente a um evento que o ultrapassava, tornando, desse modo, a palavra, a fala (ato humano por excelência) completamente prescindível, ridícula e precária.

Destes sujeitos mudos nada mais a esperar, nem mesmo a narração de sua própria história, de suas próprias experiências, que ficaram alienadas, exiladas no corpo, incapazes de serem ditas.

Será, então, apenas no seu corpo mudo que o que foi vivido pode ser suspeitado?

Corpos solitários, ou, se quisermos, organismos esparsos, impostores. A eles se indaga: como é que os sujeitos que viveram o drama escancarado da guerra voltam sem nenhuma experiência que pudesse ser contada, comunicada, compartilhada?

Pois bem, encontramos aqui o ponto de partida para prosseguirmos com o auxílio das reflexões que a clínica psicanalítica nos ajuda a formular. Reflexões que consistirão em explorar as seguintes indagações: "como escutar um corpo violentado e, desse modo, em algum momento privado de linguagem?" ou "como pensar o fenômeno da violência com o apoio das reflexões suscitadas pela clínica psicanalítica, e com o auxílio da noção de corpo que ela evidencia?". Voltemos, então, por um instante, às primeiras experiências de um corpo concebido como tal pela psicanálise: o corpo do bebê.

No trabalho de Aulagnier (1975) sobre a violência da interpretação, forjado em sua experiência analítica e clínica, ela sugere que a violência ou, se quisermos, a primeira violência, é engendrada ali mesmo naquele lugar aparentemente tão plácido e incólume que é a relação entre a mãe e seu bebê.

Nela é possível perceber com clareza, que o bebê – que ainda não é capaz de se comunicar de modo linguageiro[2] (através da fala) – encontra-se num estado

2 Este termo é utilizado por Dolto (1984) para caracterizar a linguagem como um modo, eminentemente humano, de apropriação do mundo pela criança.

de absoluta dependência de sua mãe. Mãe que representa para ele um enigma e que supre suas necessidades ou o abandona ao desprazer, sugerindo-lhe (ou impondo-lhe) uma série de códigos, ritmos, tarefas, valores, sentimentos, até então alheios ao bebê, mas familiares à mãe e ao seu mundo adulto.

A própria aprendizagem da fala é fruto de uma atitude materna, que vai sugerindo à criança um novo prazer, desconhecido até então, que é o prazer de falar, de comunicar-se. Prazer que só à distância lembra o prazer corporal[3]. Entretanto, a distância entre o corpo, depositário das marcas que o mundo lhe sugere, e a palavra é enorme, não só porque esse momento aquém da palavra é o fundamento de toda primeira experiência infantil, mas também porque ele representa um momento de heteronomia, em que a criança, ainda indiscriminada desse Outro-mãe, realiza-se completamente. Como se entre ela e o mundo não houvesse intervalos, nem abismos e nem estranhamentos.

O par bebê-mãe é, para a criança, durante uma fase, auto-engendrado, indiferenciado e constante. Aulagnier chama esta primeira representação de *pictograma*. O *pictograma* é, tal como um ícone, uma figura composta por mãe e filho, representando um único e mesmo ser e que se configura, predominantemente, por imagens e sensações corporais.

Entretanto, sabemos que, idealmente, o papel materno deve promover na criança a aquisição de sua autonomia, em detrimento desta primeira, fundante e necessária heteronomia. Ou seja, é necessário que o adulto assuma para si a tarefa de promover as primeiras experiências (sempre dolorosas tanto para a criança quanto para o adulto) em que se possibilita o reconhecimento da alteridade ou de um outro que não é ela mesma.

A mãe, de sua parte, poderá fazer isso na medida em que puder convidar a criança a experimentar outros prazeres além dos usuais "mamar" e "nanar". Os convites que se fazem à criança, no sentido da aquisição da fala, do jogo e do prazer autônomo do corpo dizem respeito a esse movimento materno.

De certo modo, é também esse o convite que é feito toda vez que a mãe vê em seu filho mais do que fome, sede e frio, percebendo também medo, angústia e dor psíquica. No fundo, é essa percepção que faz com que a mãe socorra a criança, não só com seu corpo, mas também com palavras.

---

3 Dolto (1984), ao desenvolver as noções de castrações pré-edipianas, sugere que os processos de castração (umbilical, oral, anal, genital) ocorrerão satisfatoriamente à medida em que o adulto puder atrair a criança para outras modalidades de prazer ainda estranhas para a criança. Num certo sentido, é a realização de um prazer não tão-somente vivido no corpo-a-corpo com o adulto, mas também através dos primeiros movimentos autônomos, do prazer na emissão dos primeiros balbucios, do interesse escópico por pessoas e objetos, que sugerem um além-corpo (mundo) de onde também se podem extrair prazer e satisfação.

Assim, já não se trataria apenas de ajuntar, como que por acoplagem, a fim de transmitir segurança, calor e tranqüilidade, mas de uma tentativa de compreensão (da mãe) frente a algo que não deve ser satisfeito tão-somente com um outro objeto (seio, mamadeira, chupeta, etc.) que se junta ao corpo da criança, completando-a. Tratar-se-ia, de outro modo, de uma tentativa que se inaugura na medida em que se liberta o corpo de ser o único capaz de responder pela criança, e onde tudo se realizaria corporalmente, sem mediações[4], por complementaridade.

Em resposta ao desprazer, apenas e tão-somente a "cara metade" deveria juntar-se ao corpo desamparado (mutilado), realizando muitas vezes, de modo permanente, uma espécie de completude ilusória que só pode ser mantida à força, de maneira que os corpos só encontram tranqüilidade quando ajuntados, fusionados e imprescindíveis um para o outro.

Corre-se o risco, então, de que este momento de dependência e indiferenciação, necessária numa certa fase da relação mãe-filho, ameace prolongar-se indefinidamente, tornando-se excessivo.

O primeiro momento vivido entre a mãe e o bebê revela-se como um encontro de dois mundos que em tudo se diferenciam, mas que encontram sua via comum naquilo que a mãe vai impondo à criança. Aulagnier chamou este momento de **violência da interpretação** ou **violência primária**, em que, num esforço de pensar, simbolizar, interpretar o que a criança sente, a mãe introduziria, por sua conta, palavras, significados, valores e enigmas próprios e, portanto, alheios à criança. Estes enigmas seriam capturados pela criança e (assim se esperaria) emprestados temporariamente pela mãe.

Esta violência necessária (primária) entre o adulto e a criança realiza-se a partir da imposição, pelo adulto, de marcas que a criança carregará durante muito tempo sem compreender. Desse modo, a presença imediata de um outro, que escapa aos domínios da representação pictográfica, realiza, em relação a essa primeira fase, a percepção de uma heterogeneidade entre a mãe e o bebê, até então insuspeita. Violência necessária porque é condição para que se interponha à criança um outro eu heterogêneo, que lhe proporá uma certa realidade que o bebê até então nega em nome do prazer a todo custo. É o momento da emergência de leis, normas, critérios até então desconhecidos pela criança.

Todavia, o excesso dessa violência necessária se dará quando o adulto não mais puder abdicar desses primeiros elementos de realidade oferecidos à criança, exigindo dela uma obediência radical a estes mesmos princípios. Passamos, então,

4 Esse respeito Macdougall (1989) fala em dispersão, quando um sujeito, incapaz de perlaborar de outro modo as informações que lhe chegam de fora, e que se alojam em seu corpo e o habitam, só pode desejar livrar-se delas através do ato continuado desse mesmo corpo, procurando dispersar fisicamente o que não foi pensado e compreendido.

da interpretação para a imposição.Tudo em nome de um dever (poder) de cuidar, de prover as necessidades.

Estas considerações sobre a dinâmica da violência propõem o deslindamento do que me parece essencial no fenômeno da violência, do ponto de vista clínico: a possibilidade iminente de ela tornar-se, permanentemente, necessária e natural[5], referida a um outro momento em que, de fato e de direito, ela o foi.

Aulagnier nos diz que:

> Na atualização da violência operada pelo discurso materno, infiltra-se, inevitavelmente, um desejo que, na maioria dos casos, permanece desconhecido e inconfessado e que pode ser formulado como o desejo de preservar o "status quo" desta primeira relação,ou melhor, desejo de preservar o que, durante uma fase da existência (e somente durante uma fase) é legítimo e necessário. (1975, p. 122)

E mais adiante:

> O que é desejado é a não modificação do atual, mas este desejo de não modificação, se a mãe não consegue renunciar a ele, é suficiente para mudar radicalmente o sentido e a extensão do que era lícito. (1975, p. 122).

O par mãe-bebê torna-se, então, por obra do excesso de violência, um único e mesmo corpo fusionado. Nesta conceituação clínica, é possível reconhecer que a violência mistura-se ao lícito, ao razoável e ao necessário, para só depois desfazer-se por completo destes elementos, revelando sua dimensão excessiva. Isto é tanto mais verdadeiro quanto mais vemos a violência, a mais ostensiva, travestir-se de necessária e inevitável, engendrando um discurso sobreposto ao outro, cada qual assumindo maior ou menor importância, de acordo com as conveniências. Esta sobreposição cumpre a função de afastar todo terceiro (intruso), tornando sua presença uma constante ameaça vivida, pressentida, porém, inominável.

Uma mãe excessivamente zelosa (ou violenta) dirá: "Só uma mãe sabe o que é melhor para seu filho", frase que lança imediatamente a mensagem: "para trás, mantenham distância". Este aviso é inúmeras vezes repetido a um segundo agente desejante, incluindo aí seu próprio filho. Mantidas estas característica na relação mãe-filho, acompanharemos o fracasso do ingresso do indivíduo na coletividade e na cultura. Sua resultante é um indivíduo forjado, muitas vezes incapaz de estabelecer trocas com o meio que o circunda, e onde, a partir de então, ele estará alijado das experiências de conflito e solidariedade com outros. Nesse caso, não há mais experiência coletiva, mas grupalização de indivíduos expectantes em torno de um saber unificador, aglutinador e deletério[6].

---

5 Ver Aulagnier (1975), p. 37.

6 Estou optando aqui pela aproximação entre o que se pode experienciar e refletir na clínica e a experiência dos sujeitos na situação coletiva e social. Abandono, aqui, o prosseguimento eventual de certos deslindamentos nosográficos (neurose, psicose, perversões, etc.) bastante recorrentes na reflexão psicanalítica. Tal abandono

Maffessoli (1979) vê, nessa despotencialização do coletivo, um traço marcante e predisponente à instauração do totalitarismo, ou seja, indivíduos (parciais) ajuntados por um poder (total) de comando, que nasce da fragmentação do corpo social e do desconhecimento de sua potência. É como se, desde então, todo enunciado fosse formulado, de fato e de direito, por uma instância suprema de autoridade (e de terror) que junta os indivíduos para melhor aglomerá-los, massificando-os[7].

A partir dessa perspectiva da instauração do uno é que se torna possível também nomear as pessoas que ficarão sob tutela pública, privando-as, a partir daí, de qualquer singularidade. Assim, por exemplo: um infrator não pode ser vítima, um menino morador da rua não pode ser criança e um presidiário não pode mais ser sujeito[8]. Estas são todas situações típicas em que o abuso do lícito conduz ao que é excessivo, abusivo e desumanizador.

Nesse sentido é que, comumente, o autor da violência[9] justifica-se com a conclusão pretensamente ressentida: "Bem, foi necessário", reafirmando e sugerindo uma ética às avessas.

Torna-se, então, possível observar, minuciosamente, a emergência dos atores presentes na situação violenta: personagens investidos de uma supra-autoridade que, de antemão, se coloca: a polícia, o Estado, o pai, a mãe, a revolução, etc. Estes personagens teriam, em comum, a possibilidade de se apresentarem como figuras portadoras de uma ambivalência que as torna aptas e as legitima para a

---

se faz inevitável a fim de prosseguir na direção das reflexões aqui propostas, ou seja, partindo da clínica alcançar suas linhas de fronteira: o coletivo, o social.

7 Remeto o leitor à obra de Maffesoli (1979), especialmente ao capítulo 1, de onde extraio a seguinte citação que elucida esta discussão e aumenta a sua complexidade: "De fato, a vontade, ou antes a lógica 'imperialista' da forma poder tende, como acabamos de mostrar, a bloquear ou romper o jogo da ambivalência social, e isso, a par com o fantasma da unicidade que o estrutura. O que equivale a dizer, segundo Nietzsche, que falar do Estado é 'falar da morte dos povos', sabendo, de resto, que a mais sutil forma de efetuar tal morte é essa ilusão que nos faz dizer: 'Eu, o Estado, sou o Povo". O podér social ou o poder popular é uma contradição de termos, pois seja qual for o fim de que se revista, a sua lógica é a dominação e a redução ao uno, ao passo que a potência remete ao pluralismo e com isso à diversidade do real. Diversidade que estrutura inteiramente a vida social em sua labilidade." (p. 50)

8 Maffesoli (1979), numa direção oposta e em sua formulação de noção de potência social dirá: "Nessa perspectiva, o inimigo, o outro, já não é percebido como criminoso, mas enquanto "figura" de uma questão do momento; a existência do outro ou da alteridade não é negada, porém é a medida de uma existência social que se vive no confronto." (p. 53)

9 A partir daqui, a palavra violência será utilizada referida ao seu caráter excessivo, tal como a define Aulagnier (1975). Optarei por esse caminho simplificado, deixando, entretanto, assinalado que tanto Aulagnier quanto Maffessoli, autores citados, distinguem duas situações de violência: violência primária e excessiva, em Aulagnier, e violência social e sanguinária, em Maffesoli. Em ambos os autores, também, a dualidade quer discriminar uma violência que se realiza a favor da simbolização (violência primária e social) e outra que violenta e aniquila os processos de simbolização (violência excessiva e sanguinária). Suas proximidades e lonjuras serão deixadas para uma outra reflexão.

violência de um modo inquestionável. Isto porque tornam-se, eles próprios, o efeito perverso de uma situação original que já os teve justamente como protetores e mediadores entre, de um lado, os sujeitos a quem teoricamente deveriam proteger, e do outro, a situação de violência.

Ao tornarem-se eles próprios os geradores da violência, aos sujeitos, vítimas dessa violência, restam poucas alternativas: tornarem-se eles próprios foras-da-lei ou submeterem-se completa e obedientemente a leis que legislam apenas e tão-somente em favor do desejo do mandante. Não é difícil prosseguirmos daqui em direção às descrições clínicas, das dinâmicas presentes na situação psicotizante, em que o desejo não pode ser enunciado em nome do próprio indivíduo, mas em nome de alguém sempre maior e mais forte do que ele, a quem está atribuído o direito e o dever de desejar por ele[10].

Está estabelecida aqui uma relação essencial, em que vige a tentativa constante do estabelecimento e restabelecimento *da assimetria do forte e do fraco.* Desse modo, a violência executa-se, aprofunda-se, enraíza-se, na medida em que *essa relação entre o forte e o fraco adquire permanência, o que só pode ocorrer de maneira definitiva quando se deposita o próprio desejo nas mãos de um outro,* capaz de suprir o que é demandado, contanto que o demandante não enuncie o próprio desejo; que o sujeito só seja reconhecido como ser de necessidades e não como ser desejante.

Ao forte caberia não só a capacidade de pôr fim à vida do fraco, como também de mantê-lo vivo. O fraco seria aquele que, freqüentemente, espera uma autorização para desejar, autorização que lhe será infinitamente adiada. A ausência dessa autorização é o que, possivelmente, relegará o sujeito fraco ao emudecimento, já que ele estará privado, desde então, de falar em nome próprio. Mesmo as suas palavras, por vezes, não podem fazer mais do que repetir o que seria o discurso do forte.

As vítimas da violência nos surpreendem freqüentemente, por não poderem dizer suas experiências, condenando-se a viver e a reviver continuamente estas experiências em seu corpo, um corpo solitário, privado da possibilidade de uma fala que se realizaria na alteridade: a linguagem.

Os corpos mudos, observados por Benjamin, seriam, neste sentido, corpos submetidos a um desejo imperioso (dos senhores da guerra), em que os soldados (o pelotão) representariam um amontoado de necessidades aglomeradas, massificadas e obedientes em torno do desejo de um porta-voz unificador. A obediência ativou os corpos, mas pôs termo à palavra, e serão estes mesmos corpos ativados que darão curso ao terror do qual eles próprios também serão vítimas.

---

10 Mais desdobramentos clínicos e teóricos podem ser acompanhados no brilhante trabalho de Aulagnier (1975).

Costa (1984), apoiando-se nas reflexões de Aulagnier, e comentando um caso clínico atendido por ele, observa que um corpo, quando submetido continuamente à experiência de dor e sofrimento, pode passar a atribuir-se a responsabilidade por essa mesma dor e sofrimento, já que é freqüentemente nele que a violência é concluída[11]. Este sujeito em desespero tenderia a pôr fim ao próprio corpo, expondo-o às situações mais adversas, para pôr termo à dor e à imposição da violência que ele não é capaz de frear. Mas por que seria, muitas vezes, a vítima incapaz de responsabilizar o mais forte?

Ao que parece, ainda que a imposição da violência seja determinada e impingida de modo indubitável pelo outro (violentador), torna-se freqüentemente impossível responsabilizá-lo, como se ele não constituísse um outro separado, mas a porção forte e desejante da vítima (violentado) frente à qual se aguardam as ordens, e nada mais. Porção forte e desejante que foi introjetada, tornada intrapsíquica, como uma forma desesperada de suportar o ataque, como um último esforço para deter a violência externa que avança sem trégua[12].

Poderá ser, então, no corpo próprio que o sujeito encontrará o responsável pelo sofrimento extremo e permanente. É este corpo violentado que necessita, então, ser inocentado, pois é ele também que pode lançar-se num movimento de perigo e aniquilamento, como forma de suprimir toda dor. Inocentar quer dizer resvalar na compreensão de que a dor e o sofrimento também podem ser impostos por algo ou alguém para além do seu próprio corpo: pelo outro.

O fracasso dessa discriminação é também o que gera a repetição interminável de uma certa "transgressão" como um modo de atrair a violência contra o próprio corpo, justificando a imposição, sem o saber, do "veredicto" espúrio do violentador, sintetizado na frase: "foi necessário".

Desse modo é que a violência pode pôr abaixo a possibilidade de capturar seus ambígüos mecanismos de formação iniciados, quando nos esquecemos das primeiras "transgressões" da lei, em que os próprios legisladores e zeladores do cumprimento desta mesma lei foram os primeiros a desacatá-la. Impõe-se, deste modo e à força, uma obediência compulsória, produto da contradição totalitária: "faça o que eu mando, mas não faça o que eu faço". É o outro transmutado, sob violência, em objeto, que, desavisado, por vezes reage, fala, desobedece. Então, este objeto resistente, subversivo e renitente, é aniquilado, ou, de outro modo, é odiado.

---

11 Remeto o leitor para o livro de Costa (1984), especialmente para o artigo "Violência e Identidade" onde estas questões são discutidas.

12 O leitor encontrará, em Ferenczi (1933), reflexões que nos permitem reencontrar a noção de trauma revelada na situação de violência.

Sobre o ódio e a violência

Não é nada infreqüente vermos estabelecida, de antemão, a ligação entre vio-lência e ódio, mais comumente postulando a primeira como conseqüência do segundo.

É preciso, entretanto, ater-mo-nos um pouco mais àquilo que, a partir das noções de violência refletidas até aqui, pode nos ajudar a explorar o que se passa entre sujeitos que se odeiam: à presença do ódio na situação intersubjetiva. Tarefa um tanto contraditória, já que, no ódio, o que se deseja é a despotencialização de, ao menos, um dos sujeitos envolvidos, relegado a objeto, coisa manipulável. A este último é permitida, por clemência, uma sobrevida ou uma vida subjugada e obediente.

No ódio, a rejeição radical à presença do outro denuncia o caráter perturbador que a experiência da alteridade prenuncia: o outro como obstáculo, como oposição ao acabamento de um percurso de antemão terminado e, por isso, dissimulado, e que *se cumpriria num itinerário que iria do mesmo ao mesmo.*

O intuito de destituir da posição de sujeito o outro em seu estranhamento revela o desejo de aniquilação do estranho, ou a sua absorção a um campo de domínio que o torne previsível e obediente. Nesse sentido, o ódio teria, como sua primeira e última demanda, a instituição cabal e permanente da presença da dicotomia assinalada do forte e do fraco: de um sujeito e de um assujeitado.

É a preservação dessa relação que é investida pelo ódio, ou seja, para que o ódio se execute é necessária a manutenção das figuras que prometem a sua realização, aqui representadas pelo forte e fraco. Mas, diferentemente da situação de violência, o ódio forte e fraco constituem mesmo duas entidades separadas, em que a suspeita de um outro precisa ser transformada em fraqueza e submetimento. Na situação de violência, a indiscriminação é completa e nela o agressor atua com aquele que objetifica sua vítima, e a utiliza, atravessa, parte em pedaços como um fato natural, essencial.

Nos diz Pontalis que o ódio "tem necessidade de um objeto muito real de um ser muito vivo" (1991, p. 29); ele precisa manter vivo o seu objeto, a todo custo, pois, afinal, o que seria o forte sem o fraco? Nesse sentido é que aquele que odeia precisa prover e manter vivo o odiado, sem o que essa relação se desfaz.

No ódio se pressente, freqüentemente de modo aterrorizante, a possibilidade do aparecimento de um outro, do estrangeiro que a todo custo se procura evitar. Nele, o estranho ronda continuamente aquele que odeia. O odiado torna-se, de uma vez por todas, um perseguidor que deve ser submetido.

É por isso talvez que a realização excelsa do ódio é o submetimento e a humilhação e não o aniquilamento.

> Não é certo que o ódio queira matar pois, nesse caso, correria o risco de se extinguir. O que ele quer antes de mais nada, é imobilizar e, melhor ainda, forçar o outro a querer esta imobilidade, a de uma presa cativa,que sanciona sua derrocada e sanciona sua rendição (Pontalis, 1991, p. 31).

Na violência, diferentemente, o violentador não suspeita de nenhuma autonomia, de nenhuma insurreição. A *outridade* que ronda o ódio parece ser, na violência, eliminada desde a raiz. O violentador faz do violentado um corolário de si mesmo, e o ato violento o remata. Por isso, o violentador está sempre muito próximo do aniquilamento, do extermínio; é a sua resposta àquilo que se negou, de algum modo a obedecê-lo inteiramente, que obstaculizou o livre curso do seu desejo.

Portanto, embora ódio e violência tenham, por vezes, repercussões muito parecidas, seu deslindamento se faz quando percebemos no ódio um alvo, um objeto e, portanto, uma tarefa. Na violência tudo se passa como se o agressor desde sempre fosse o possuidor e o legislador das situações em que se envolve, arrastando vítimas atrás de si. Ele é quase ação em estado puro. Ação violenta que, dirigida a um outro, busca privá-lo imediatamente, e antes de tudo, de qualquer singularidade, de qualquer posição de agente. O sujeito é reduzido a coisa, obstáculo a ser superado no caminho inequívoco de uma supravontade, de um supersujeito absoluto, incapaz de alteridade: máquina produtora de violência instantânea ou, como diz Baudrillard: "As máquinas vão mais depressa porque estão desconectadas da alteridade." (1990, p.133)

A violência responde a uma lógica maquinal. Ela elide contextos, situações, singularidades. É a afirmação do domínio em sua versão absoluta.

Num episódio recente e nesta mesma direção, é estarrecedor acompanhar a declaração dos jurados durante a absolvição de três policiais envolvidos na chacina de quatro pessoas, com mais de cem perfurações à bala encontradas em seus corpos, onde se lê: "agiram no estrito cumprimento do dever legal"[13] ou na declaração de jovens de classe média, após terem queimado vivo um indígena, líder Pataxó: "Pensávamos que era um mendigo". Tanto em um caso quanto em outro há menção a uma outra regra (supraregra), forjada convenientemente, que autorizaria chacinas de seres humanos e incineração de mendigos. Mas que regra estúpida é essa? Onde se ancora?

Possivelmente, é a mesma que faz menção a uma supra-autoridade, que lavra supraregras em nome de um supersujeito repleto em sua *mesmidade*. É o enunciante da frase: *"Bem, foi necessário"*. Necessário para quê? Necessário para quem? São perguntas cuja resposta escapuliu há muito da possibilidade de ser respondida no âmbito de uma relação entre sujeitos. De novo, é o outro reduzido à mera necessidade; de novo, é o outro sem desejo, sem singularidade, sem psi-

13 Publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 10/05/97.

quismo. E já que o outro não constitui obstáculo para a resposta, ela pode muito bem ser formulada no âmbito estrito do exercício racional e técnico, em que certamente se pode apelar para os motivos que validam queimar mendigos enquanto dormem ou expor os homens à guerra, ou submetê-los à tortura.

Portanto, gostaria de assumir, com o auxílio das reflexões clínicas já apontadas, que o ódio, enquanto suspeita da presença de um outro, e, de certo modo, já como a sua constatação, precisa e pode ser regulado num campo abstrato (psíquico), forjado por leis que inauguram o limite da manifestação concreta do ódio e o retêm no necessário plano da elaboração psíquica. Isto implica assimilar a presença do estranho que o ódio transforma em intruso.

O terceiro (intruso), odiado, é também o empecilho necessário a qualquer possibilidade de uma relação sem leis e, portanto, sem limitações de qualquer espécie, devastadora para a psique. O contrário seria, sob todos os aspectos, a permissão ao incesto: a possibilidade imediata à posse do outro sem qualquer regra mínima que a regule[14].

O sentido desta intrusão é impor um primeiro reconhecimento do outro e as primeiras experiências de alteridade, no sentido de ter que representar o separado: do uno indiviso ao separado, experiência que acompanha o ingresso do sujeito na cultura e na coletividade.

O ódio seria a experiência fronteiriça, em que se devem interpor as leis e códigos precisos que barram, recusam sem ambigüidades a ação que busca negar o outro enquanto sujeito, submetendo-o. Esta é, em parte, a tarefa do adulto quando, por exemplo, medeia o ódio do irmão mais velho contra o recém-nascido. Diante da perda inevitável da proximidade extraordinária vigente até então entre pai, mãe e filho, provocada pela inserção de um novo bebê, os pais freqüentemente buscam interditar a agressão sempre possível do filho maior contra o recém-chegado, prometendo-lhe um ganho psíquico: a experiência de uma alteridade ampliada e mais complexa[15].

---

14 Reproduzo aqui um conto de Guido Ceronetti, extraído Baudrillard (1990), que ilustra brilhantemente esta reflexão: "Dois irmãos viviam num castelo. Cada um tinha uma filha, e as duas tinham a mesma idade. Eles se internam no colégio até elas completarem 18 anos. São muito bonitas. Os pais mandam trazê-las para o castelo. No carro que as traz, uma das primas, subitamente se sente mal e morre. No mesmo momento, no castelo onde a espera, o pai também morre. Só uma das moças chega viva; o pai a despe e a penetra contra natureza. Imediatamente, ambos se elevam no quarto por levitação, saem voando pela janela e sobrevoam o campo, petrificados num amplexo incestuoso que não tem fim. A passagem da cópula anormal que voa sem asas é sentida profundamente por tudo o que tem vida nesses campos tranqüilos, em longas vibrações negativas. Espalha-se por toda parte um desequilíbrio, um desvairado pânico, um temor indefinível que degenera, provocando atos contrários à razão entre os homens, doença e violência entre os animais, angústia nas plantas; todas as relações estão perturbadas." (p. 130)

15 Remeto o leitor a Dolto (1996) intitulado: "A dinâmica das pulsões e as chamadas reações de ciúme quando do nascimento do irmão mais novo" publicado no livro *No jogo do desejo: ensaios clínicos.*

O ódio é o pressentimento do outro, mas também a experiência da dor de sua inescapável inclusão. Ele marca uma separação cujo odor está nos vestígios enigmáticos que o estrangeiro sempre traz em suas vestes.

A violência, em sua versão excessiva, em sua indiferenciação matricial em relação a tudo que escapa da esfera do mesmo, revela um obstáculo que, freqüentemente, parece não responder mais ao trabalho psíquico, à simbolização. Sua realização impositiva transforma os corpos dos sujeitos, suas vítimas, numa ilha inimiga de alheamento e dor[16].

Clinicamente, surge no horizonte da vítima a psicose ou a ruptura; ou seja, é no malogro da solução psíquica ou na suspensão imediata da violência através da desobediência do ato que a vítima busca defender-se da violência excessiva. Este ato pode adquirir para o sujeito um sentido libertador, porque possibilita um reencontro (por vezes provisório) com uma autonomia incipiente e suspeita e é, muitas vezes, um movimento desesperado do sujeito na busca de sua sobrevivência e de sua vida.

É, de todo modo, a ruptura daquilo que parecia permanente, duradouro e sem fim: o submetimento eterno à violência e a presença iminente da morte e da dor.

Sem a possibilidade deste ato, de outro modo, ocorre o pior: salvo por intervenção de um agente exterior à relação (de novo o terceiro), a situação de violência tende a se perenizar, e, na experiência da vítima, a se eternizar de forma abusiva e devastadora. Momento em que não se identifica claramente nem ódio nem raiva e, mesmo assim, o que se pode acompanhar é o contínuo refluxo do exercício da violência excessiva, continuada e irreversível. Nestes momentos, em minha opinião, surgem seus corolários: a crueldade, a humilhação em que se realiza a incitação deliberada do medo da morte iminente, da aniquilação. São fenômenos que nascem da violência em seu exercício de eternidade e em que, para o violentador, nada o alcança e em que se dilata o lugar onde, sarcasticamente, ele degusta os frutos da impunidade.

Referências bibliográficas

Aulagnier, P. (1975) – **A Violência da Interpretação**. Rio de Janeiro, Imago, 1979.

Baudrillard, J. (1990) – **A Transparência do Mal: Ensaio sobre Fenômenos Extremos**. Campinas, SP, Papirus, 1992.

16 Neste sentido, Pellegrino (1988), refletindo sobre o corpo na situação de tortura, dirá: "A tortura destrói a totalidade constituída por corpo e mente, ao mesmo tempo em que joga o corpo contra nós, sob a forma de um adversário do qual não podemos fugir a não ser pela morte. O corpo próprio torna-se então inimigo do sujeito." (pp. 19-20)

Benjamin, W. (1936) – O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaios sobre Literatura e História da Cultura**. (Obras escolhidas; vol. 1). São Paulo, Brasiliense, 1994.

Costa, J. F. (1984) – **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro, Graal.

Dolto, F. (1996) – A dinâmica das pulsões e as chamadas reações de ciúmes quando do nascimento do irmão mais novo. In: **No Jogo do Desejo: Ensaios Clínicos**. São Paulo, Ática.

Dolto, F. (1984) – **A Imagem Inconsciente do Corpo**. São Paulo, Perspectiva, 1992.

Endo, P. C. (1997) – O corpo, o silêncio e a fala na clínica: percursos da escuta analítica. Dissertação de mestrado. PUC-SP: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica.

Ferenczi, S. (1933) – Confusão de língua entre os adultos e a criança. In: **Sàndor Ferenczi – Obras Completas**: vol. IV. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

Maffesoli, M. (1979) – **A Violência Totalitária**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

Mcdougall, J. (1989) – **Teatros do Corpo: o Psicossoma em Psicanálise**. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

Pellegrino, H. (1988) – A tortura política. In: **A Burrice do Demônio**. Rio de Janeiro.

Pontalis, J-B. (1988) – **Perder de Vista: da Fantasia de Recuperação do Objeto Perdido**. Rio de Janeiro, Zahar, 1991.

Alcoolismo, personalidade e genética[1]

Hilda Regina Ferreira Dalla Déa*
Carolina Engracia Pellegrini Telles**
Fernando Carvalho Lima Ramos**
Flávio Veríssimo Costa**

RESUMO. Cloninger (1986,1987a) desenvolveu um modelo psicobiológico para explicar tanto a etiologia quanto a heterogeneidade do alcoolismo, definindo três dimensões independentes da personalidade, relacionadas a padrões de resposta a tipos específicos de estímulos ambientais: *procura de novidade* refere-se à tendência em direção à atividade exploratória freqüente, *esquiva de dano* refere-se à tendência de responder intensamente aos estímulos aversivos, e *dependência de prêmio* refere-se à tendência de responder intensamente à recompensa – essas tendências, supostamente, estariam sujeitas à influência de fatores hereditários. No presente trabalho, 188 sujeitos normais, entrevistados para obtenção de história familiar de alcoolismo, forneceram informações sobre seus 743 parentes de primeiro grau. Os 29 sujeitos com história familiar positiva (HFP) foram comparados aos 159 sujeitos com história familiar negativa para alcoolismo (HFN) em relação às três dimensões da personalidade de Cloninger e à susceptibilidade ao estresse. Os dois grupos diferiram apenas quanto à *procura de novidade*, que foi maior no grupo HFP. Os resultados indicam que *procura de novidade* pode ser um marcador comportamental de vulnerabilidade ao alcoolismo, e concordam com dados recentes da literatura que sugerem a existência de relações entre fatores hereditários de predisposição à *procura de novidade* e ao alcoolismo.

Palavras-chave: alcoolismo, procura de novidade, marcador de vulnerabilidade.

ABSTRACT. Cloninger (1986,1987a) has developed a psichobiological model of personality which accounts for both the etiology and the heterogeneity of alcoholism, through the definition of three independent dimensions of personality, which are related to variations in response patterns to specific environmental stimuli: *novelty seeking* refers to a tendency toward frequent exploratory behavior; *harm avoidance* refers to a tendency do respond intensely to aversive stimuli, and *reward dependence* refers to a tendency to respond intensely to reward -these tendencies are supposed to be geneticàlly influenced. In the present work, 188 normal subjects where investigated about the family history of alcoholism, yelding data on their 743 first degree relatives. Twenty nine subjects with positive family history of alcoholism (PFH) were compared to 159 subjects with negative family history (NFH), with respect to Cloninger's three personality dimensions and to their susceptibility to stress. The two groups differ only with respect to "novelty seeking", which was greater in the PFH group. The results indicate that "novelty seeking" may be a behavioral vulnerability marker for alcoholism, and agree with recent findings which suggest relationships between predisposing heritable factors for "novelty seeking" and for alcoholism.

Keywords: alcoholism, novelty seeking, vulnerability marker.

Introdução

Há evidências de que existe uma forma familial e uma forma não-familial de alcoolismo. Penick, Powell e Bingham (1987) verificaram que os alcoolistas familiais tendem a ter problemas relacionados com o álcool em idade mais precoce e uma dependência mais severa do que os alcoolistas não-familiais – entre 568 homens alcoolistas estudados, 65% relataram história familiar de alcoolismo envolvendo parentes de primeiro grau. Verificou-se que, nesses pacientes, a idade de apare-

1 Os autores agradecem a professora Yara P. Gustavo Castro, da PUC-SP, a assessoria no tratamento estético dos dados.

* Profa. Associada do Depto. de Psicologia do Desenvolvimento.

** Bolsista de Iniciação Científica – FAPESP.

cimento dos problemas com o álcool era significantemente mais baixa, eles tinham sintomas mais severos, tratamentos mais freqüentes e menos bem-sucedidos, mais problemas orgânicos associados ao uso de álcool, como complicações hepáticas, pancreatites e distúrbios do sono e mais problemas legais, associados ao uso do álcool. Finalmente, os pacientes com história familiar positiva tinham, não só um risco aumentado de distúrbios psiquiátricos, em particular depressão, distúrbio obsessivo-compulsivo e personalidade anti-social, mas também um aumento do risco desses distúrbios entre seus familiares.

Segundo Devor, Reich e Cloninger (1988), o estudo do componente genético do alcoolismo vem passando por um processo de amadurecimento. Os conceitos do tipo "tudo ou nada" do começo do século foram substituídos por um modelo multifatorial, que leva em conta tanto a alta incidência do alcoolismo quanto sua heterogeneidade. Nesse processo de maturação, surgiu uma série de estudos genéticos bem mais refinados de famílias, gêmeos e de adoção. Como resultado desses estudos, vem emergindo um esquema classificatório que transcende as dicotomias simples e desemboca numa teoria de predisposição que envolve tanto fatores genéticos como desencadeantes ambientais e aspectos de personalidade subjacentes.

Os estudos atuais sobre a genética do alcoolismo levam em conta a heterogeneidade desse distúrbio e tendem a classificar o alcoolismo em tipos. Tipologia é um sistema de classificação e estudo de indivíduos que compartilham uma ou mais características; assim, uma tipologia para a classificação de alcoolistas é um conjunto de critérios usados para identificar grupos homogêneos, levando em conta suas características biológicas, psicológicas e sociais. Nos anos recentes, o estudo das tipologias tem focalizado, principalmente, três aspectos: psicopatologia, personalidade e fatores familiais/genéticos. Uma área relacionada à pesquisa tipológica em alcoolismo é a identificação de tipos de personalidade através da utilização de testes psicológicos padronizados. Essas tipologias, como o modelo neurobiológico de Cloninger (Cloninger, 1987a) e a classificação precoce/tardia proposta por von Knorring, Palm e Anderson (1985), são definidas por características múltiplas, que incluem variáveis de personalidade, padrões de ingestão de álcool e psicopatologia co-mórbida, além de uma predisposição hereditária.

Cloninger (1986,1987a) desenvolveu uma teoria da personalidade para explicar tanto a etiologia quanto a heterogeneidade do alcoolismo. São definidas três dimensões, independentes da personalidade, relacionadas a variações supostamente herdáveis nos padrões de resposta a tipos específicos de estímulos ambientais: (1) *procura de novidades* refere-se à tendência em direção à atividade exploratória freqüente e à intensa excitação em resposta a estímulos novos; (2) *esquiva de dano* refere-se à tendência de responder intensamente aos estímulos aversivos e

de aprender a evitar punição passivamente; e (3) *dependência de prêmio* refere-se à tendência de responder intensamente à recompensa e a manter o comportamento recompensado. Cloninger desenvolveu um instrumento para avaliar essas dimensões: o Questionário Tridimensional da Personalidade (TPQ).

De acordo com seu modelo, existem dois tipos de alcoolistas: os alcoolistas do tipo I tenderiam a ter alta pontuação nas escalas de dependência de prêmio e esquiva de dano, e baixa na de procura de novidades. Esse tipo de alcoolismo acometeria homens e mulheres, com o início dos sintomas após os 25 anos, e seu desenvolvimento dependeria de fatores ambientais associados a uma predisposição genética.

Os alcoolistas do tipo II tenderiam a apresentar baixa pontuação nas escalas de dependência de prêmio e prevenção de dano e alta na de procura de novidades. Este tipo de alcoolismo, com forte componente hereditário, estaria associado a uma personalidade anti-social e seria limitado aos homens, com início dos sintomas antes dos 25 anos.

Bau e Salzano (1995) aplicaram o Questionário Tridimensional da Personalidade de Cloninger (TPQ) a uma amostra de alcoolistas brasileiros e encontraram dois grupos semelhantes aos de Cloninger. O grupo I brasileiro caracteriza-se por baixa *procura de novidade*, níveis intermediários de estresse e uma proporção mais baixa de parentes com alcoolismo. O grupo II é caracterizado pelo surgimento mais precoce dos problemas associados ao álcool, por alta *procura de novidade*, mais estresse, maior número de tratamentos, episódios de agressividade e detenções, além de uma freqüência intermediária de parentes alcoolistas. Um terceiro grupo de alcoolistas, encontrado por esses autores, caracteriza-se por pontuações mais baixas de *esquiva de dano* e menos estresse e por ter uma maior proporção de parentes alcoolistas. Em relação à *procura de novidades*, eles ocupam uma posição intermediária, mais próxima do grupo I do que do II.

De acordo com o modelo de Cloninger, já citado, *procura de novidade, esquiva de dano* e *dependência de prêmio* são dimensões da personalidade sujeitas a influências hereditárias. Ainda de acordo com esse modelo, o alcoolismo tipo II, caracterizado por alta *procura de novidade* e baixas *esquiva de dano* e *dependência de prêmio* é mais dependente de genes. Bau e Salzano (1995) encontraram, entre pacientes brasileiros, um grupo de alcoolistas com pontuações baixas em esquiva de dano e menos estresse.

Se essas dimensões de personalidade realmente forem influenciadas por fatores hereditários, esperamos encontrar, em indivíduos normais, com história familiar de alcoolismo, um aumento de *procura de novidade* e uma diminuição de *esquiva de dano*. Se existirem influências hereditárias na susceptibilidade ao estresse, também poderemos encontrar, nesses indivíduos, diferenças quanto a esse

aspecto. Assim, o presente trabalho visa a comparar a distribuição das três dimensões propostas por Cloninger e a susceptibilidade ao estresse em indivíduos normais, com história familiar positiva e negativa para alcoolismo.

Material e métodos

Sujeitos

Foram estudados 188 estudantes universitários voluntários (28 homens e 160 mulheres), com média de idade de 20 anos, que forneceram informações sobre seus 743 parentes de primeiro grau.

Procedimentos

As entrevistas para obtenção da história familiar foram realizadas por três entrevistadores previamente treinados para padronizar o procedimento. Foi utilizado um roteiro elaborado a partir do *Family History-Research Diagnostic Criteria* (FH-RDC), criado por Endicott, Andreasen e Spitzer (1978) e traduzido por Nunes (1993). Inicialmente, o entrevistado era solicitado a descrever seus parentes de primeiro grau, mencionando seu nome e idade. O entrevistador pedia informações sobre problemas emocionais ou psiquiátricos de cada um dos familiares do entrevistado, com perguntas específicas, em casos de suspeita de alcoolismo, comportamento anti-social, depressão, mania, esquizofrenia, distúrbio de uso de drogas, suicídio, distúrbio do pânico e distúrbio obsessivo-compulsivo. Eram registrados como "suspeitos" os indivíduos cuja descrição atendia aos critérios diagnósticos do CID-10[2], e como "confirmados" os indivíduos que já haviam sido diagnosticados e/ou tratados para o distúrbio em questão.

Os testes psicométricos utilizados foram o Questionário Tridimensional de Personalidade (TPQ) e o Questionário para Avaliação de Experiências Vividas (*Life-Experience Survey*). A primeira triagem em relação ao alcoolismo foi feita através do CAGE, os entrevistados CAGE-positivos[3] foram submetidos ao SADD (*Short-Alcohol Dependence Data*).

O TPQ elaborado por Cloninger (1987b, manuscrito não publicado) consiste de 100 questões que admitem respostas sim ou não, divididas em três subconjuntos: *procura de novidades, esquiva de dano* e *dependência de prêmio*. Posteri-

2 Veja-se Organização Mundial de Saúde (1993).

3 Veja-se o significado do termo alguns parágrafos adiante.

ormente, essas respostas são transformadas em valores numéricos, de modo que o sujeito recebe uma pontuação para cada uma dessas três dimensões.

O *Questionário para Avaliação de Experiências Vividas, elaborado por* Sarason, Johnson e Siegel (1978), avalia a vulnerabilidade ao estresse através de 57 itens que permitem ao sujeito referir-se à desejabilidade e ao impacto dos eventos ocorridos em sua vida, durante o último ano, em uma escala de sete pontos, desde o extremamente positivo (+3) até o extremamente negativo (-3). A soma dos valores do impacto dos eventos considerados como negativos ou positivos fornece pontuações separadas. São relevantes, como medida de estresse, a pontuação relativa ao impacto negativo e o total obtido pela soma algébrica dos pontos positivos e negativos. Como nossos sujeitos são estudantes, computamos também os mesmos índices para o estresse específico relacionado à atividade acadêmica.

O CAGE é um instrumento simples para uma primeira triagem em relação ao alcoolismo, proposto por Ewing e Rouse (1970). Consta de quatro perguntas que visam a estabelecer a percepção do consumo excessivo de bebidas alcoólicas, bem como do beber matinal (indicativo de síndrome de abstinência). Segundo o critério validado para uso no Brasil por Masur e Monteiro (1983), o entrevistado é considerado CAGE positivo quando responder afirmativamente a duas ou mais de suas quatro questões discriminativas. O SADD (*Short-Alcohol Dependence Data*), desenvolvido por Raistrick, Dunbar e Davidson (1983), na Inglaterra, e descrito por Jorge (1987), é um questionário de 15 itens para avaliação do grau de severidade da dependência ao álcool.

Análise Estatística. Foi utilizado, na análise estatística dos resultados, o teste *t* para amostras independentes (teste de Levene para igualdade de variâncias e teste *t* para igualdade de médias).

Resultados

Não foram encontradas diferenças significantes entre homens e mulheres em relação aos parâmetros estudados. Também não foram encontradas diferenças significantes quanto à faixa etária, com exceção da dependência de prêmio, mais alta nos indivíduos com idade abaixo de 20 anos (Tabela 1).

As Tabelas 2 e 3 mostram, respectivamente, a freqüência dos distúrbios encontrados nos sujeitos entrevistados e nos seus 743 parentes de primeiro grau.

A Tabela 4 mostra os resultados do TPQ e da avaliação da vulnerabilidade ao estresse em sujeitos com história familiar positiva (HFP) e negativa (HFN) para alcoolismo. São considerados HFP os sujeitos com alcoolismo (suspeito ou confirmado) entre seus parentes de primeiro grau.

Discussão

Dados sobre a história familiar de distúrbios como o alcoolismo podem ser obtidos basicamente de duas maneiras: em entrevistas diretas com todos os familiares disponíveis – *método de estudo da família* – ou indiretamente, por informações obtidas do paciente ou de outros membros da família – *método da história familiar,* que utilizamos no presente trabalho. Geralmente, a informação baseada em entrevista direta é considerada mais acurada, embora o método da história familiar permita a coleta de informações sobre um número maior de familiares. Andreasen, Rice, Endicott e Coryell (1986) compararam os dois métodos de coleta de dados; seus resultados confirmaram a utilidade do método de história familiar; embora tenham revelado algumas de suas limitações, como o sub-relato, o método tem uma sensibilidade respeitável para muitos dos diagnósticos mais comuns.

A validade e a confiabilidade dos relatos de história familiar também foram avaliadas no estudo de Rhea, Nagoshi e Wilson (1993), pela comparação dos relatos de pares de irmãos sobre o comportamento parental de ingestão de álcool. Os autores encontraram grande concordância entre os relatos, não afetada pelo grau de relação dos irmãos: gêmeos monozigóticos, dizigóticos ou não-gêmeos. Em geral, os dados mais objetivos, como internação por causa da bebida ou prisão por dirigir embriagado, foram mais confiáveis do que os dados subjetivos, como ficar alegre apenas quando embriagado. No conjunto, os autores concluem que seus resultados validam o uso desse tipo de relato.

Para Hill (1992), a chave para a compreensão da mediação genética do alcoolismo virá com o estudo de características que distingam facilmente os alcoolistas dos não-alcoolistas e os indivíduos de alto risco dos indivíduos de baixo risco. Hill sugere ainda que não existe a transmissão genética do alcoolismo no sentido mendeliano estrito, mas uma predisposição hereditária para o seu desenvolvimento. Entretanto, a complexidade do fenótipo final (alcoolismo) pode obscurecer traços latentes significantes que estão sob controle genético. Segundo essa autora, esses traços provavelmente serão marcadores comportamentais que satisfaçam os seguintes critérios:

– distinguir alcoolistas de não-alcoolistas;
– distinguir indivíduos de alto risco de indivíduos de baixo risco;
– não estar associado exclusivamente ao uso de álcool, mas permanecer além do episódio de beber (marcador de vulnerabilidade);
– ter um componente hereditário.

Embora, freqüentemente, os alcoolistas com personalidade anti-social sejam considerados como um grupo mais ou menos homogêneo, Alterman, Gerstley, Strohmetz e Mickay (1991) verificaram que eles formam um grupo relativamente

heterogêneo de indivíduos quanto à presença de outros sintomas psiquiátricos, e possivelmente à resposta ao tratamento. Os resultados de seu estudo sugerem que, entre os indivíduos com personalidade anti-social, os que possuem um alto grau de alcoolismo familial manifestam psicopatologias mais freqüentemente do que os indivíduos com um grau mais baixo de alcoolismo familial.

Estudando 43 adolescentes de 12 a 18 anos, com diagnóstico de alcoolismo, Mezzich, Tarter, Kirisck, Cla, Kirisck, Clak, Buckenstein e Martin (1993) mostraram que o alcoolismo precoce também compreende uma população heterogênea, com dois subgrupos, o primeiro compreendendo alcoolistas que exibem primariamente descontrole comportamental e o segundo formado por alcoolistas que demonstram primariamente distúrbios depressivos e de ansiedade.

Babor, Dolinsky, Meyer, Hesselbrock, Hoffmann e Howard (1992) avaliaram o poder discriminativo e a validade preditiva de cinco dos esquemas tipológicos mais comumente utilizados para classificar os alcoolistas com finalidades teóricas e clínicas: (1) alcoolismo primário vs. alcoolismo secundário; (2) alcoolismo parental; (3) alcoolismo gama/delta; (4) distinções de gênero e (5) subtipos do *MMPI (Minnesota Multiphasic Personality Inventory)*. Os autores verificaram que, enquanto as tipologias "unidimensionais" discriminam subgrupos em termos de variáveis etiológicas, sintomas e padrões de ingestão de álcool, nenhum desses sistemas de classificação emerge como um bom indicador do comportamento futuro de ingestão de álcool, funcionamento psicológico, dependência de álcool ou condição clínica geral. Por outro lado, os esquemas de classificação que consideram múltiplos domínios de características são de maior utilidade, sendo que algumas tipologias são claramente superiores em determinadas áreas, como a discriminação do comportamento de ingestão de álcool, disfunção psicológica e fatores antecedentes de vulnerabilidade.

Hesselbrock e Hesselbrock (1992) estudaram a relação entre história familiar, personalidade anti-social e dimensões da personalidade em homens jovens voluntários não-alcoolistas, utilizando o TPQ. Seus resultados confirmam as previsões do modelo de Cloninger – os homens em risco para alcoolismo tipo II obtiveram escores altos na escala de procura de novidades, mas não na de esquiva de dano ou dependência de prêmio. Entretanto, os homens em risco para alcoolismo do tipo I não puderam ser diferenciados com base nesses três traços.

Como mostram as Tabelas 2 e 3, a depressão foi o distúrbio mais freqüentemente encontrado entre os entrevistados (18%) e em seus parentes de primeiro grau (11,7%). Entre os entrevistados, o alcoolismo aparece só em quarto lugar (2,1%), depois do distúrbio do uso de drogas e do distúrbio do pânico. Entre seus parentes de primeiro grau, a freqüência de alcoolismo foi de 3,6%.

A comparação entre os resultados do TPQ e de vulnerabilidade ao estresse de sujeitos com história familiar positiva e negativa para alcoolismo mostrou que os dois grupos diferem apenas em relação à procura de novidade, mais alta nos sujeitos HFP (Tabela 4). Esses resultados concordam com os encontrados por Bau e Salzano (1995) numa amostra de alcoolistas: apenas a alta procura de novidade estava associada ao início precoce dos problemas com o álcool e a um aumento de casos de alcoolismo entre os parentes de alcoolistas. Também concordam parcialmente com os dados de Whipple e Noble (1991), que aplicaram o TPQ (além de outros testes) a dois grupos de pais e seus respectivos filhos: o grupo A+ era composto de alcoolistas com história familiar positiva de alcoolismo, e seus filhos; o grupo NA– era composto de não-alcoolistas com uma história familiar negativa de alcoolismo, e seus filhos. O traço que melhor distinguiu os pais A+ dos pais NA– foi procura de novidade. Entretanto, os filhos A+ não mostraram escores de procura de novidade mais altos, dado concordante com o encontrado por Schuckit, Irwin e Mahler (1990), que não encontraram diferenças nos escores de TPQ entre filhos de alcoolistas e filhos de não-alcoolistas. Entretanto, esse resultado negativo foi atribuído por Whipple e Noble (1991) à possibilidade de o TPQ não ser sensível a esse traço em jovens, enquanto o HSPQ (*High School Personality Questionnaire*), que foi construído para adolescentes, e, portanto, oferece uma medida mais sensível, detectou diferenças significantes entre os dois grupos.

Nos pais A+, os problemas associados com o álcool surgiram antes dos 25 anos, uma característica do Tipo II de Cloninger. Entretanto, em termos de dimensões da personalidade, os pais A+ não podem ser caracterizados como Tipo II de Cloninger, pois têm alta procura de novidade, mas não baixas esquiva de dano e dependência de prêmio. Assim, os resultados de Whipple e Noble (1991) concordam com Bau e Salzano (1995), que também não encontraram essas dimensões diminuídas nos alcoolistas que estudaram. Nossos resultados são consistentes com os achados desses dois trabalhos, uma vez que encontramos um aumento de procura de novidade, mas não redução de esquiva de dano e dependência de prêmio em indivíduos não alcoolistas com HFP para alcoolismo.

Hesselbrock e Hesselbrock (1992) estudaram a relação entre história familiar de alcoolismo, distúrbio de personalidade anti-social (DPAS) e vários aspectos da personalidade, inclusive os avaliados pelo TPQ em uma amostra de 91 homens voluntários não-alcoolistas. Em termos de escores de TPQ, os homens DPAS obtiveram pontuação maior do que os não-DPAS nos itens de procura de novidade. Entretanto, nesse trabalho, uma história familiar de alcoolismo não está associada a um aumento significante no escore de procura de novidade como no nosso. Diferenças de gênero e/ou decorrentes da presença de uma psicopatologia na amostra utilizada por esses autores poderiam explicar essa diferença.

Os resultados aqui discutidos apontam para a possibilidade de que procura de novidade seja um forte candidato a marcador comportamental para predisposição ao alcoolismo, no sentido proposto por Hill (1992), pois essa dimensão da personalidade atende razoavelmente aos critérios definidos por aquela autora, como:

– **distinguir alcoolistas de não-alcoolistas** – como vimos, a procura de novidade pode distinguir alguns grupos de alcoolistas dos não-alcoolistas (Bau e Salzano,1995; Whipple e Noble, 1991; Hesselbrock e Hesselbrock, 1992).

– **distinguir indivíduos de alto risco de indivíduos de baixo risco** – Hasselbrock e Hasselbrock (1992) verificaram que, em sua amostra de homens não-alcoolistas, apenas a procura de novidade estava aumentada nos homens com distúrbio de personalidade anti-social, e, portanto, em risco de alcoolismo.

– **ter predisposição hereditária**. Como vimos, Hesselbrock e Hesselbrock (1992) não encontraram relação entre história familiar de alcoolismo e aumento de procura de novidade. Por outro lado, Whipple e Noble (1991), trabalhando com alcoolistas, encontraram essa associação. Os resultados do presente trabalho mostram essa mesma relação em não-alcoolistas com história familiar de alcoolismo.

Os achados de Ebstein, Novick, Umansky, Priel, Osher, Blaine, Bennet, Nemanov, Katz e Belmaker (1996) reforçam a possibilidade de que a dimensão procura de novidade possa ser um marcador de vulnerabilidade ao alcoolismo, acrescentando dados interessantes à questão. Embora ainda sujeito à confirmação, seu trabalho é um dos primeiros exemplos de associação entre um polimorfismo genético e um traço de personalidade humana normal. Os autores aplicaram o TPQ a 124 homens e mulheres adultos normais, que tiveram amostras de seu sangue coletadas para extração e análise de DNA. Encontraram associação entre procura de novidade e um gene específico (o alelo 7, que produz uma proteína mais longa do que os alelos 2 e 4), envolvido na síntese do receptor dopaminérgico D4 (o D4DR). Segundo os autores, essa associação não é devida à estratificação populacional, pois ela é independente de etnia, sexo ou idade dos sujeitos.

Os trabalhos que comparam indivíduos com história familiar positiva e negativa de alcoolismo buscam marcadores de vulnerabilidade que possam estar sendo transmitidos geneticamente. *Procura de novidade* certamente pode ser um deles.

Referências bibliográficas

Alterman, A. I.; Gerstley, Linda J.; Strohmetz, D. B.; e Mckay, J. R. (1991) – Psychiatric heterogeneity in antisocial alcoholics: relation to familial alcoholism. **Comprehensive Psychiatry, 32**(5), pp. 423-430.

Andreasen, Nancy C.; Rice, J. E.; Jean, R. Theodore; e C., William (1986) – The family history approach to diagnosis. How useful is it? **Archives of General Psychiatry, 43,** pp. 421-429.

Babor, T. F.; Dolinsky, Z. S.; Meyer, R. E.; Hesselbrock, M.; Hofmann, M.; e Howard, T. (1992) – Types of alcoholics: concurrent and predictive validity of some common classification schemes. **British Journal of Addiction, 87,** pp. 1415-1431.

Bau, C. H.D. e Salzano, F. M. (1995) – Alcoholism In Brazil. The role of personality and susceptibility to stress. **Addiction, 90,** pp. 695-700.

Cloninger, C. R. (1986) – A unified biosocial theory of personality and its role in the development of anxiety states. **Psychiatric Development, 3,** pp. 167-226.

Cloninger, C. R. (1987a) – Neurogenetic adaptative mechanisms in alcoholism. **Science, 236,** pp. 410-416.

Devor, E. J.; Reich,T.; e Cloninger, C. R. (1988) – Genetics of alcoholism and related end-organ damage. **Seminars in Liver Journal Disease, 8**(1), pp. 1-11.

Ebstein, R. D.; Novick, Olga; Umansky, R.; Priel, Beatrice; Osher, Yamima; Blaine, D.; Bennet, Estelle R.; Nemanov, L.; Katz, Miri; e Belmaker, R. H. (1996) – Dopamine D4 receptor (D4DR) exon III polymorphism associated with the human personality trait of Novelty Seeking. **Nature Genetics, 12,** pp. 78-80.

Endicott, Jean; Andreasen, Nancy; e Spitzer, R. (1978) – **Family History Research Diagnostic Criteria.** 3ª edição. New York, New York State Psychiatric Institute.

Ewing, J. A. e Rouse, B. A. (1970) – Identifying the hidden alcoholic. Read at the 29th International Congress on Alcoholism and Drug Dependence. Sydney, Australia, February, pp. 2-6.

Hesselbrock, M. N. e Hesselbrock, V. M. (1992) – Relationship of family history, antisocial personality disorder and personality traits in young men at risk for alcoholism. **Studies on Alcohol, 53,** pp. 619-625.

Hill, Shirley Y. (1992) – Is there a genetic basis of alcoholism? **Biological Psychiatry, 32,** pp. 955-957.

Jorge, M. R. (1987) – O diagnóstico do alcoolismo: entrevistas estruturadas, questionários e exames de laboratório. In: Sérgio P. Ramos (coord.) **Alcoolismo Hoje.** Ed. Artes Médicas, Porto Alegre, pp. 51-59.

Masur, Jandira e Monteiro, Maristela G. (1983) – Validation of the CAGE alcoholism test in a Brazilian psychiatric hospital setting. **Brazilian Journal of Medical and Biological Research,16,** pp. 215-218.

Mezzich, Ada; Tarter, R.; Kirisck, L.; Clark, D.; Buckstein, O.; e Martin, Cynthia (1993) – Subtypes of early age onset alcoholism. **Alcoholism: Clinical and Experimental Research, 17**(4), pp. 767-770.

Nunes, Sandra O.V. (1993) – **História familial em tentativas de suicídio** – Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina, Paraná.

Organização Mundial de Saúde (1993) – **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da SID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas.** Porto Alegre, Artes Médicas.

Penick, Elizabeth C.; Powell, Barbara J.; e Bingham, S. F. (1987) – A comparative study of familial alcoholism. **Journal of Studies on Alcohol, 48,** pp. 136-146.

Raistrick, D.; Dunbar, G.; e Davidson, R. (1983) – Development of a questionnaire to measure alcohol dependence. **British Journal of Addiction, 78,** pp. 89-95.

Rhea, Sally A.; Nagoshi, C. T.; e Wilson, J. R. (1993) – Reliability of sibling reports on parental drinking behaviors. **Journal of Studies on Alcohol 54,** pp. 80-84.

Sarason, I. G.; Johnson, J. H.; e Siegel, J. M. (1978) – Assessing the impact of life changes: development of the life experience survey. **Journal of Consulting and Clinical Psychology, 46,** pp. 932-946.

Schuckit, M. A.; Irwin, M.e Mahler, H.I. (1990) – Tridimensional Personality Questionnaire scores of sons of alcoholic and nonalcoholic fathers. **American Journal of Psychiatry, 147,** pp. 481-487.

Von Knorring., L.; Palm, U.; e Anderson, H.-E. (1985) – Relationship between treatment outcome and subtype of alcoholism in men. **Journal of Studies on Alcohol, 46,** pp. 388-391.

Whiple, S. C. e Noble, E. P. (1991) – Personality characteristics of alcoholic fathers and their sons. **Journal of Studies on Alcohol, 52,** *pp. 331-337.*

Tabela 1 – Idade, vulnerabilidade ao estresse e resultados do TPQ

Variáveis	Abaixo de 19 anos	Acima de 19 anos	Valor de F	P
Procura de Novidade	17.64 ± 4.71	18.31 ± 4.62	0.174	0.337
Esquiva de Dano	15.80 ± 5.22	14.28 ± 5.92	2.155	0.068
Dependência de Prêmio	19.27 ± 5.01	17.82 ± 4.34	2.051	< 0.05
Estresse Geral	3.21 ± 9.84	2.01 ± 11.55	0.317	0.469
Estresse Específico	1.14 ± 4.50	2.31 ± 5.01	2.734	0.164

Tabela 2 – Freqüência dos distúrbios encontrados entre os 188 entrevistados (em %)

Distúrbio	Suspeito	Confirmado	Total
Alcoolismo	2.6	0	2.6
Depressão	11.2	6.8	18.0
Distúrbio do Pânico	2.1	0.5	2.6
Suicídio	1.1*	0	1.1
Distúrbio de Uso de Drogas	3.2	0	3.2

* Tentativa de suicídio

Tabela 3 – Freqüência dos distúrbios relatados entre os 743 parentes de primeiro grau (em %)

Distúrbio	Suspeito	Confirmado	Total
Alcoolismo	2.8	0.8	3.6
Depressão	6.7	5.5	12.2
Distúrbio do Pânico	0.1	0.5	0.6
Suicídio	0.5*	0.1	0.6
Distúrbio de Uso de Drogas	0.8	0.1	0.9
Esquizofrenia	0	0.5	0.5
Comportamento anti-social	*0.4*	*0.1*	*0.5*
Distúrbio Bipolar	*0.4*	*0.3*	*0.7*
Distúrbio Obsessivo-Compulsivo	0.7	0	0.7

* Tentativa de suicídio

Tabela 4 – Resultados do TPQ e vulnerabilidade ao estresse em indivíduos com história familiar positiva e negativa para alcoolismo

Variáveis	História Familiar Positiva	História Familiar Negativa	Valor de F	P
Procura de Novidade	19.24 ± 5.46	17.65 ± 4.49	0.594	< 0.05
Esquiva de Dano	16.17 ± 4.74	15.03 ± 5.67	1.668	0.310
Dependência de Prêmio	18.38 ± 3.93	18.74 ± 4.94	0.231	0.708
Estresse Geral	3.50 ± 9.84	2.54 ± 10.70	0.237	0.671
Estresse Específico	2.33 ± 4.23	1.50 ± 4.83	0.050	0.459

Quem eu quero ser quando crescer: uma sistematização sobre o projeto de vida de jovens[1]

Fabiana Tavolaro Maiorino*
Laura Cardillo Moura Neves**

RESUMO: o presente artigo é um relato de uma pesquisa de Iniciação Científica, realizada a partir de redações que foram colhidas em dois colégios de ensino de 2º grau da rede estadual, com adolescentes situados na faixa etária de 15 a 20 anos. As redações remetiam o jovem ao ano de 2010, pedindo então que ele pensasse em como fora sua vida nesses últimos anos e escrevesse sobre o como ela estava sendo.

Partindo desses discursos, pudemos pensar os projetos de vida futuros desses jovens, perceber seus eixos estruturantes; também analisar a adolescência de forma diferenciada, como um momento cujo significado é construído socialmente e historicamente.

Tivemos resultados que nos mostraram que o projeto de vida é estruturado a partir de dois eixos essenciais: o trabalho e a família. Um trabalho que é vivenciado dicotomicamente: o do sonho, que é o ideal e que traz satisfação, e o do real, que é o visualizado diariamente, o alienante. Uma família pensada a partir do casamento e dos filhos, e que não remete à família original.

O projeto dos jovens não visa alterar a situação em que vivem seus pais e, por isto, não extrapola a realidade vivida atualmente. São jovens que parecem estar inseridos numa realidade que não permite sonhos ousados, mas que, associada com um bom trabalho, traz felicidade e realização pessoal.

Palavras-chave: projeto de vida, adolescência, trabalho.

ABSTRACT: This paper is a report on a research developed during a period of one year and concluded in 1997. The analysis was based on high school students' writings, collected from two public schools. The students' ages ranged from 15 to 20 years. The writings asked them to imagine themselves in the year 2010, and to describe their lives at that moment and how they had been through the recent past years.

The life projects of these youngsters were analyzed from such issues, in order to identify its structuring axis and also to approach adolescence as a socially signified and historically built particular period.

The results showed two main axis structuring life projects: work and family. Work is experienced in a dichotomic way: as ideal - desired and gratifying - and as reality - in its daily and alienating features. Family is considered in the context of marriage and children, with no references to the original family.

Youngsters' life project is not intended to change their parents' life neither is foreseen beyond current reality. Inserted in a reality that apparently does not encourage daring expectations, to these youngsters a good job is a way to achieve happiness and personal realization.

Keywords: life project, adolescence, psychology, work.

Estar em contato com o projeto de vida futuro dos jovens implica, necessariamente, pensar a adolescência sob um enfoque diferenciado, considerando-a como um momento cujo significado é construído socialmente e não como uma fase de desenvolvimento. Tal enfoque remete-nos a uma visão sócio-histórica, que pensa a adolescência e a atividade humana como construções históricas e culturais que se desenvolvem dialeticamente.

1 O artigo é um relato da pesquisa realizada na graduação do curso de Psicologia da PUC-SP, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Mercês Bahia Bock, e com auxílio da professora Brônia Liebesny, com o objetivo de inserir alunos no universo da pesquisa acadêmica, sendo um projeto de Iniciação Científica subsidiado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-SP. O trabalho concorreu ao Prêmio Aniella Ginsberg de Pesquisa, em 1997, com respectiva apresentação do trabalho, e obteve o primeiro lugar.

* Aluna do curso de graduação de Psicologia da PUC-SP, cursando o 8º período no ano de 1997.

** Aluna do curso de graduação de Psicologia da PUC-SP, cursando o 10º período no ano de 1997.

Essa preocupação com a adolescência, vendo-a como um produto de todo um processo de socialização e historicidade, tem resultado em estudos e trabalhos que trazem, à psicologia, contribuições inovadoras e que convidam a reflexões muito pertinentes. A partir do trabalho de Clímaco (1991), foi possível repensar a adolescência do ponto de vista teórico, pois a autora faz uma introdução, caracterizando a adolescência a partir das mais importantes linhas psicológicas, demonstrando a dicotomia "indivíduo versus social" que existe no pensar desse momento. O enfoque sócio-histórico tem como objetivo superar essa dicotomia e olhar para o homem como um ser multideterminado por uma interação dialética com o meio social em que vive, dando conta de um homem transformador e criativo. Nesse sentido, para entendermos o fenômeno adolescência é preciso que contextualizemos os jovens cultural, social, historicamente, e, no caso de uma sociedade com grandes desigualdades socioeconômicas, também do ponto de vista econômico.

A adolescência é criada historicamente pelo homem, enquanto representação, enquanto fato social e psicológico, como um período do desenvolvimento com determinadas características. É constituída como significado na cultura, na linguagem que permeia as relações sociais. Fatos sociais surgem nas relações e os homens atribuem significados a esses fatos: definem e criam conceitos que representam esses fatos, são marcas corporais, são necessidades que surgem, são novas formas de vida decorrentes de condições econômicas, são condições fisiológicas, são descobertas científicas, são instrumentos que trazem novas capacidades para o homem, etc.

A adolescência não é um período natural do desenvolvimento. É um momento ao qual o homem atribui significado. A sociedade marca e atribui significado a determinadas características, tais como o desenvolvimento cognitivo e as mudanças corporais. No entanto, muitas outras coisas estão acontecendo nessa época da vida do sujeito, que não são destacadas.

O jovem não é algo por natureza. Ele não nasce predeterminado para agir de determinada maneira em determinado período de sua vida; suas características surgem nas relações sociais, em um processo no qual o jovem se coloca por inteiro, com seu corpo e suas características pessoais. O subjetivo não é igual ao social, ele é construído a partir de um trabalho realizado pelo indivíduo, envolvendo significados, afetos, laços, experiências pessoais. Assim, a subjetividade do homem é construída a partir da realidade social, que se singulariza como história pessoal.

Pensando a adolescência e a subjetividade dessa maneira, iniciou-se o estudo do projeto de vida dos jovens: como eles se pensavam, como pensavam seu futuro, a partir de quais imagens e atividades isso acontecia?

Aqui cabe uma observação: para pensar o projeto de vida desses jovens, estabelecemos estreita relação com a teoria que adotamos, ou seja, consideramos que esses jovens, a partir de sua história pessoal, socialmente constituída, têm potencialidade para construir um projeto de vida futuro. É importante não cairmos em um viés naturalizante, que, muitas vezes, coloca esses projetos de vida como vocações e dons naturais do homem.

Partíamos da hipótese inicial de que, nesses projetos, a questão do trabalho teria grande importância enquanto atividade humana, contribuindo significativamente na estruturação do psiquismo do homem, de sua identidade e do seu agir no mundo. Antunes (1995) atribui ao trabalho um "estatuto ontológico central na práxis humana" (p.83), o que revela a atividade do trabalho como proporcionadora de realização do ser social, como ponto essencial para sua humanização e condição de sua existência.

Essa hipótese inicial tem relação com a teoria adotada, pois na psicologia sócio-histórica o trabalho é uma questão essencial de ser pensada: o homem transforma-se em homem social através da atividade do trabalho, sendo este um motor decisivo para a humanização do ser humano. Uma atividade que transforma o meio social em que ele vive e que, ao mesmo tempo, transforma a ele mesmo, enquanto homem que é multideterminado nesse mesmo meio.

O trabalho é perseguido pelo homem para proporcionar progresso, retorno econômico, reconhecimento; um meio, enfim, pelo qual o sujeito possa se reconhecer, resultando em realização pessoal e social.

É de fundamental importância entender que esses jovens, ao construírem seus projetos de vida, realizam, nesse momento, uma atividade de reflexão: eles se pensam em um tempo futuro segundo vários eixos estruturantes, tais como a família, o trabalho, os bens desejados ...

Metodologia

Foram estudados 93 alunos do 2º grau de dois colégios estaduais de São Paulo, com idades entre 15 e 30 anos.

A coleta de dados foi realizada em sala de aula e consistiu na aplicação de uma redação. O procedimento foi aplicado por alunos do 5º ano do curso de psicologia da Faculdade de Psicologia da PUC-SP. A redação versava sobre o seguinte tema:

Hoje é um dia do mês de abril do ano de 2010. Você está pensando no que foi e no que tem sido a sua vida nesses últimos 14 anos. Coloque-se nessa situação e escreva esses seus pensamentos.

Foi também distribuída uma página, em que os alunos registravam dados mais pessoais, como idade, sexo, se trabalhavam ou não, em quê, com quantas pessoas moravam, para posteriores análises.

Os dados das redações foram organizados em duas tabelas principais, sendo que em uma delas constavam dados pessoais dos sujeitos, compondo um perfil deles; em outra tabela constavam as categorias provindas da leitura das redações, demonstrando às pesquisadoras o modo como estes jovens estariam construindo seus projetos de vida, ou seja, sobre quais elementos da realidade os projetos estavam sendo pensados. Por exemplo, se o jovem se pensava, no futuro, a partir de uma profissão mais específica, se ele desejava ter filhos, se ele queria possuir alguns bens.

Dos 93 sujeitos estudados, 58% eram do sexo feminino e 42% do sexo masculino (estatisticamente essa diferença não é significativa); 48% dos sujeitos não trabalhavam, enquanto 52% trabalhavam em ocupações socialmente não valorizadas e pouco qualificadas, concentradas no setor de serviços, tais como atendentes, *office boys*, garçons, balconistas, etc.

Quanto à idade, 66% dos sujeitos encontravam-se na faixa etária de 15 a 18 anos, 26% se encontravam na faixa de 19 a 23 anos e 8% dos sujeitos possuíam mais de 24 anos. Com relação à classe social, a distribuição percentual do sujeitos foi a seguinte:

classe A -	4,30
classe B -	30,00
classe C -	45,00
classe D -	3,90
classe E -	5,30

Como se pode perceber, a grande maioria dos sujeitos está distribuída nas classes sociais B e C, constituindo 75% dos sujeitos.

O trabalho de categorização resultou de repetidas leituras das redações, o que nos possibilitou apreender, dos discursos, aspectos que esses sujeitos consideravam como essenciais em seus projetos de vida e determinantes deles.

Importante fazer uma observação metodológica nesse momento. O fato de construirmos as categorias a partir das redações indica uma leitura da realidade e um manejo de dados específicos da teoria adotada, ou seja, partimos da realidade, do aparente, e, então, com um olhar atento, pudemos categorizar os discursos recebidos. Neste momento, saímos do aspecto do aparente, do dado bruto, para entrar no campo do concreto, do movimento da realidade, e, com a teoria, realizar o movimento de desvendar a realidade, os dados empíricos.

Essa categorização consistiu em um trabalho de extração, do texto, de aspectos que os sujeitos elegiam, em sua redação, como prioritários e referentes à construção desse projeto a ser vivido ou sonhado. A seguir, apresentamos a relação das categorias elaboradas. Posteriormente, são oferecidos alguns exemplos de como realizamos esse trabalho, com a ilustração de trechos das redações com a conseqüente categorização proposta.

(A) TRABALHO:	1. Reconhecimento e prestígio profissional
	2. Importância para a sociedade
	3. Realização profissional
	4. Profissão não-especificada
	5. Profissão especificada
	6. Retribuição econômica
	7. Trabalho para sobrevivência
SUCESSO GRAÇAS A:	1. Esforço próprio
	2. Deus
	3. Pessoas próximas
(C) BENS:	1. Carro
	2. Viagem
	3. Moradia
	4. Negócio próprio
	5. Dinheiro
	6. Outros bens
(D) FAMÍLIA:	1. Casamento
	2. Filhos
	3. Solteiro
	4. Relacionamento afetivo em geral
(E) MELHORIA:	1. Pais
	2. Pessoas em geral
(F) SAÚDE	
(G) CRÍTICA POLÍTICA	
(H) SENTIMENTO:	1. Felicidade
	2. Independência
	3. Realização
	4. Frustração
	5. Incerteza
(I) ESTUDO:	1. Estudo
	2. Estudar para ter profissão

G., 19 anos, sexo feminino

"(...) teria uma família, eu teria a minha profissão que, no caso, seria advogada, teria minha independência financeira, meu carro, meu escritório, uma agenda lotada de audiências marcadas e me saindo muito bem nelas..."

Nesse trecho podemos apreender que, no projeto de vida de G., temos a família como algo prioritário e a questão de ter uma profissão – ser advogada – especificada. Esse trabalho proporcionará a G algumas coisas como: independência econômica, um escritório e um sentimento de realização (*e me saindo muito bem nelas)*. A partir desse trecho, fundaríamos, então, as categorias para questões como: ter família, ter alguns bens e sentimentos com relação a esses aspectos. Posteriomente, nesse trecho, teríamos as seguintes categorias:

Cat A (referente a trabalho)	A5: profissão especificada
	A6: retribuição econômica
Cat C (referente a bens)	C1: ter carro
	C4: ter escritório
Cat D (referente a família)	D1: ter família
Cat H (referente aos sentimentos envolvidos no projeto)	H2: sentimento de independência
	H3: sentimento de realização

Outro exemplo de categorização:

Z. 18 anos, sexo feminino

"E, daqui em diante, nesses 14 anos para frente, pretendo me formar para ser uma boa professora e ter minha família e ver minha família sossegada em todos os sentidos... fora meu carro, que esqueci de incluir nesta redação"

Z prioriza a família (D1), a questão de ter uma profissão especificada: ser professora (A5); além disso, coloca a questão do reconhecimento profissional como sendo importante: boa professora (A1) e ter bens: carro (C1); seu estudo é direcionado para ser formada: I2.

Apresentamos abaixo o resultado da categorização total, com os dados mais organizados:

Suj.	A							B			C						D				E			F	G	H					I	
	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	B1	B2	B3	C1	C2	C3	C4	C5	C6	D1	D2	D3	D4	E1	E2	E3	F1	G1	H1	H2	H3	H4	H5	I1	I2
Subtot.	13	7	18	16	37	12	3	6	8	4	17	13	19	26	6	3	64	48	4	9	8	7	11	4	14	27	7	36	8	7	19	27
TOTAL	106							18			84						125				26			4	14	85					46	
%	21							4			17						25				5			0.8	3	17					9	

Como demonstrado, obtivemos uma diversidade grande de informações, captando os fatores estruturantes dos projetos de vida futuros, deixando visível que esse projeto é multideterminado; ele é construído a partir de vários aspectos, os quais pudemos mostrar até agora.

Mas dois eixos estruturantes são essenciais ao pensar esse projeto: o trabalho e a família. Chega-se a esse dado observando a freqüência com que nossos sujeitos se referem a esses aspectos em suas redações.

O trabalho aparece no projeto de vida com vários significados: como busca de realização pessoal, a busca de reconhecimento e prestígio, retribuição econômica, como a procura de realizar algo que seja importante para a sociedade e como busca da sobrevivência. Essas categorias aparecem nos projetos dos jovens que trabalham e dos que não trabalham e as diferenças entre essas categorias aparecem no fato de que os que não trabalham apontam, com maior freqüência dos que os que trabalham, as categorias: reconhecimento e prestígio profissional e a importância para a sociedade.

	trabalham	não trabalham
realização pessoal	21%	18%
reconhecimento/prestígio	10%	18%
retribuição econômica	13%	13%
importância p/ sociedade	2%	13%
trabalhar p/ sobrevivência	2%	4%

A outra categoria importante nos projetos de vida é a família. A maioria dos jovens apresenta o desejo de constituir família, através do casamento e dos filhos.

Outra categoria, menos significativa no conjunto dos dados, foi a de aquisição de bens, em que a moradia e o negócio próprio aparecem destacados. Cabe ainda registrar que acompanham os projetos de vida dois sentimentos básicos: a realização relacionada com o trabalho e a felicidade relacionada ao projeto de vida em sua totalidade.

É importante registrar que não foram percebidas diferenças acentuadas entre os projetos decorrentes do genêro. Apenas na aquisição de bens, os homens indicam, com maior freqüência do que as mulheres, o negócio próprio e o automóvel.

Conforme já relatado, a coleta de informações foi feita dentro de sala de aula. É possível que esta inserção em um contexto escolar tenha, de algum modo, interferido nas respostas dos alunos, causando, por exemplo, uma pobreza nas respostas ou falta de ousadia quanto ao conteúdo de algumas redações.

Como síntese de algumas reflexões, entendemos que encontramos jovens conservadores, na medida em que seus projetos de futuro não almejavam alterar a situação política e poucos incluíam a situação dos pais em seus projetos. São individualistas, incluindo a preocupação mais restrita com um parceiro e filhos.

Ainda notou-se que esses jovens estão inseridos numa realidade que parece não permitir sonhos ousados: eles projetam trabalhar, constituir família, para terem o suficiente para viver e poderem ter algum dinheiro para adquirir alguns bens, como automóvel e moradia. Essa situação de vida parece ser suficiente para trazer felicidade. Um bom trabalho completa o quadro, trazendo satisfação pessoal. Nesse sentido, eles limitam-se ao possível.

Este estudo, realizado com os projetos de futuro dos jovens, ainda permitiu contestar a concepção, muitas vezes apresentada por muitos manuais de psicologia, de que a fase da adolescência acaba quando o jovem ingressa no mercado de trabalho. Entendemos que os dados sobre os projetos de vida permitem perceber que os jovens, mesmo quando não estão trabalhando, estão vinculados à idéia do trabalho, ou seja, eles se pensam através do trabalho, pensam seu futuro, se identificam, se constituem como homens agentes, criam seu personagem futuro a partir da idéia do trabalho.

O trabalho está colocado como uma atividade do mundo adulto e do futuro, mas já está colocado desde a adolescência como atividade estruturante da vida e do pensar-se. Assim, ele tem uma importância fundamental na construção da identidade do jovem. A partir disso, é necessário que a psicologia se volte para esse aspecto, pois esse jovem vive sua adolescência convivendo e lidando com as informações e preocupações que o trabalho e a profissão lhe trazem: as incertezas que o mercado coloca, os receios da não obtenção de uma realização pessoal através da profissão escolhida e sua identidade como adulto.

Consideramos essencial ainda destacar que encontramos nos dados duas concepções ou significados do mundo do trabalho: o do sonho do adolescente e o da realidade do mundo adulto. Isto é, quando o jovem formulou seu projeto de futuro, dois tipos de trabalho estiveram presentes – aquele que é o desejado, pois permite realização e enriquecimento pessoal e um outro trabalho, que gera sofrimento e alienação. Essa dicotomia presente no significado do trabalho não é, como vimos, fruto de qualquer aspecto ou dificuldade dos jovens, mas sim o reflexo de uma dicotomia presente em um meio. Há em nossa sociedade uma idéia de trabalho e uma realidade do trabalho.

O trabalho é mostrado em nossa sociedade como algo que engrandece o homem, que permite riqueza e progresso material e pessoal; essa idéia está presente na mídia, na cultura neo-liberal que se instaura, provinda de um domínio cultural-ideológico do capitalismo "selvagem". Nosso jovem, baseado nessa significação do trabalho, busca, com seus projetos, definir para seu futuro um trabalho que, além de garantir a sobrevivência, seja algo importante socialmente, importante para os outros, valorizado, fonte de prestígio e reconhecimento pessoal. Mas não é esse trabalho que ele vivencia diariamente ao seu redor, nas relações de trabalho

desta sociedade; afinal, ele se depara com a vivência, pelos pais e amigos, de um trabalho alienado de objetivos, de reconhecimento e de satisfação pessoal, que não garante a sobrevivência, um trabalho que é fonte de frustrações.

É preciso esclarecer que, apesar de presentes as duas significações, é o trabalho ideal que é o enfatizado nos projetos. Isso nos leva a concluir que quando o jovem foi chamado a falar de algo tão concreto e real, como o mundo do trabalho, foi nesse aspecto que ele mais se descolou da realidade e se entregou ao sonho.

Referências bibliográficas

Antunes, R. (1995) – **Adeus ao Trabalho? Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 3ª edição São Paulo, Editora Cortez.

Clímaco, Adélia A. de S. (1991) – **Repensando as Concepções de Adolescência**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

abstracts

Qualitative Epistemology: methodological implications

Fernando L. González Rey

ABSTRACT: This paper presents how a set of general principles used by the author in his definition of qualitative epistemology are expressed, under a methodological point of view. Methodology is defined as a communication process, where instruments are just an instance, with no further implications to the produced knowledge.
In construction of knowledge, the relationship between singularity and generality, and also between theory and practice, is approached in a different way. Knowledge is not expressed as a gradual process of inductive or deductive nature, but as a permanent constructive process, defined by the author as configurational.
Finally, a discussion on the value of samples in construction of knowledge is presented, where the use of statistical criteria to assure sample populational significance is criticized. The author proposes an alternate way to handle populational level studies.

Keywords: epistemology, method, sample, population.

Children in changing families: a bit of reflection and a study invitation

Rosane Mantilla de Souza

ABSTRACT: This paper intends to present some features related to the ongoing changes in family structure and relationships, in order to highlight the unexplored nature of the subject and to encourage investigations regarding children's conceptions of family, relationships and their changes. Demographic and historical data of Brazil were used to circumscribe the singularities of relationships in this country, due to the emergency of equal relation ideals. Experiences of double-career, divorced, and monoparental families, among others, are explored to emphasize the differences between adult and child perspective. The investigation of child experience regarding family changes makes evident the requirement of knowledge on the cognitive processes underlying their construction of 'reality'. By presenting the literature on social cognition, the author highlights the lack of knowledge about what defines the family organization to children, the variables engaged, along with their correlates.

Keywords: children, relationship, social cognition, modern life.

The development of the Oedipus Complex concept in Freud's works: 1897-1938

Helena M. M. Lima

ABSTRACT: This paper presents a discussion on the development of the Oedipus Complex concept in Freud's works from 1897 to 1938, considering its importance in psychoanalytical works and the absence of its systematization in any specific text.

As a whole, Freud's works have an unique development: some concepts were enhanced, reviewed, hence extended and reconsidered in some way as time went on, with slightly different meanings for the same concept in different moments of his work. A chronological sequence with stages can be identified in the development of the Oedipus Complex concept, where particular findings and reflections determine different understanding of the its meaning and applications.
This paper intends to identify the specific contexts underlying the meaning of the Oedipus Complex concept throughout Freud's works as well as the different meanings used and explicitly stated.

Keywords: psychoanalysis, Oedipus complex, sexuality, castration complex, psychic development.

George Herbert Mead - contributions to Social Psychology

Margareth Arilha

ABSTRACT: This paper intends to present and spread the main Social Psychology concepts developed by George Herbert Mead, and to propose a systematization of major issues raised by his work. It also inserts this author in the present context of epistemological discussions on construction of knowledge regarding individual development in social processes.

Keywords: social psychology, epistemology, construction of knowledge.

Body and Violence

Paulo Endo

ABSTRACT: This paper discusses some implications of violence, based on major psychoanalytic theory and practice contributions, trying to approach them, as much as possible, to the violence phenomenon in its social and collective dimension. However, this approach shall not be the effect of a mere transposition, but to an effort to consider the intersubjective context of violence as in some way proposed by the authors that contributed to this research.

Keywords: body, violence, hate.

Alcoholism, Personality, and Genetics

Hilda Regina Ferreira Dalla Déa
Carolina Engrucia Pellegrini Telles
Ferando Carvalho Lima Ramos
Flávio Veríssimo Costa

ABSTRACT: Cloninger (1986, 1987) developed a psychobiological model of personality to explain both the etiology and heterogeneity of alcoholism, based on the definition of three independent dimensions of personality. These

dimensions are related to differences in response patterns to specific environmental stimuli, supposed to be genetically affected: *novelty seeking* refers to a tendency toward frequent exploratory behavior; *harm avoidance* refers to a tendency to respond intensely to aversive stimuli; and *reward dependence* refers to a tendency to respond intensely to rewards. In this research, the family history of alcoholism of 188 normal subjects was investigated, providing data from 743 of their first grade relatives. 29 subjects with positive family history of alcoholism (PFH) were compared to 159 subjects with negative family history of alcoholism (NFH), according to Cloninger's three personality dimensions and their susceptibility to stress. *Novelty seeking* was the single significant difference found between the two groups, being higher in the PFH group. The results indicate that *novelty seeking* can be a behavioral vulnerability marker for alcoholism, which is consistent with recent findings that suggest relationships between predisposing heritable factors and *novelty seeking* and alcoholism.

Keywords: alcoholism, novelty seeking, vulnerability marker.

Who I'd like to be when I grow up: a systematization on youngsters' life project

Fabiana Tavolaro Maiorino and
Laura Cardillo Moura Neves

ABSTRACT: This paper is a report on a research developed during a period of one year and concluded in 1997. The analysis was based on high school students' writings, collected from two public schools. The students' ages ranged from 15 to 20 years. The writings asked them to imagine themselves in the year 2010, and to describe their lives at that moment and how they had been through the recent past years.

The life projects of these youngsters were analyzed from such issues, in order to identify its structuring axis and also to approach adolescence as a socially signified and historically built particular period.

The results showed two main axis structuring life projects: work and family. Work is experienced in a dichotomic way: as ideal - desired and gratifying - and as reality - in its daily and alienating features. Family is considered in the context of marriage and children, with no references to the original family.

Youngsters' life project is not intended to change their parents' life neither is foreseen beyond current reality. Inserted in a reality that apparently does not encourage daring expectations, to these youngsters a good job is a way to achieve happiness and personal realization.

Keywords: life project, adolescence, psychology, work.

A. Normas para apresentação de trabalhos

Os originais devem ser enviados em duas vias, digitados em espaço duplo, não excedendo 70 toques por linha em um máximo de 25 linhas, bem como em um mínimo de 10 e um máximo de 30 laudas.

Deve ser encaminhado também um disco produzido em versão WORD 6.0 em texto corrido (teclando ENTER apenas para mudança de parágrafo).

A apresentação dos trabalhos deve ter a seguinte configuração:

1. Título completo em português e inglês.
2. Nome(s) do(s) autor(es), titulação, filiação institucional e outra informação que considere(m) relevante(s) (a ser avaliada pelos editores).
3. Resumos em português e inglês, com o máximo de 200 palavras ou 15 linhas.
4. Palavras-chave em português e inglês: no mínimo três, no máximo cinco.
5. Citações de autores no corpo do texto e referências bibliográficas conforme instruções abaixo.

5.1. **Citação no corpo do texto**

a. Sobrenome do autor da obra mencionada ou da obra de onde foi extraída a citação;

b. data da publicação original (primeira publicação) da obra mencionada ou da obra de onde foi extraída a citação;

c. no caso de citação localizada, número da(s) página(s) de onde foi extraída a citação, na edição consultada (não necessariamente a edição original).

Exemplos de citações no corpo do texto

A história do conhecimento mostra que a linguagem sempre se constituiu em um tema relevante nas diferentes teorias e sistemas psicológicos. No caso de Freud (1900), já na *Interpretação dos sonhos,* foi sugerida a sua importância na distinção entre os processos inconscientes e pré-conscientes (p. 656).

Vygotsky (citado em Lane, 1984) ressaltou a sua relevância afirmando que "uma palavra é um microcosmo da consciência humana" (p. 33); e Skinner (1957) dedicou uma de suas obras integralmente a considerações sobre este tema.

Atualmente, "(...) o fenômeno da linguagem propõe um desafio aos psicólogos" (McNeill, 1970, p. 132). Trabalhos como os de Marturano (1976) e Assis (1992) investigam o processo de aquisição da linguagem.

5.2. **Referências bibliográficas** (enviadas em arquivo separado)

a. Sobrenome e nome do autor da obra referida;

b. data da publicação original (primeira publicação) da obra referida;

c. nome da obra referida (preferencialmente no idioma original);

d. dados da obra referida: local da publicação e editora, no caso de livros. Nome do periódico, volume, número (entre parênteses) e página(s), no caso de periódicos.

Nota: Nos casos em que não foi consultada a edição original, acrescentar os dados relativos à edição ou tradução utilizada.

Exemplos de referências bibliográficas aplicadas ao texto do item anterior

Assis, Rosa M. (1992) – **Da constituição do sujeito falante no campo do outro – O caso R.** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Freud, Sigmund (1900) – **Die Traumdeutung.** Edição consultada: **Interpretação dos sonhos.** Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro, Imago, 2ª ed., Vol. V, 1987.

Lane, Silvia T. M. (1984) – Linguagem, pensamento e representações sociais. In: Lane, Silvia T. M. & Codo, Wanderley (orgs.) – **Psicologia Social – o homem em movimento.** São Paulo, Brasiliense, 3ª ed., 1985.

Marturano, Edna M. (1976) – Interação criança-mãe: características do componente verbal em três situações. **Psicologia,** 2(3):43-59.

McNeill, David (1970) – O desenvolvimento da linguagem. In: Mussen, Paul H. (org.) **Carmichael's manual of child psychology** (3ª ed.). Edição consultada: **Manual de psicologia da criança.** São Paulo, EPU-Edusp, Vol. 6, 1995.

Skinner, Burrhus F. (1957) – **Verbal behavior.** New York, Appleton.

6. Figuras e tabelas devem ser enviadas em arquivo separado.

7. Notas de rodapé também devem ser enviadas em arquivo separado.

Obs. Informar algumas características do trabalho enviado, como, por exemplo:

– foi apresentado em encontro científico?

– foi reelaborado a partir de dissertação ou tese?

– é um artigo revisto?

– foi financiado por alguma agência?

É necessário também enviar o endereço completo do(s) autor(es).

B. Normas para publicação

Os trabalhos enviados devem atender às seguintes especificações para serem considerados adequados para publicação:

1. Relatos de pesquisa.
2. Artigos teóricos.
3. Revisões de literatura.
4. Resenhas críticas.
5. Entrevistas.
6. Resumos de dissertações e teses.
7. Comunicações sobre pesquisas em andamento.

Os artigos enviados devem ser originais, isto é, não terem sido publicados em qualquer outro periódico ou coletânea no país. Caso o autor considere importante a publicação de um artigo não original, deve enviar seus argumentos a serem considerados e aprovados pelos editores.

O procedimento adotado para aceitação definitiva para publicação será o seguinte:

Primeira etapa: seleção dos artigos segundo critério de relevância e adequação às diretrizes editoriais. Os departamentos e o Centro Acadêmico da Faculdade e os editores da Revista constituem as instâncias responsáveis por essa etapa.

Segunda etapa: parecer de qualidade a ser elaborado por consultores científicos. O conselho científico e os pareceristas *ad hoc*, por ele indicados, compõem o filtro de qualidade responsável por essa etapa.

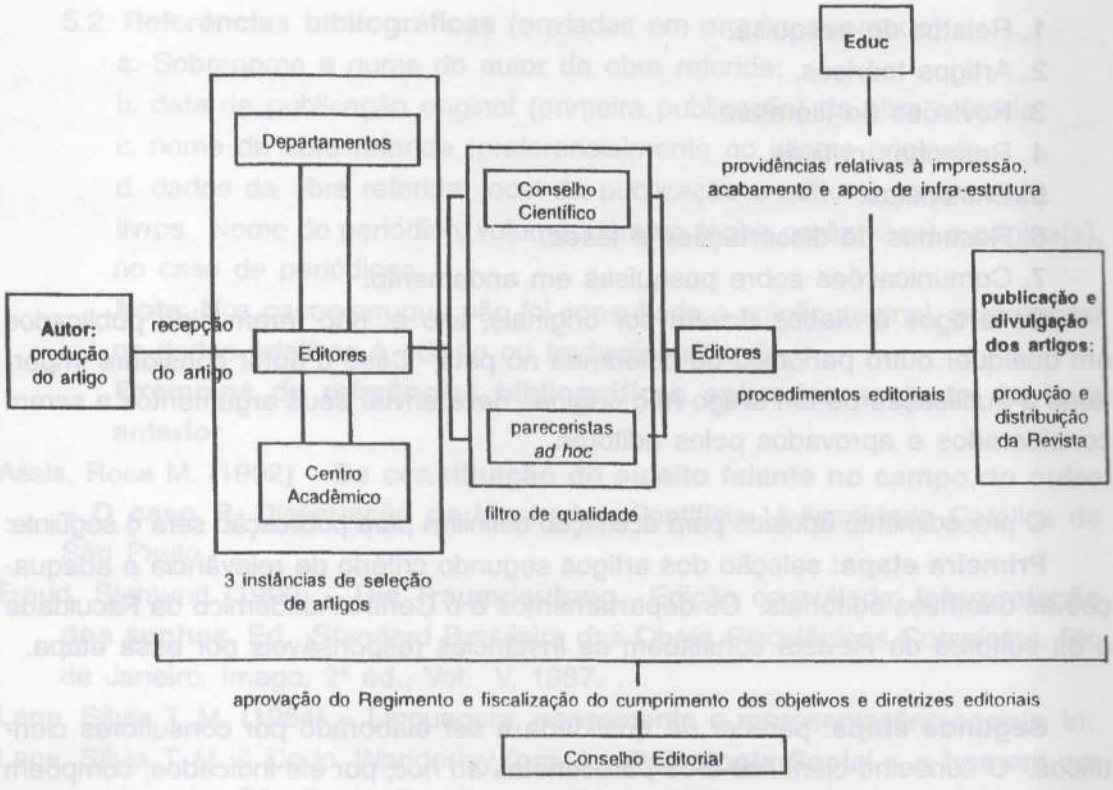
Os pareceres comportam três possibilidades:

a. aceitação integral;
b. aceitação com alterações;
c. recusa integral.

Em qualquer dos casos, o autor receberá cópia do parecer do consultor.

A figura da página seguinte mostra o fluxo de encaminhamento e avaliação dos artigos, do autor até a sua publicação, indicando as atribuições das instâncias envolvidas no processo.

Recurso: *Psicologia Revista* oferece a possibilidade de recurso ao autor cujo artigo tenha tido sua publicação recusada pelo Conselho Científico. O autor que desejar recorrer da decisão deverá encaminhar sua solicitação por escrito ao Conselho Editorial, acompanhada de fundamentação que justifique o seu questionamento do parecer emitido pelo Conselho Científico. O Conselho Editorial incumbir-se-á de avaliar a procedência da solicitação, analisando o artigo, o parecer e o recurso, para deliberar sobre a manutenção ou alteração das propostas incluídas no parecer.


Educ
providências relativas à impressão, acabamento e apoio de infra-estrutura
Departamentos
Conselho Científico
Autor: produção do artigo
recepção do artigo
Editores
Editores
publicação e divulgação dos artigos: produção e distribuição da Revista
procedimentos editoriais
pareceristas ad hoc
Centro Acadêmico
filtro de qualidade
3 instâncias de seleção de artigos
aprovação do Regimento e fiscalização do cumprimento dos objetivos e diretrizes editoriais
Conselho Editorial

Impresso por:
Édile Serviços Gráficos e Editora Ltda.
Rua Águas Virtuosas, 987
Fone: 266-9890 - CEP 02532-000 - São Paulo - SP

ISSN 14-134063

educ FAPESP